

CAMILLA CRISTINA SILVA

Orientações políticas de uma esquerda moderada: o PCB e o “centralismo democrático” (1958-1979)

Mariana

Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP

2011

CAMILLA CRISTINA SILVA

Orientações políticas de uma esquerda moderada: o PCB e o “centralismo democrático” (1958-1979)

Monografia apresentada ao Curso de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientador: MATEUS HENRIQUE DE FARIA PEREIRA

Mariana

Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP

2011

*Aos meus amados pais, José e Semira, e à querida  
Tia Selma, por toda dedicação e amor. É por vocês  
que eu quero vencer!*

## **Agradecimentos**

Primeiramente, meus agradecimentos não poderiam ser para outra pessoa a não ser aquela que me auxiliou prontamente na execução deste trabalho: o Dr. Mateus Henrique de Faria Pereira. Agradeço por ter acreditado na realização desta pesquisa, por suas indicações bibliográficas e documentais, por suas sugestões para a melhoria do texto e especialmente por ter sido o norte gerenciador de minhas ideias.

Não poderia deixar de agradecer ao Dr. Jefferson Queler, por seu apoio e auxílio no desenvolvimento da pesquisa. Suas recomendações foram essenciais para a estruturação do estudo monográfico. O entusiasmo que demonstrava em nossas discussões, mesmo que virtuais, fora um estímulo, uma injeção de ânimo em minhas veias.

À minha família – especialmente aos meus pais, à minha tia querida e ao meu amor, Vinícius. Obrigada por estarem sempre comigo, em qualquer situação. Obrigada pelos conselhos, abraços, sorrisos e, principalmente, pelo incentivo, mesmo naqueles momentos mais tensos em que a monografia estava me consumindo. Sem vocês nada teria sido possível.

Por fim, tenho que agradecer às amigas da República Lugar Nenhum pela compreensão, apoio e torcida para que tudo desse certo. Contar com vocês permitiu que me mantivesse sã e firme na execução de uma de minhas conquistas. Obrigada pelo carinho!

## Resumo

Este trabalho buscou desencadear discussões acerca da orientação política adotada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) nas décadas de 60/70. A análise priorizou os debates e crises que culminaram em seu programa político constituído em 1958 e tencionou estabelecer as diferenças na prática partidária. A pesquisa se solidificou a partir do exame crítico da documentação oficial do partido, elaborada por seu Comitê Central. Desta forma, podemos revelar a real orientação teórica dos pecebistas, amparados no “centralismo democrático” e nas práticas de autoritarismo. Tal autoritarismo fora evidenciado na construção das linhas políticas partidárias, vista como um movimento pelo alto, ordenado pelos dirigentes nacional. Foram ressaltadas, também, tanto as influências internacionais, quanto a conjuntura nacional como desencadeadoras de processos de modificação e crises no interior do partido. O ano de 1958 apareceu como precursor de uma nova orientação política que fora edificada devido a mutações nas concepções do comunismo mundial. A linha política adotada a partir daí irá traçar os rumos do partido num dos períodos mais marcantes da história brasileira contemporânea: a Ditadura Militar. As críticas às posturas seguidas a partir da *Declaração de Março de 1958* acusarão o Partido Comunista Brasileiro de inação frente o golpe civil-militar de 1964. Mostraremos que pelo contrário, não fora inação que levava ao fracasso do partido (e não só dele, de toda a esquerda brasileira) fora a não correspondência da dinâmica interna partidária e suas posturas com a dinâmica da própria sociedade brasileira.

**Palavras-Chave:** Política – Comunismo – Ditadura Militar

## Abstract

This study aimed to trigger discussions about the policy direction adopted by the Brazilian Communist Party (PCB) in the decades of 60/70. The analysis prioritized the debates and crises that culminated in his political program established in 1958 and intended to establish the differences in party practice. The research was solidified from the critical examination of the official party documentation, prepared by its Central Committee. Thus, we can reveal the real theoretical orientation of pecebistas, supported by the "democratic centralism" and practices of authoritarianism. Such authoritarianism was evidenced in the construction of party political lines, seen as a movement from the top, ordered by national leaders. Been emphasized, too, both international influences as the national situation as triggers of change processes and crises within the party. The year 1958 appeared as a precursor of a new policy orientation which had been built due to mutations in the conceptions of world communism. The political line adopted from there will chart the course of the party in one of the most remarkable periods of contemporary Brazilian history: the Military Dictatorship. The criticism followed from the positions of the Declaration 1958's March the Brazilian Communist Party accused him of inaction against the civil-military coup of 1964. We show that by contrast, was not inaction that caused the failure of the party (and not only him, all the Brazilian left) it was the mismatch of the partisan internal dynamics and their positions with the dynamics of Brazilian society.

**Keywords:** Policy – Communism – Military Dictatorship

## SUMÁRIO

1. Introdução .....	6
2. Partido Comunista do Brasil: origem, influências e rupturas (1922-1957) .....	8
2.1. Da fundação até 1929 .....	9
2.1.1. O legado da III Internacional.....	9
2.1.2. 1922: formação e fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB).....	12
2.1.3. O primeiro ciclo de ilegalidade (1922-1929) .....	14
2.2. O Partido Comunista do Brasil na década de 1930 .....	18
2.2.1. A crítica ao “prestismo” e a entrada de Prestes no PCB .....	18
2.2.2. A ANL e o Levante Comunista de 1935 .....	20
2.3. O período de 1943 a 1947 .....	21
2.3.1. Conferência da Mantiqueira: o Partido volta às massas .....	21
2.3.2. O alvorecer de 1945 e o choque de 1947.....	21
2.3.3. A aliança comunista-trabalhista.....	23
2.4. O período de 1948 a 1954 .....	25
2.4.1. Implicações da ilegitimidade institucional .....	25
2.4.1.1. Os Manifestos de Janeiro de 1948 e Agosto de 1950 .....	25
2.4.2. Agosto de 1954 e o suicídio de Getúlio Vargas .....	27
2.4.3. O “salto mortal à esquerda”: novembro de 1954 - O IV Congresso do PCB.....	28
2.5. O período de 1955 a 1957 .....	29
2.5.1. “Novembrada”: crise nas eleições de 1955 .....	29
2.5.2. A conjuntura nacional: as consequências do governo de Juscelino Kubitschek para o movimento comunista .....	30
2.5.3. A conjuntura internacional: o XX Congresso dos PCUS em 1956.....	32
3. A vitória do “reformismo”: constituição e legitimação de uma nova orientação política (1958-1967).....	34
3.1.1. Declaração de Março de 1958 .....	35
3.1.2. V Congresso do PCB (1960) .....	41
3.2. O conturbado ano de 1961 .....	45
3.2.1. A crise sucessória .....	45
3.2.2. A crise na direção partidária.....	47
3.3. O governo de João Goulart: o último suspiro da democracia brasileira (1961-1964).....	48
3.3.1. Um governo às escuras: o regime parlamentarista .....	48

3.3.2.	Do presidencialismo às portas do golpe de 1964 .....	50
3.4.	O golpe de abril de 1964 .....	51
3.4.1.	Eventos .....	52
3.4.2.	“Tanto maior o partido, maior e mais ruidosa a queda” .....	53
3.4.3.	Um interregno pré-autoritário: o governo do general Castelo Branco (1964-1967) .....	56
3.4.4.	“Juntando os cacos”: as tentativas de reestruturação do Partido Comunista Brasileiro .....	58
3.4.4.1.	“Um trampolim para novas vitórias”: VI Congresso do PCB (1967) .....	59
4.	Do endurecimento à distensão da Ditadura Militar: representações da “nova orientação política” pecebista (1968-1979) .....	63
4.1.	As esquerdas armadas e sua atuação pré-1968 .....	64
4.2.	O ano de 1968: o ressurgimento da “Primavera dos Povos” .....	66
4.2.1.	O recrudescimento do regime: o Ato Institucional nº5 (AI-5).....	69
4.3.	Da radicalidade à moderação: as esquerdas brasileiras no pós-1968 .....	71
4.3.1.	As resoluções pecebistas .....	72
4.4.	As eleições parlamentares de 1974.....	76
4.4.1.	No alvo da repressão: o Comitê Central no exílio.....	77
4.4.1.1.	Uma ocasião expatriada: As decisões partidárias entre 1975-1979 .....	77
4.4.1.2.	A Campanha da Anistia.....	82
5.	Conclusão.....	85
6.	Referências Bibliográficas .....	87
7.	Referências Documentais.....	90

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se constituiu amparada nas discussões sobre a orientação política adotada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) nas décadas de 60/70. Partimos assim do ano de 1958, quando uma reorientação da linha política partidária começa a ser executada, buscando romper com as propostas “esquerdizantes” consolidadas em 1954, no IV Congresso do PCB. Fundada com base nas diretivas do contexto internacional, a orientação política edificada na *Declaração de Março de 1958*, emergia dos debates e autocríticas acerca dos rumos da revolução brasileira, do papel do partido e sobre as concepções de forças agregadas ao movimento revolucionário. Procurava-se arquitetar uma “via nacional” para a revolução, demonstrando a inviabilidade do programa lançado no ano de 1948 e legitimado em 1954. A consolidação da nova política, pelo V Congresso (1960) continuaria a guiar o partido mesmo após o golpe de 1964. Neste âmbito, é importante destacar que esta orientação política será seguida até 1979, com pequenas modificações condizentes tanto com o recrudescimento do regime e posteriormente com sua abertura política.

O reordenamento da nova política pecebista não se dará sem crises: o período estudado será marcado por lutas internas e rupturas orgânicas. A análise das fontes oficiais partidárias fora realizada através da exposição das alterações e convergências resultantes das condições nacionais e internacionais, no exame historiográfico sobre as esquerdas brasileiras e na memória de dirigentes do partido. Desta forma, a intenção deste estudo foi a de estabelecer como o Partido Comunista Brasileiro examinou, em determinado contexto, sua trajetória, seu passado político, a partir de suas análises e autocríticas, traçando o processo de formação da política adotada em 1958, os conflitos internos para a efetivação de uma linha e o cumprimento desta na prática. Logo, no decorrer da pesquisa, três pressuposições basilares foram se constituindo. A primeira, no que tange especificamente ao olhar da direção partidária sobre sua experiência no cenário político nacional, revela que o exame autocrítico ao qual o partido se submete desde 1956 deslegitimaria um ciclo cronológico de sua trajetória: o período compreendido entre 1948-1954. O reexame das concepções se amparava na crítica ao “sectarismo esquerdizante”, “voluntarista” e “dogmático” que teriam tomado as fileiras do partido. No entanto, tal análise não se edificaria sem oposição. E com base nesta assertiva que uma segunda hipótese fora proposta: apesar do aparecimento de diversas concepções na esfera partidária, as resoluções do Comitê Central eram impostas às diversas instâncias em um movimento “de cima para baixo”, sem o estabelecimento de uma democracia interna. Esta prática autoritária, prevista na caracterização das “organizações comunistas como estados-

maiores revolucionários”<sup>1</sup>, não seria estruturada sem conflitos internos. E, desta maneira, um dos principais fatores que gerariam estas crises internas estaria amparado na dinâmica orgânica-social da composição do partido.

O objetivo primordial deste ensaio tangencia o exame crítico à documentação, produzida pelo Comitê Central na construção e legitimação de uma linha política que permeará os anos da Ditadura Militar no Brasil, com pequenas modificações em todo o período. Assim, podemos refletir sobre os interlocutores dos programas políticos pecebistas e entender para que e para quem os programas políticos dos comunistas brasileiros se referem, em termos práticos. Da mesma maneira, houve a possibilidade de desvendar as influências externas às concepções pecebistas, sua atuação no meio social brasileiro e a importância da dinâmica interna na confecção de formulações políticas. Destarte, procuramos demonstrar a efetiva relação do PCB com os movimentos de “massas”, denunciando a distância entre direção-militantes-massa, ressaltando ainda a influência externa de experiências socialistas na trajetória das esquerdas brasileiras.

Para a execução do trabalho, as fontes-objeto do período compreendido entre 1958-1979 se constituíram entre resoluções e declarações políticas, informes de reuniões e documentos relativos aos Congressos do partido, todas já publicadas em livros (Nogueira, 1980; Carone, 1982). Para complementar a análise da conjuntura social brasileira, foram extremamente importantes as edições do *Jornal do Brasil*, revelando algumas interpretações sociais acerca de acontecimentos considerados relevantes para o trabalho. Desta forma, a edificação da pesquisa foi projetada de forma a articular as diretivas do partido com a conjuntura brasileira, por meio de uma estruturação cronológica e limitativa: houve ordenamento, pela autora, na escolha de fatos históricos a serem tratados, amparada nas relações destes com o movimento comunista, representado pelo PCB.

Enfim, entre definições oficiais do Partido Comunista Brasileiro e alinhamento das mesmas à conjuntura nacional e internacional a estrutura do estudo fora edificada, a fim de delinear ao leitor as construções ideológicas de um partido político e suas percepções da

---

<sup>1</sup> Tal expressão é empregada por Daniel Aarão Reis Filho (1990) revelando o caráter autoritário e elitista das organizações comunistas, autoproclamadas as “vanguardas revolucionárias” do proletariado. Para engendrar sua discussão entre distanciamento entre projetos políticos das esquerdas brasileiras e realidade social, o autor, identifica ainda a estruturação da coesão interna destas organizações amparadas em “postulados e mecanismos de funcionamento”, dentre eles o complexo da dívida, o leque das virtudes, o massacre das tarefas, a celebração da autoridade, a ambivalência das orientações, e a síndrome da traição, elencados sob a estratégia da tensão máxima. Conforme Daniel Aarão, “enquanto os mitos e postulados mobilizam sobretudo os quadros dirigentes, empenhados na formulação de teses e na fixação da linha política, a estratégia da tensão máxima ativará principalmente quadros e militantes dos níveis inferiores” (AARÃO REIS FILHO, D. *A Revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 118) empregada para demonstrar a supremacia do partido frente os militantes.

realidade a qual representa. Deste modo, pragmaticamente o trabalho foi dividido em três capítulos que compreendem extensos períodos cronológicos e seguem processos e transformações do partido. O primeiro capítulo estabeleceu uma breve história do PCB iniciada desde sua fundação até o limite da vigência do projeto político adotado em 1954. O objetivo essencial deste tópico foi o de estabelecer o primeiro contato entre o leitor e os movimentos internos partidários e as conjunturas externas, visando estabelecer um vínculo explicativo para as críticas e autocríticas que seriam explicitadas pelos documentos do período estudado. Assim, o segundo capítulo se edificou a partir do documento-base de nosso trabalho: a *Declaração de Março de 1958*. E todo o restante dele fora baseado nos processos de legitimação de uma linha política, perpassando por conflitos internos, crises no movimento comunista mundial e rupturas políticas no âmbito nacional. No terceiro capítulo procuramos enfatizar o papel do partido frente ao Regime Militar, as implicações de suas propostas na sociedade brasileira e sua real atuação entre o recrudescimento e a abertura da ditadura. A partir desta organização podemos elucidar todo o processo de formação da “nova orientação política” do Partido Comunista Brasileiro, através da análise de suas decisões, discussões historiográficas e memórias de ex-pecebistas. Apesar da previsibilidade estrutural do ponto de vista histórico, o trabalho mantém um enquadramento próprio no que concerne às relações entre dinâmica interna partidária e contexto social, intentando promover uma forma original de se pensar o tema abordado.

## **2. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL: ORIGEM, INFLUÊNCIAS E RUPTURAS (1922-1957)**

Primeiramente, é relevante definir a trajetória do Partido Comunista Brasileiro frente à realidade brasileira, desde sua fundação até o período que será estudado. Analisar o contexto de sua formação, incluindo o âmbito internacional e traçar a organicidade de suas composições internas. Nesta esfera, como eixos principais da nossa discussão, evidenciaremos as principais influências na origem e trajetória do partido, revelando as conseqüentes crises e rupturas que fatores externos promoveriam em suas estruturas.

O caminho percorrido pelo PCB e suas relações com a dinâmica social devem ser entendidas, nesta primeira fase, definitivamente ligada às conjunturas nacional e internacional. Desta maneira, consideramos fundamental a contextualização de alguns marcos referenciais nestes campos. Inicialmente, produziu-se uma concisa incursão pelos rumos da

Internacional Comunista (IC) e suas definições, que afetarão decisivamente os comunistas brasileiros. Ao tratarmos o domínio nacional, enfatizamos momentos da história brasileira que marcarão profundamente a orientação política do partido e suas tentativas de inserção nos movimentos sociais, limitando o procedimento até 1957, proposto neste trabalho como marco final de um ciclo do PCB.

## 2.1. DA FUNDAÇÃO ATÉ 1929

### 2.1.1. O legado da III Internacional

É primordial uma introdução à história da III Internacional para se entender as ações dos comunistas brasileiros, principalmente nos seus primeiros anos de existência. Crises internas, debates e reorientações políticas, cisões e rupturas. As transformações no Partido Comunista do Brasil, pelo menos a partir de 1929<sup>2</sup>, são diretamente marcadas pelos parâmetros estabelecidos por este aparelho soviético, idealizado como o “centro internacional que pudesse coordenar o processo revolucionário”<sup>3</sup>.

A consolidação do Estado soviético, a partir da Revolução de 1917, aventou a oposição à Internacional Socialista<sup>4</sup>, condenada pela adesão à política que desencadeara a Primeira Guerra Mundial. Assim, em 1919, como consequência à cisão teórico-prática do marxismo em processo de refundação e o “reformismo socialdemocrata”, instituiu-se a Internacional Comunista, também denominada III Internacional. Seu I Congresso fora

---

<sup>2</sup> O reconhecimento do Partido Comunista Brasileiro pela Internacional Comunista ocorrera em 1924, em seu V Congresso. Porém, devido ao pequeno interesse por “países coloniais”, a linha adotada pela III Internacional não causaria “efeitos imediatos sobre o PCB”. Em 1929, no VI Congresso, as diretivas da Internacional Comunista seriam aplicadas no Brasil, a partir da execução da I Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina. Assim, reduzira-se “a pouca autonomia existente a quase nada, no que se refere a pensar a realidade nacional” (KAREPOVS, D.; MARQUES NETO, J. C. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas. In: Ridenti, M.; Aarão Reis Filho (Orgs.), D. *História do Marxismo no Brasil, Volume V: Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas- SP. Editora Unicamp, 2002, p.114), uma vez que introduziu sumariamente a mudança na linha política e do próprio grupo dirigente em muitos partidos comunistas, inclusive o brasileiro.

<sup>3</sup> *Op. cit.* KAREPOVS, D.; MARQUES NETO, J. C. p.105.

<sup>4</sup> A Internacional Socialista, também conhecida como II Internacional, foi fundada em 1889 com o objetivo de concentrar os partidos social-democratas, anarquistas e operários, reunindo desde setores “reformistas” até os mais “revolucionários”. Em 1914, os anarquistas são expulsos de suas fileiras devido às divergências ideológicas frente à atuação da Internacional em instituições estatais para efetivar suas ações revolucionárias. A trajetória da II Internacional fora interrompida às vésperas da Primeira Guerra Mundial, quando o internacionalismo pregado em sua fundação deixa de ser preconizado frente à defesa nacional de seus respectivos governos, em meio ao conflito. Desta forma, “a guerra recebeu, assim, o apoio direto dos partidos socialistas, cujos chefes abandonaram e traíram o socialismo. Foi quando a Segunda Internacional encontrou sua morte inglória” (BUKHARIN, N.; PREOBRAZHENSKY, Y. *Capítulo V: A Segunda e a Terceira Internacional*. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/bukharin/1920/abc/cap5.htm>. Acessado em 10/10/2011).

marcado por críticas à atuação dos sociais-democratas, acusados de “traição à causa operária”, pela “defesa nacional” no conflito que se instalara em 1914. Desta maneira, avaliavam que

Os antigos partidos socialistas dividiram-se, em quase todos os países, em três correntes: os social-patriotas, traidores confessos e cínicos; os traidores dissimulados e hesitantes, chamados centristas; e, enfim, aqueles que ficaram fiéis ao socialismo e em torno dos quais se organizaram, mais tarde, os partidos comunistas<sup>5</sup>.

As resoluções do I Congresso destacavam ainda o caráter antimarxista da Internacional Socialista, revelando seu “colapso” frente aos movimentos proletários mundiais e a ascensão de uma nova organização, terminantemente revolucionária. O documento afirmava que

Durante a guerra e a revolução, manifestou-se não apenas a falência completa dos antigos partidos socialistas e socialdemocratas e ao mesmo tempo da Segunda Internacional, não apenas a incapacidade dos elementos intermediários da antiga social-democracia (dita “Centro”) para a ação revolucionária efetiva, mas atualmente vêm-se desenhar contornos da verdadeira Internacional revolucionária<sup>6</sup>.

Pautada na necessidade de reorganização do proletariado, a III Internacional, autointitulada o “partido da revolução mundial”<sup>7</sup>, fora edificada com o intuito de estabelecer os parâmetros ideológicos para a atuação dos partidos comunistas (PCs) espalhados pelo mundo. Apesar desta proposta de inserção direta nos PCs, no II Congresso da IC, em 1920, fica estabelecido que a organização

(...) deve estabelecer relações temporárias e formar também uniões com os movimentos revolucionários nas colônias e países atrasados, sem, todavia, fundir-se com eles, e conservando sempre o caráter independente de movimento proletário, ainda que em sua forma embrionária<sup>8</sup>.

Julgado como o verdadeiro Congresso de fundação da III Internacional, os debates concernentes à revolução mundial abrangeram a organização de partidos comunistas em países semi-capitalistas. Neste sentido, a possibilidade de movimentos revolucionários nestes países coloniais seria decorrente do caminho da revolução europeia. Ressaltava a relevância de se estender a revolução para as colônias, porém sob a hegemonia dos países avançados.

O III Congresso em 1921 se iniciou com um relatório de Leon Trotsky reconhecendo que a revolução mundial não estava próxima de ser desencadeada, devido à crise econômica. A partir de uma análise mais concreta da realidade, estabelece que a tomada de poder pelos

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>6</sup> *I Congresso da III Internacional*, março de 1919. Disponível em <http://www.moreira.pro.br/primeirocongc.htm>. Acessado em 10/10/2011.

<sup>7</sup> *Op. cit.* KAREPOVS, D.; MARQUES NETO, J. C. p. 105.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p.106.

partidos comunistas só se daria com a inserção destes na classe operária. Após uma sólida relação com esta seria possível a constituição de uma frente única amparada na aliança entre proletariado e socialdemocracia. No decorrer das discussões do III Congresso houve uma transformação pragmática na IC, que ultrapassa a condição de um “instrumento organizativo, político e ideológico da revolução, mas [torna-se] o instrumento para administrar e disciplinar o movimento comunista na espera da revolução mundial”<sup>9</sup>. Esta imersão na atuação prática permite focalizar as ações nas propostas de fundação de novos partidos comunistas, em especial em “países coloniais”<sup>10</sup>.

Em 1924, organiza-se o V Congresso da Internacional Comunista, marcado pelo início do controle do secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), Iosif Stálin, sobre o Estado soviético e posteriormente sobre a IC. A consequência deste controle se expressa na subordinação total dos partidos comunistas aos soviéticos, pois a importância destes era definida devido ao grau de comprometimento que tinham na aliança com a URSS contra o imperialismo.

O VI Congresso, de 1928, apresenta-se como essencial à nossa análise, por ser o primeiro em que a América Latina é analisada como objeto específico. Categoricamente em 1929, as novas orientações da III Internacional seriam implantadas no Brasil através da *I Conferência dos Partidos Comunistas na América Latina*, levando ao afastamento de quase toda a direção original do Partido Comunista do Brasil. No informe do VI Congresso, os países latino-americanos são caracterizados como coloniais, semicoloniais e dependentes, entretanto capazes de chegar sozinhos ao socialismo. Porém, “a transição à ditadura do proletariado é possível, como regra geral, somente através de uma série de etapas preparatórias, como resultado de todo um período de transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista”<sup>11</sup>. Fundava, ainda, dois aspectos importantes para entender a compreensão da América Latina pelos comunistas: a ausência de uma burguesia autônoma devido à presença acentuada do imperialismo e a caracterização de uma estrutura feudalista nos países latino-americanos. Dessa forma, a burguesia nacional não era considerada uma força revolucionária, assim encarada em países capitalistas.

---

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 106.

<sup>10</sup> A expressão “países coloniais” é utilizada para definir os países considerados feudais ou semif feudais, com estruturas sociais e econômicas retrógradas e dependentes economicamente de países capitalistas.

<sup>11</sup> *Op. cit.* KAREPOVS, D.; MARQUES NETO, J. C., p. 107.

Conforme Caio Prado Júnior, na formulação do programa do congresso, fica evidente a influência externa que seria exercida sob os comunistas dos países coloniais. Segundo o autor,

Presumiu-se então [...] que, não se encontrando naqueles países coloniais, semicoloniais ou dependentes (era entre estes últimos que se colocaram os países latino-americanos, incluindo o Brasil) um desenvolvimento apreciável, eles se encontrariam, de acordo com o esquema geral adotado, em transição do feudalismo para capitalismo. A sua etapa revolucionária seria, portanto, sempre dentro do mesmo esquema consagrado, o da revolução ‘democrático-burguesa’ segundo o modelo leninista relativo à Rússia czarista, também país atrasado, do ponto de vista capitalista, e ainda emergindo dos remanescentes do feudalismo para o capitalismo<sup>12</sup>.

Expressando uma nova linha política, o Congresso de 1928/1929, aponta um “processo de sectarização esquerdista” na política da Internacional Comunista, embasada na rejeição das alianças com a socialdemocracia, agora cunhada ideologia social-fascista. As discussões concernentes a esta linha foram embasadas em acirradas divergências entre Stálin e Léon Trotsky. Revelam, afinal, a legitimação da hegemonia do stalinismo na IC<sup>13</sup>.

O último congresso da Internacional Comunista fora realizado em 1935 (VII Congresso da IC), oito anos antes de sua extinção. Lançava-se uma política de formação de frentes populares contra o nazi-fascismo, numa tentativa de agradar os Aliados. Numa clara estratégia da sua política externa, a URSS previa a manutenção da paz como um meio de manter relações amistosas com os países capitalistas. Tais relações proporcionariam que possíveis acordos antissoviéticos com o Eixo não fossem idealizados. A constituição de frentes democráticas, neste sentido, se expressa como um apêndice para um objetivo maior. A possibilidade de ruptura com as sociedades capitalistas em que estas frentes são criadas não entra em voga nas discussões do VII Congresso. Tendo em vista, a coligação formada em torno dos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial, a Internacional Comunista e dissolvida, em 1943.

### **2.1.2. 1922: formação e fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB)**

*Fica fundado por tempo indeterminado, uma sociedade civil, no Rio de Janeiro ramificando-se por todo o Brasil – tendo por título Centro do Partido Comunista do Brasil, mas que será chamado Partido Comunista, seção brasileira da Internacional Comunista*<sup>14</sup>.

<sup>12</sup> PRADO JR., C. *A revolução brasileira* (1966), 6º ed. São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 46.

<sup>13</sup> *Op. cit.* KAREPOVS, D.; MARQUES NETO, J. C.

<sup>14</sup> *Artigo 1º da Ata de fundação do Partido Comunista do Brasil* (1922). Disponível em [www.moreira.pro.br/estatutospcb1922.htm](http://www.moreira.pro.br/estatutospcb1922.htm), acessado em 03/10/2011.

Fundado em 25 de março de 1922, o Partido Comunista do Brasil se instituiu sob o véu da ilegalidade. O Artigo 1º da ata de fundação do partido revela sua origem intrinsecamente ligada à estrutura e concepções da Terceira Internacional. Admitido como “seção brasileira da Internacional Comunista”, o PCB surgiu num momento de refundação<sup>15</sup> do marxismo, encabeçada por Lênin e Rosa Luxemburgo e de crise da luta operária sob inspiração anarquista no país.

Estruturalmente, o PC do Brasil se origina de três polos, referentes à cisão do movimento anarcossindicalista: o movimento operário do Rio Grande do Sul; o Grupo Comunista de Pernambuco; e o Grupo Comunista do Rio de Janeiro. Os três eixos fundadores do partido carregavam grande aparato teórico provindo do positivismo do movimento republicano e pragmatismo baseado nas organizações relativas ao século XIX. No Rio Grande do Sul, formou-se em 1921, o Grupo Comunista de Porto Alegre, composto principalmente por anarcossindicalistas influenciados pelo impacto da revolução socialista. Em janeiro de 1922, criou-se o Grupo Comunista de Pernambuco, embora já estruturado com a greve geral de 1919. O impacto da revolução socialista foi estabelecido com a viagem de Antônio Canellas, porta-voz do movimento grevista, à Europa e a sua posterior adesão ao marxismo. As discussões em torno da revolução russa e da formação de um partido autônomo vieram a seguir, encabeçadas pelo maçom Cristiano Cordeiro. No Grupo Comunista do Rio de Janeiro, é extremamente importante a figura de Astrojildo Pereira<sup>16</sup>. Região em que o movimento operário era mais combativo, este também era conduzido pelos anarquistas. Em vista de superar a crise instalada na organização do proletariado, em 1921, Pereira aproximou-se na ideologia marxista. Tem início os debates sobre as experiências russas, projetando possíveis formas de luta para o operariado contra o capital. A formalização do Grupo Comunista do Rio de Janeiro, responsável pela aglutinação dos diversos agrupamentos

---

<sup>15</sup> Tal refundação era marcada pela ênfase na autonomia do movimento operário e no recrudescimento com a contradição social que o capitalismo estabelece.

<sup>16</sup> Vinculado no início ao século XX ao movimento anarquista, Astrojildo Pereira aproxima-se do comunismo após a Revolução de 1917. Em 1922, participou efetivamente da fundação do Partido Comunista do Brasil, assumindo o posto de secretário-geral do partido. Junto com Octávio Brandão fundou o primeiro jornal operário, intitulado *A Classe Operária*. Além de seu trabalho intelectual, foi de extrema importância sua atuação para entendimentos políticos com o líder tenentista Luiz Carlos Prestes. O período de sua estadia em Moscou, durante o ano de 1929 e início de 1930, proporcionou influências nas suas concepções de “proletarizar o PCB”, substituindo dos grupos dirigentes os intelectuais por operários. Em novembro de 1930, suas posições “radicais” acabaram por provocar sua expulsão da secretaria-geral. No ano seguinte desligou-se definitivamente do partido. Para uma análise mais pormenorizada de sua trajetória política, examinar a obra “Astrojildo Pereira In Memoriam”, de José Roberto Guedes de Oliveira (2010).

comunistas que estão surgindo, acontece em novembro de 1921, pelo próprio Astrojildo Pereira.

Com vistas ao reconhecimento do partido no IV Congresso da IC (julho de 1922), a fundação prevista para o final do ano fora adiantada para março<sup>17</sup>. Os primeiros anos da trajetória do PCB são marcados por uma extrema tensão com os anarquistas, no que tange à direção do movimento operário. A legitimidade do partido na classe operária seria conseguida através do reconhecimento internacional como um “movimento de vanguarda política e cultural de caráter universal, tal como a IC, projetado instrumento da revolução socialista”<sup>18</sup>. Conforme Marcos Del Roio,

O PCB nasceu para prover o movimento operário de um novo instrumento que fizesse frente à ofensiva do capital e do Estado liberal em crise. Para poder nascer, era preciso demarcar sua especificidade político-cultural, cindindo o movimento; para poder mostrar sua eficácia, era preciso construir a frente única proletária; e, para obter credibilidade e ganhar legitimidade nesta complexa empreitada, era preciso estar acoplado a um movimento de caráter universalizante, tal qual o representado pela Revolução Russa e pela IC<sup>19</sup>.

A tensão com os anarquistas vai perdurar ao longo de toda a década de 1920. A ideologia anarquista já havia demonstrado sua força no âmbito da luta operária, já consolidada nas primeiras décadas dos anos 20. Agora, restava ao movimento comunista, então incipiente, tomar as rédeas das massas. E isto só seria possível com a consagração da Internacional Comunista, que só ocorrerá dois anos após a instituição do partido.

### 2.1.3. O primeiro ciclo de ilegalidade (1922-1929)

Da fundação até 1925, a atuação do PC do Brasil é estruturada pela polêmica com os anarquistas. Os princípios anarquistas estavam embasados na negação de qualquer forma de autoridade expressa pelo Estado ou por representações políticas. Nesta perspectiva, não admitiam a formação de um partido que pudesse guiar a classe operária. Em contraposição a esta ideia, os comunistas amparados nas concepções russas, buscavam delinear uma

<sup>17</sup> É válido ressaltar que a primeira Comissão Central Executiva (CCE) do PCB era formada por cinco membros e cinco suplentes. Entre os dirigentes estavam Abílio de Nequete, Astrojildo Pereira, Antônio Canellas, Luiz Peres e Antônio Cruz Jr. Os suplentes eram Cristiano Cordeiro, Rodolfo Coutinho, Joaquim Barbosa, Antônio de Carvalho e Manuel Cendon. Após afastamentos e expulsões, em fins de 1922, Octávio Brandão se integraria à direção do partido (DEL ROIO, Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940). In: Ridenti, M.; Aarão Reis Filho (Orgs.), D. *História do Marxismo no Brasil, Volume V: Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas- SP. Editora Unicamp, 2002).

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 25.

orientação voltada para uma direção política centralizada, instituída no partido operário. Esta autoridade seria a condição preliminar para a estruturação das forças sociais. A institucionalização do movimento firmaria suas bases na constituição de uma frente única proletária, estabelecida nos sindicatos. Neste âmbito, os impasses em torno da política sindical foram a principal causa dos conflitos entre comunistas e anarquistas.

Na tentativa de efetivar sua conquista sob o movimento operário, os dirigentes do Partido Comunista do Brasil, se aproximam dos “reformistas”<sup>20</sup>. Para coadunar com sua proposta de frente única, promovem uma aliança com a Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira (CSCB), que possuía raízes no Ministério da Agricultura. Os anos em que a aliança perdurou foram marcados pela difusão de textos produzidos pela IC e de defesa da frente única, inserindo os comunistas mais detidamente no cenário político nacional (DEL ROIO, 2002). É importante destacar, que nestes primeiros anos, o PCB contava com poucos intelectuais, ficando a discussão teórica-política só a cargo de Octávio Brandão e Astrojildo Pereira.

O II Congresso do PCB foi realizado em 1925, sob o estado de sítio vigente do governo de Artur Bernardes. Devido a esta imersão geral na clandestinidade, o partido contava com efetivos significativos somente em Pernambuco, e alguma expressão no Rio de Janeiro. Os debates referentes ao congresso foram dirigidos à mercê da luta pelo rompimento com a herança anarquista e a entrada de vez no campo comunista. Em busca deste objetivo, o grupo dirigente tentou estabelecer uniões consistentes para a formação de uma frente única de forças políticas anti-oligárquicas<sup>21</sup>. A principal aliança a ser executada era com a esquerda positivista, composta por militares, intelectuais do serviço público e imprensa. Em segundo plano, poderia se compor também uma aproximação com liberais que criticavam o regime excludente liberal-oligárquico.

A esquerda positivista, constituída pela “pequena burguesia”<sup>22</sup>, reunia-se com maior vigor no exército brasileiro. Sendo a ordem mais influenciada pela concepção positivista,

---

<sup>20</sup> Entre os “reformistas” reunia-se a esquerda integrante da social-democracia e do positivismo, que entendia por socialismo “a conquista de condições civis essenciais para o mundo do trabalho urbano” (*Ibidem*, p.14), numa concepção incipiente da revolução socialista proclamada pelos comunistas.

<sup>21</sup> *Op. cit.* DEL ROIO, M.

<sup>22</sup> O termo “pequena burguesia” é utilizado em todo o texto, com base nas palavras de Karl Marx em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, caracterizando-a como “uma classe de transição”, com um projeto e atitude políticos que a identificam em qualquer época. Neste âmbito, a interpretação pecebista considera que “o conceito de pequena burguesia se refere não somente aos pequenos proprietários de meios de produção, mas também a certos estratos sociais cuja posição econômica, política e ideológica os colocam como uma classe apoio da burguesia monopolista” (NUCCI JR, R. *Algumas considerações sobre as burocracias sindicais e partidárias*. Disponível em <http://www.pcb.org.br/portal/precongresso/algumasconsideracoes.pdf>. Acessado em 10/10/2011.

tornava-se primordial a aliança naquele momento. Tal angariamento de forças proporcionaria a interação de operários com a pequena-burguesia. O importante marco desta aliança foi a formação do “Kuomintang brasileiro”<sup>23</sup>, a partir de um encontro de Astrojildo Pereira e Octávio Brandão com o positivista Leônidas de Rezende, o qual legitimou a ideia de criação de uma ampla frente única. O pequeno sopro de vida do Kuomintang brasileiro teve fim com o curso adotado pela Revolução Chinesa (1925-1927)<sup>24</sup> e a consequente guinada à esquerda da III Internacional.

Com base neste processo de "sectarização" da IC no ano de 1928, a cúpula do partido é tomada por uma crise interna. O grupo encabeçado por Joaquim Barbosa considerava que o partido tinha que centrar as atenções no seu fortalecimento nos sindicatos, o que indicaria a paulatina construção da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). Paralelamente, funda-se no partido um movimento de oposição à vinculação com a pequena-burguesia. No decorrer desta crise interna, houve a expulsão de dezenas de militantes que culminou com a posterior criação do Grupo Comunista Lênin (1930).

No mesmo ano, no III Congresso do PC do Brasil, ficara determinado pelo Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista (SSA-IC), o fim de qualquer ligação dos comunistas com a “pequena burguesia”, primordialmente representada pela “Coluna Prestes”<sup>25</sup>. As resoluções do SSA-IC revelavam ainda o início da importância dada à questão agrária, na construção de uma força operário-camponesa, numa clara alusão às propostas da IC. Na tentativa do estabelecimento de uma linha condizente com a realidade brasileira, o

---

<sup>23</sup> O termo “Kuomintang” torna-se elucidativo ao fazer referência ao Partido Nacional do Povo organizado em 1919 por Sun Yat-sen, na China. Sua aliança com os comunistas irão perdurar até 1927, ano em que Chiang Kai-shek sucede ao poder em coloca em prática sua política anticomunista.

<sup>24</sup> Considerada a I Revolução Chinesa, foi uma guerra civil desencadeada devido à nomeação do fundador do Partido Nacionalista Chinês (Kuomintang), Sun Yat-sen, como primeiro presidente da República Chinesa, em 1911. Após sua morte, em 1924, ocorreu uma disputa pelo controle do Kuomintang, que acabou se fundindo com o Partido Comunista Chinês. O conflito interno extremou-se em 1927, com a ascensão de Chiang Kai-shek à liderança do partido, com sua política anticomunista.

<sup>25</sup> Também chamada de “Coluna Invicta”, inseria-se no movimento tenentista dos anos 20 contra a crise estrutural do governo republicano. Sua origem remontava às oposições gaúchas ao regime, tendo como lideranças Luiz Carlos Prestes e Miguel Costa. Em 1924, a junção com a coluna paulista deu forças ao movimento que atuou no interior do país, com a prática de “guerra de movimento”. Segundo Anita Leocádia Prestes, “a Coluna Prestes durou 2 anos e 3 meses, percorrendo cerca de 25 mil quilômetros através de treze estados do Brasil. Jamais foi derrotada, embora tenha combatido forças muitas vezes superiores em homens, armamento e apoio logístico, tendo enfrentado ao todo 53 combates. Os principais comandantes do Exército nacional não só não puderam desbaratar a Coluna Prestes, como sofreram pesadas perdas e sérios reveses impostos pelos rebeldes durante sua marcha. A Coluna, em seu périplo pelo Brasil, derrotou 18 generais” (PRESTES, A. L. *A Coluna Prestes: uma epopéia brasileira*, 1997. Disponível em: [http://www.cecac.org.br/mat%E9rias/Coluna\\_Prestes\\_Anita\\_Leocadia\\_Prestes.htm](http://www.cecac.org.br/mat%E9rias/Coluna_Prestes_Anita_Leocadia_Prestes.htm). Acessado em 10/10/2011.).

papel do trabalhador do campo ainda é visto como subjacente devido às condições feudais e pré-capitalistas a que estão submetidos<sup>26</sup>.

Apesar da determinação do SSA-IC para o programa do III Congresso do partido, militantes reunidos sob as concepções de Astrojildo Pereira, ressaltaram que o país estaria às portas de “um período de transição entre a economia agrária e a economia industrial”<sup>27</sup>. As relações capitalistas já haviam chegado ao campo. A elucidação de tal perspectiva, oposta à oficial do partido, revelava o processo de revolução burguesa e a constituição de novas classes dominantes no Brasil. Nesta conjuntura, o papel do PCB era de atuar, dirigindo o proletariado e promovendo sua aliança com a pequena-burguesia. Esta corrente, dirigida por Pereira, reconhecia a hegemonia do proletariado, mas para o desencadeamento da revolução era imprescindível o apoio da “pequena burguesia”, representada pelos militares, em especial Luiz Carlos Prestes.

Em setembro de 1929, o X Pleno da Comissão Executiva da Internacional Comunista (CEIC) firma sua intervenção direta na América Latina, com a divulgação da *Carta aberta aos partidos comunistas da América Latina sobre os perigos de direita*. O conteúdo do documento referia-se à superestimação do papel da pequena burguesia e da burguesia como forças revolucionárias, deixando de perceber a “condição semicolonial” da região. Deste modo, propunham a modificação nas bases dos partidos, buscando maior inserção nos ambientes de trabalho do operariado urbano.

Revelando a sua condição de “seção brasileira da Internacional Comunista”, em outubro do mesmo ano é realizado o III Pleno do Comitê Central (CC)<sup>28</sup> do PCB, que estabelecia uma alteração radical na linha política: a aliança com a pequena burguesia é

---

<sup>26</sup> *Op. cit.* DEL ROIO, M

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 34.

<sup>28</sup> Os *Estatutos do Partido Comunista Brasileiro* estabelecem as funções do Comitê Central. Conforme o “Art 33º - O Comitê Central é o órgão dirigente do Partido entre um e outro Congresso. O número de membros efectivos e suplentes do Comitê Central é estabelecido pelo Congresso Nacional. Os poderes principais do Comitê Central são: a) dirigir toda a atividade partidária em cumprimento às resoluções do Congresso Nacional do Partido; b) examinar a prestação de contas da Comissão Executiva do Comitê Central e do Secretariado do Comitê Central, e sobre ele decidir; c) representar o Partido nas relações com outros partidos e organizações; d) nomear e substituir os responsáveis pelos órgãos centrais da imprensa do Partido; e) distribuir os quadros do Partido; f) resolver sobre os candidatos a postos públicos electivos federais a serem registrados na legenda do Partido ou por este apoiado; g) estabelecer as normas relativas às contribuições dos membros do Partido e as quotas financeiras a que são obrigadas as organizações partidárias e administrar os meios financeiros e os bens patrimoniais do Partido; h) autorizar os Comitês Estaduais ou Territoriais, quando necessário e em casos excepcionais, a organizarem em suas circunscrições Comitês em sectores profissionais, tendo em vista unir os membros do Partido para uma atuação partidária mais eficiente; i) eleger entre os membros da Comissão executiva, o Secretário-Geral, três ou mais secretários que constituirão o Secretariado do Comitê Central. Eleger a Comissão Nacional de Controlo” (*Estatutos do Partido Comunista Brasileiro*. Dezembro de 1967, p.205-206. In: PCB: Vinte anos de política. Documentos (1958-1979). LECH- Livraria Editora Ciências Humanas, 1980).

deixada de lado e surgem como forças principais da revolução brasileira o proletariado, a massa de assalariados agrícolas e os camponeses. A proposta de guinada à esquerda da III Internacional se edificava com a concepção de que “o partido [comunista] deve depurar resolutamente os quadros de direita”<sup>29</sup>, responsáveis pela liquidação de seu papel revolucionário. Uma nova crise interna é desencadeada: Astrojildo Pereira, Octávio Brandão e Cristiano Cordeiro, identificados como os dirigentes de “direita” do partido são afastados do Comitê Central. As resoluções de 1929, relativas ao “sectarismo esquerdizante” da III Internacional, culminaram com o “colapso do grupo dirigente original do PCB”.

## **2.2. O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL NA DÉCADA DE 1930**

Os anos 30 iniciam-se com uma reviravolta nacional promovida pelos ditames da Revolução de 1930. Amparados na dialética da revolução agrária e anti-imperialista, os pecebistas a consideram uma “contrarrevolução preventiva”. As atenções estavam voltadas para os inimigos principais do PC: as outras esquerdas, representadas pelo “prestismo” (identificado com o social-fascismo) e pelo trotskismo. Neste sentido, a análise da trajetória do partido comunista, nesta conjuntura, é fundamentalmente marcada pela tensão e reviravolta do “caso Prestes”: as tentativas de inserção do ex-líder tenentista às fileiras do partido.

### **2.2.1. A crítica ao “prestismo” e a entrada de Prestes no PCB**

No exílio, Luiz Carlos Prestes acaba se aproximando da teoria marxista. Desde 1927, obteve um contato sólido com os comunistas, quando os dirigentes do PCB foram visita-lo na Bolívia. Mas as perspectivas e formas de ação o diferenciavam da direção do partido, o que tornou difícil uma vinculação de imediato.

O mito criado à figura de Prestes estava consolidado desde sua participação nos movimentos tenentistas, em especial, o movimento denominado pela imprensa de “Coluna Prestes” (1925-1927). Aquela que também lhe imprimiu a alcunha de “Cavaleiro da Esperança” (MOTTA, 2004). O prestígio de Prestes não deixaria sua conversão ao comunismo passar em branco. Esta condicionou uma cisão nos movimentos militares e comunistas do Brasil. A aproximação do “Cavaleiro da Esperança” dos dirigentes oficiais do

---

<sup>29</sup> *Op. cit.* DEL ROIO, M.; p. 39.

PCB, particularmente Astrojildo Pereira, gerou dissidências no interior do partido e a ruína da direção pecebista que dera origem à instituição<sup>30</sup>.

A tentativa de adesão de Luiz Carlos Prestes ao PC do Brasil culminou em crise interna. A “esquerda” do partido, que apoiava plenamente as resoluções do X Pleno da CEIC (1929), se opunha a qualquer aproximação com o líder militar. Assim, muitos de seus simpatizantes partidários eram expulsos ou marginalizados, enquanto Prestes se aproximava do SSA-IC. Em 1931, ele propaga um documento no qual se declara comunista e condizente com a linha da IC e do PCB. Logo depois, é transferido para a URSS, onde permanece por três anos.

No ano de 1932, a resolução do pleno do Comitê Central dificulta novamente a entrada de Prestes:

O pleno do CC realizado em janeiro de 1932 confirmou a linha política de ‘classe contra classe’, assim como a exclusão de vários militantes identificados com os ‘desvios de direita’ e com o ‘prestismo’, ou seja, com a orientação política do III Congresso, que apregoava a aliança do PCB com a Coluna Prestes<sup>31</sup>.

Ainda no pleno de 1932, aprovou-se por unanimidade, a expulsão de Astrojildo Pereira do partido. O projeto de admissão de Luiz Carlos Prestes levava um novo golpe.

A I Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil, realizada em 1934, promoveu a consolidação de um novo grupo dirigente, angariando setores à esquerda do grupo original e simpatizantes de Prestes. Com esta nova conjugação de forças no Comitê Central, o PCB passa a se envolver em todas as dimensões da luta social, em oposição ao regime feudal-burguês vigente. No fim de 1934, após uma árdua caminhada, por imposição da Internacional Comunista, Prestes ingressa oficialmente no PC do Brasil<sup>32</sup>. A partir de sua entrada, o partido ganhou em número de militantes e prestígio. Em cima da imagem já consolidada de Prestes, o PCB dedicou-se ao progresso do culto ao mito. A campanha de “heroicização” de Prestes foi promovida com a intenção de reforçar sua popularidade e transferi-la para os comunistas brasileiros.

É importante ressaltar o papel que a historiografia dedica ao “grande homem do movimento tenentista brasileiro”. Luiz Carlos Prestes é tido como a figura mais importante da história do PCB, devido à sua longa permanência na organização e seu prestígio que em alguns momentos chegou a ser maior que do próprio partido. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, “Prestes foi assumindo o papel dos mitos políticos modernos: herói envolto numa

---

<sup>30</sup> *Ibidem*.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 44.

<sup>32</sup> Cf. *A Classe Operária*, 27/09/1934.

narrativa legendária, encarnação das utopias de um grupo e elemento poderoso”<sup>33</sup>. A trajetória do Partido Comunista do Brasil, no período de 1934-1982<sup>34</sup>, estará intrinsicamente condicionada às orientações do “Cavaleiro da Esperança”.

### 2.2.2. A ANL e o Levante Comunista de 1935

Como efeito da I Conferência Nacional do PCB, podemos determinar o crescimento das forças comunistas e do movimento de massas. Para capitanear as forças populares, surge, em 23 de março de 1935, a Aliança Nacional Libertadora (ANL). O apoio do PCB expressava-se na condecoração de Prestes como presidente de honra da nova organização. Composta por um grupo de indivíduos com diferentes concepções político-filosóficas, unidos por um ideal de revolução democrática, a ANL recuperava as propostas do grupo dirigente original do PCB, realizando alianças entre as classes operárias e as camadas médias, como a juventude rebelde<sup>35</sup>.

A Aliança Nacional Libertadora era formada, basicamente, por ex-militantes e frações de esquerdas marginalizadas pelo PCB, seções estaduais do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), algumas seções do Partido Social Democrata (PSD) e quase todo o Partido Socialista Brasileiro (PSB). A legitimação do apoio comunista à organização veio em maio, quando o PCB divulgou a palavra de ordem: “Todo poder à ALN!” A declaração tinha o objetivo de impor sua presença à ilegalidade imposta pelo governo Vargas. Poucos dias depois a ANL também passa à clandestinidade<sup>36</sup>.

Em agosto do mesmo ano, a direção partidária pecebista, em análise da realidade brasileira, reconhece a debilidade do operariado urbano e rural. A única saída, vista pelo PCB e pela nova organização, era incitar as forças exército brasileiro. Através de uma ação militar, o desencadeamento de uma insurreição popular poderia ser efetivado. Todas as fichas eram apostadas na juventude militar. Enquanto a repressão se aprofundava, as duas organizações passavam a programar um movimento insurrecional para o fim do ano.

O levante foi antecipado para 23 de novembro, devido à reorganização de forças oligárquicas que estavam se estabelecendo no Rio Grande do Norte. A insurreição, com coordenação em Recife, foi promovida em nome da ANL e de Prestes. No dia 27, em que se

<sup>33</sup> MOTTA, R. P. S. Batalhas em torno do mito: Luiz Carlos Prestes. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. nll 34. julho-dezembro de 2004. p. 92.

<sup>34</sup> Nas discussões do VII Congresso, em 1982, o grupo liderado por Prestes, se opondo às resoluções da maioria do Comitê Central, rompe definitivamente com o Partido Comunista Brasileiro.

<sup>35</sup> *Op. cit.* PRESTES, A. L.

<sup>36</sup> *Op. cit.* DEL ROIO, M.

decidiu alastrar o movimento para o Rio de Janeiro, “toda a base de sustentação sindical estava desmantelada, e os militares aliancistas ficaram isolados”<sup>37</sup>. O apoio popular fora insuficiente e a repressão fora rápida.

O que sobrou da direção do PCB rumou ao Nordeste, retirando, em abril de 1936 o apoio à ANL. A distensão e posterior enfraquecimento do CC provocaram nova crise interna, gerando sucessivas cisões em seções regionais.

### **2.3. O PERÍODO DE 1943 A 1947**

#### **2.3.1. Conferência da Mantiqueira: o Partido volta às massas**

A atuação repressiva do governo após o *Levante de 1935* e a desestruturação da direção pecebista, culminaram, em abril de 1940, no desmantelamento completo do partido. A reestruturação só viria acontecer em 1943, na constituição da “Conferência da Mantiqueira” que ficou conhecida como a “refundação do partido de 1922”. Realizada no Vale da Paraíba, a reunião consolidou a reconquista do direito de existir do PCB, mesmo que na clandestinidade. Nela estabeleceu-se um novo grupo dirigente, solidificado ao redor de Prestes, formado por militantes adeptos do antifascismo e sem expressão nas direções anteriores.

Além da reorganização orgânica do PC do Brasil, a importância da Conferência de 1943, estende à confecção de uma linha política, baseada na proposta de criação de uma ampla frente única contra o nazi-fascismo. A amplitude da frente esboçada evidencia-se na sugerida aliança com o próprio governo ditatorial, como propulsor do avanço das lutas sociais e do próprio partido comunista. A orientação aprovada pela Conferência da Mantiqueira obteve êxitos. A pressão exercida ao governo para que entrasse na guerra ao lado dos Aliados suscitou um impulso aos movimentos sociais, e os comunistas saíram vitoriosos nesta reivindicação<sup>38</sup>. A glória dos comunistas estava em ascensão.

#### **2.3.2. O alvorecer de 1945 e o choque de 1947**

---

<sup>37</sup> *Op. cit.* DEL ROIO, M; p. 59.

<sup>38</sup> AARÃO REIS FILHO, D. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964, In: Ridenti, M.; Aarão Reis Filho (Orgs.), D. *História do Marxismo no Brasil, Volume V: Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas- SP. Editora Unicamp, 2002.

O período que se estende de 1945 a 1947 é caracterizado pela redemocratização da sociedade brasileira, possibilitado pelo final da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo. O contexto mundial é marcado pela impulsão dos PCs no que tange às formas de organização e apoio popular. No Brasil, após diversas manifestações pela democratização, é formalizada a derrubada da ditadura em oito de maio de 1945. O “Cavaleiro da Esperança” saíra da prisão e fora saudado por uma multidão num dos maiores estádios de futebol do país. A atmosfera lançava-se a favor dos comunistas. Com o apoio de Getúlio Vargas, o partido comunista adota uma linha política voltada para formação da “frente ampla e democrática” e apoia a permanência do presidente no cargo até que as eleições fossem realizadas, engajando-se no movimento “queremista”. A estratégia política do PCB visava ampliar suas bases institucionais e sua propagação no cenário nacional. Pragmaticamente, “mais que preocupados com os destinos de Vargas, os comunistas estavam interessados nos desdobramentos políticos e institucionais, na sobrevivência do partido e do movimento operário”<sup>39</sup>.

A deposição do presidente em 29 de outubro refletiu-se negativamente: o PCB se sentia cada vez mais longe de ter alguma chance de poder. Porém, nas eleições de novembro, o candidato comunista, lançado um mês antes, Yedo Fiúza, recebeu 9,7% dos votos. Resultado: o PC do Brasil torna-se o quarto partido entre as forças políticas nacionais. Ainda em 1945, elegeu 14 deputados para a Assembleia Constituinte, revelando-se um incômodo para as elites. A partir desta consolidação institucional, a direção partidária passa a encarar o espaço parlamentar como único produtor dos projetos almejados.

A posição dos dirigentes, que expressava o anseio pela manutenção na brecha de poder alcançada, se diferenciava das bases do partido. Enquanto o Comitê Central colocava em prática uma política de “ordem e tranquilidade”, pedindo para que os trabalhadores “apertassem os cintos”, muitos militantes diretamente ligados aos sindicatos se envolveram prontamente no movimento operário. O militante Hércules Corrêa relatou que “nós [militantes], que trabalhávamos nos sindicatos, no dia-a-dia e na prática, estávamos cada vez mais distantes do pensamento da direção. E aqui é preciso deixar uma coisa bem clara – o PCB não era, nunca foi, apenas a sua direção”<sup>40</sup>. O tom da declaração de Corrêa evidencia o descontentamento dos operários e das próprias organizações de base com a direção pecebista.

---

<sup>39</sup> SILVA, F. T. da; SANTANA, M. A. O equilibrista e a política: o ‘Partido da Classe Operária’ (PCB) na democratização (1945-1964). In: Ferreira, J.; Aarão Reis Filho, D. (Orgs.) *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 105.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 107.

O PCB se veria numa encruzilhada: um novo colapso da estrutura interna do partido. A aliança com o governo Vargas que resultou, num primeiro momento, no fortalecimento dos comunistas, posteriormente, proporcionou um retrocesso do PC nos meios sindicais.

Em voltas com a ascensão dos movimentos sociais, a política de “apertar os cintos” teve duas consequências negativas: de um lado, o partido passou a ser identificado com as classes dominantes e culpabilizado pelas repressões impostas aos trabalhadores; por outro, a radicalização das lutas proporcionou um crescimento, na imprensa, da propaganda anticomunista. A fragilidade do partido frente à realidade nacional, já evidenciada em fins de 1946, resultou na cassação do seu registro em sete de maio de 1947. A acusação imputada para que a invalidação da legalidade fosse aprovada, situava a ideia de que o PCB compunha-se como uma subdivisão do partido de Moscou. Desse modo explicava-se o nome Partido Comunista *do Brasil*, que atuava com um programa legal e outro ilegal. Em janeiro de 1948, foram cassados os mandatos de todos os comunistas eleitos. Os canais parlamentares e os acessos ao movimento sindical estavam cortados.

### **2.3.3. A aliança comunista-trabalhista**

A intenção deste excerto é mostrar que os militantes das correntes comunista e trabalhista muitas vezes fizeram alianças, mesmo que sem o consentimento do Comitê Central pecebista. A importância desta união é corroborada pela hegemonia que ela acarreta na estrutura sindical, no período compreendido entre 1945 e 1964. Considerados os “anos dourados” da democracia brasileira, na prática a conjuntura que se estabelece é marcada por eventos de extrema repressão e exclusão do proletariado e seus representantes na cena política nacional. Os partidários dos trabalhadores se reuniam em torno do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado em 1945, e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que retorna à legalidade em 1945, permanecendo até 1947. A relação destes partidos até 1964 aprofundou-se de tal forma, “a ponto de tornar-se quase impossível falar de um sem referência ao outro”<sup>41</sup>.

Em fins do Estado Novo, devido ao momento delicado da ditadura brasileira frente ao conflito mundial, ocorre um estímulo à assistência sindical como forma do governo angariar apoio no movimento operário. Enquanto isso crescia o prestígio do partido trabalhista, representado pelo Ministro do Trabalho de Getúlio, Alexandre Marcondes, que

---

<sup>41</sup> SANTANA, M. A. *Bravos Companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964)*. In: Ferreira, J.; Aarão Reis Filho, D. (Orgs.) *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 241.

estimulou a propaganda em prol das medidas trabalhistas. Os comunistas também começavam a se reorganizar após a derrota de 1935, através da Conferência da Mantiqueira, realizada em 1943. A reestruturação completa do PCB se efetuará no início de 1945, através da Lei Constitucional nº9 e o consequente registro legal do partido. A partir daí, a aliança PTB-PCB se legitima nos “meios operários e sindicais”.

Desde 1945, a aliança entre comunistas - trabalhistas se consolida, e a trajetória no meio dos trabalhadores, ora os aproxima, ora os afasta. Esta coligação de forças promove o crescimento da mobilização operária, mas, em contrapartida, enfraquece a política oficial do PCB nos sindicatos. A trajetória dos pecebistas se confunde com a do movimento social nestes anos. Neste sentido, o número de trabalhadores sobre influência do PCB é muito maior que do PTB. Porém, a linha oficial do partido é estritamente ligada às concepções moderadas da revolução brasileira, amparada em reformas parciais na estrutura política e embasada na aliança com a “burguesia nacional” e a “pequena burguesia”. Adotando a política de “ordem e tranquilidade”, o PCB irá defender uma política de entendimento entre os trabalhadores e o patronato.

A deposição de Vargas trouxe consequências funestas aos comunistas. O novo presidente, Eurico Gaspar Dutra, não via na classe trabalhadora uma aliada. A ordem do dia ressaltava “o perigo da ameaça comunista”. O regime endureceu: a Lei nº 9070, de 1946, regulamentava o “direito de greve”, firmando que o governo poderia quando quisesse considerar uma greve ilegal. A partir daí muitos sindicatos sofreram intervenção e, outros tantos, foram fechados. As brechas do fechamento do espaço sindical foram aproveitadas pelas organizações de base, que se tornaram as forças de manutenção do partido no movimento social.

A sólida aliança com os trabalhistas despedaça em 1948, quando o PC do Brasil muda os rumos de sua orientação política. Ocorre uma inflexão da prática comunista nos sindicatos, não mais vinculada aos “partidos burgueses” ditos de oposição. No entanto, é importante salientar que alguns militantes de base não seguiram a orientação da direção nacional, aproximando-se de setores do trabalhismo. Nesta perspectiva,

no período de 1947-1950, a atuação comunista acabou se caracterizando por um incipiente controle da base de trabalhadores, que se dava ainda de forma pouco orgânica, além da dificuldade encontrada pelo partido no sentido de fazer com que a militância operária efetivasse suas deliberações<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 257.

No segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), os comunistas, seguindo a linha política consolidada em seu IV Congresso, criticam severamente o presidente, afetando a aliança com os trabalhistas, embora esta não tenha deixado de existir. Houve um aumento na diferenciação das práticas operário-sindicais com a linha oficial do partido. O ex-militante Hércules Côrrea apontou que a nova presidência de Vargas expressava um nacionalismo mais genuíno no círculo operário, influenciando as bases comunistas que atuavam nas fábricas, que acabaram por pressionar a linha “esquerdista” do partido. Uma tensão vinda de baixo para cima que a direção do partido procura amenizar a qualquer custo.

A partir de 1953, juntam-se os cacos da coligação PCB-PTB, por influência das organizações de base comunistas. O início do amálgama entre os setores comunista e trabalhista se materializou na greve dos 300 mil, em São Paulo. A consolidação definitiva da aliança é determinada pela ascensão de Jango aos moldes trabalhistas, dando-lhes maior radicalidade, e o suicídio de Vargas.

Um pacto de interesses. Uma aliança contraditória, em que os meios eram sacrificados pelo fim. “Nessa aliança competitiva buscavam sempre, de forma estratégica, o avanço de suas posições sobre as dos demais aliados. Sem descartar a unidade na ação, visavam, no longo prazo, à derrota política dos outros agrupamentos”<sup>43</sup>.

## 2.4. O PERÍODO DE 1948 A 1954

### 2.4.1. Implicações da ilegitimidade institucional

#### 2.4.1.1. *Os Manifestos de Janeiro de 1948 e Agosto de 1950*

Diante das ameaças cada vez mais fortes da reação fomos silenciando cada vez mais a respeito dos nossos objetivos revolucionários e caindo insensivelmente nos limites de um quadro estritamente legal e de pequenas manobras (...). Essa tendência direitista se caracteriza ainda pela sistemática contenção das lutas das massas proletárias em nome da colaboração operário-patronal e da aliança com a burguesia-progressista<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 267.

<sup>44</sup> *Resolução do Manifesto de Janeiro de 1948*. Disponível em [http://www.fmauriciograbois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id\\_sessao=50&id\\_publicacao=170&id\\_indice=1270](http://www.fmauriciograbois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=170&id_indice=1270). Acessado em 03/10/2011.

A volta à ilegalidade promoveu consequências nefastas às estruturas do PCB. A partir daí, um novo exame de suas concepções é iniciado, proporcionando uma guinada política à esquerda, embasada na influência da Kominform<sup>45</sup> (1947) e da Revolução Chinesa (1927-1949)<sup>46</sup>. Esta nova orientação política, voltada para a derrubada do governo “fascista”, substituindo para um “governo democrático e popular” não mais condizia com a proposta de revolução democrático-burguesa. Segundo José Antônio Segatto, “para implementar uma orientação exageradamente sectária e voluntarista, estreita e clandestinizante, à base de uma concepção golpista do processo político que o levará ao isolamento”<sup>47</sup>.

Já no início de 1948, o Comitê Central intuindo o erro que cometera ao aliar-se com a “direita”, iniciou uma reviravolta da orientação política partidária. O *Manifesto de 28 de Janeiro de 1948* foi redigido por Prestes e revelou uma extrema autocrítica à atuação do partido comunista durante a legalidade. A redefinição da linha política projetou uma posição “esquerdizante”, voltada para a revolução imediata e à crítica e expurgamento ao “reformismo direitista” que tinha tomado o partido. Corroborando tal ideia, foi lançado em 1950, o *Manifesto de Agosto*, também escrito por Prestes, que defendia o voto em branco nas eleições daquele ano. Como expressou Hércules Côrrea, a linha proposta impingia “o golpe principal sobre o nacional-reformismo da burguesia”, mesmo que os principais inimigos fossem considerados o imperialismo e o latifúndio<sup>48</sup>.

A partir da divulgação dos manifestos ocorreu uma curvatura da prática comunista em direção aos sindicatos. Os partidos que até então se apresentavam como aliados (PTB e PSB), receberam a pecha de reacionários. As críticas e a nova posição política do partido fez ruir a aliança construída com os trabalhistas. Neste sentido, os petebistas eram considerados os “[...] politiqueiros do partido do Sr. Vargas, miseráveis fura-greves e traidores da classe operária [...]”<sup>49</sup>.

<sup>45</sup> Agência de Informação dos Partidos Comunistas, criada em 1947, marcada por concepções do partido soviético e pelo dogmatismo stalinista.

<sup>46</sup> A Revolução Chinesa se legitimou após um longo processo de luta, baseado na “combinação de dois movimentos sociais: a luta dos camponeses pela terra e a luta do povo chinês pela reconquista da independência nacional” (AARÃO REIS FILHO, D. *A revolução chinesa*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 9). A composição destes dois fatores no desencadeamento da revolução proporcionou a edificação de seu caráter particular, destacando um novo modelo de sociedade, uma “nova estratégia de poder” (guerra prolongada) e uma “nova proposta de aliança” entre classes. Segundo Daniel Aarão, “o movimento social camponês provava na prática sua capacidade política e potencial revolucionário, agrupando as demais classes e setores sociais em torno de suas lutas e se construindo na força social principal da Revolução” (*Ibidem*, p. 107-108).

<sup>47</sup> SEGATTO, J. A. PCB: questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs) *O Brasil republicano Volume 3: O tempo da experiência democrática*. Civilização Brasileira, 2003, p. 226.

<sup>48</sup> *Op. cit.* SILVA, F. T. da; SANTANA, M. A.

<sup>49</sup> *Op. cit.* AARÃO REIS FILHO, D. (2002), p. 77.

O governo Dutra é definido como de “traição nacional”, qualificado como simples fantoche do imperialismo norte-americano. Em oposição à “revolução democrático-burguesa” pregada nos anos anteriores, surge a proposta de “revolução agrária e anti-imperialista”, dirigida por uma “Frente Democrática de Libertação Nacional”, com direção do proletariado e do seu partido de vanguarda. A hegemonia da classe operária é considerada essencial para o desencadeamento do processo revolucionário. A questão agrária aparece na ordem do dia, revelando a estrutura feudal existente no campo.

Apesar desta inclinação do partido “à esquerda”, algumas bases de militantes não seguiram a orientação da direção nacional, continuando com a aliança trabalhista. Segundo Marco Aurélio Santana, “o descompasso entre a atuação da militância comunista e a linha geral do partido só se desenvolverá em tensão interna quando, ao fim do período [1945-1950], a direção partidária tentar valer suas orientações, causando um movimento de desobediência no conjunto de sua militância”<sup>50</sup>. Neste panorama, para impor esta orientação política, o Comitê Central será inflexível: usará de repressão, expulsão e execração pública aos militantes que se opõem à nova linha.

#### **2.4.2. Agosto de 1954 e o suicídio de Getúlio Vargas**

*Agora vos ofereço a minha morte*<sup>51</sup>.

Aliança. Apoio ao “queremismo”. Aplausos ao “Pai dos Pobres”. Revolta, clandestinidade. Radicalização. Fora trabalhistas! A relação do PC do Brasil com Getúlio Vargas é longa e contraditória. Passando por união, cisão e oposição. A aversão dedicada ao governo de 1951-1954 estava abalada com a notícia do suicídio do presidente brasileiro.

Em 24 de agosto de 1954, morria um mito. O suicídio de Vargas levou multidões às ruas, em protestos contra o golpe que estava sendo conspirado. Por ter revelado clara oposição ao governo nos anos anteriores, o PC do Brasil passa a ser visto como inimigo das classes populares. Sedes de publicações comunistas são atacadas.

É interessante perceber, que durante todo o segundo governo de Vargas, o partido comunista não muda sua postura. Apenas às vésperas do suicídio, Prestes se declara contra o golpe que está sendo conspirado. Em 24 de agosto de 1954 os comunistas se veem num

<sup>50</sup> *Op. cit.* SANTANA, M.; p. 256.

<sup>51</sup> Carta-testamento de Getúlio Vargas. In: *Almanaque Brasil*, 1995, p. 52.

impasse. A direção pecebista estava em choque: o que fazer com a morte de Vargas? A militância do partido não sabia como proceder, e alguns, contrariando as decisões dos dirigentes, se integraram em manifestações após o suicídio do presidente.

### 2.4.3. O “salto mortal à esquerda”: novembro de 1954 - O IV Congresso do PCB

A realização do IV Congresso constituirá um marco histórico na vida do Partido. O IV Congresso será um fator de primeira grandeza para impulsionar e ampliar a democracia interna no Partido, princípio básico da sua organização e condição indispensável ao máximo florescimento da iniciativa revolucionária dos seus organismos e militantes. Com o IV Congresso serão vivificadas extraordinariamente as fileiras do Partido, estimulada a sua combatividade e reforçada a sua coesão e unidade inquebrantável<sup>52</sup>.

Depois de 25 anos desde o III Congresso, em 1954 são lançadas as *Teses para Discussão* do IV Congresso. Este, realizado em novembro de 1954, legitima a linha política proposta nos manifestos de Janeiro de 1948 e de Agosto de 1950. As resoluções determinavam um “sectarismo esquerdizante” na direção do PCB. A análise da realidade brasileira se funda na caracterização de um país semicolonial e semifeudal, amparado em duas contradições principais: imperialismo norte-americano e maioria da sociedade; restos feudais e o povo brasileiro<sup>53</sup>. A insurreição se radicalizava: defendia-se uma revolução democrático-popular, anti-imperialista e agrária antifeudal. O ex-dirigente do partido comunista, Jacob Gorender, ressaltou somente uma modificação teórica no IV Congresso frente aos manifestos de 1948-1950: a burguesia nacional é recolocada na “frente revolucionária”<sup>54</sup>. Adotando a proposta etapista de revolução, a fase inicial como antifeudal e anti-imperialista, necessitava do apoio de todas as frentes patrióticas, tendo em vista o objetivo desejado: a revolução socialista.

<sup>52</sup> *Informe do CC ao convocar o IV Congresso*, em 1954. Disponível em [http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev\\_prob/64/index2.htm](http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/index2.htm). Acessado em 03/10/2011.

<sup>53</sup> O *Informe de Balança do Comitê Central ao IV Congresso do Partido Comunista do Brasil*, escrito por Luiz Carlos Prestes, evidencia estas contradições proferindo que a “luta contra os imperialistas norte-americanos está intimamente ligada à luta contra o atual regime dominante no país, contra o atual Estado de latifundiários e grandes capitalistas. É por intermédio de tal regime que se dá a crescente colonização do Brasil pelos Estados Unidos. A minoria reacionária que domina o país luta desesperadamente pela conservação e defesa de seus privilégios e volta-se para os imperialistas norte-americanos, com os quais se identifica na luta por interesses que se combinam mutuamente. Aos imperialistas norte-americanos convém a conservação no país das sobrevivências feudais com toda a sua superestrutura burocrática, policial e militar”. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/prestes/1954/informe/cap01.htm#i3>. Acessado em 10/10/2011.

<sup>54</sup> GORENDER, J. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1987

A orientação política defendida no IV Congresso será alvo de várias autocríticas esboçadas posteriormente. Nesta perspectiva, o período compreendido entre 54/58 foi marcado por muitas mutações teóricas, políticas e organizativas para o PCB. As repercussões do suicídio de Getúlio Vargas fazem com que o partido reveja, mesmo que de forma acanhada, suas postulações políticas pouco tempo depois. Deste modo, surge um projeto de união das forças democráticas e patrióticas, “a fim de derrotar eleitoralmente as forças da reação e do entreguismo”<sup>55</sup>. As transformações na execução da linha proferida em 1954 são tão evidentes que “na própria revista *Problemas*, que publicou o ‘Programa revolucionário de 1954’, há um informe sobre as eleições do ano seguinte, em que o partido é orientado no sentido de uma participação intensa no processo eleitoral”<sup>56</sup>. Em 1955, os comunistas apoiam a candidatura de Juscelino Kubitschek à presidência e a de João Goulart à vice-presidência da República. Portanto, a atitude prática do partido comunista contrariava a linha política vigente. As concepções consolidadas no IV Congresso não equivaliam “ao que os comunistas vinham dizendo e fazendo em público. Entretanto, ficaria ali, nos arquivos, cada vez menos visitado e referido até a revogação formal, que só veio alguns anos mais tarde”<sup>57</sup>.

## **2.5. O PERÍODO DE 1955 A 1957**

### **2.5.1. “Novembrada”: crise nas eleições de 1955**

Dentre os anos de 1955/1956 constituiu-se a volta do PCB ao seio da sociedade brasileira, depois do interregno “esquerdizante”, causador do isolamento do partido no panorama político nacional. Reativou-se um amplo acesso ao movimento sindical, com a direção dos principais sindicatos do país. Nesta conjuntura, promove-se a reaproximação com os setores nacionalistas e “reformistas”, representados pelos trabalhistas aglutinados em torno do PTB. Apesar da orientação política amparada na posição “esquerdizante” do IV Congresso, pragmaticamente, o partido comunista segue uma plataforma reformista, propondo a reestruturação da aliança trabalhista, com vistas à inserção na dinâmica social.

Desde o suicídio de Vargas o país não se recuperara da crise política. Nas eleições parlamentares de 1954 foi formado um ministério composto de personalidades antigetulistas, evidenciando a volta dos udenistas ao poder. Estávamos às portas das eleições presidenciais

<sup>55</sup> *Op. cit.* SEGATTO, A.; p. 228.

<sup>56</sup> *Op. cit.* AARÃO REIS FILHO, D. (2002); p. 82.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p, 83.

de 1955. A aliança PSD – PTB lançou como candidatos Juscelino para presidente e João Goulart como seu vice. Com o apoio de Luiz Carlos Prestes a candidatura fora lançada, causando *frisson* entre os conservadores. Os udenistas conheciam a força imbatível da aliança entre os dois partidos. A inquietação tomou conta da UDN, que após duas derrotas eleitorais com o mesmo pretendente à presidência (Eduardo Gomes), lançou Juarez Távora como seu candidato. Outros partidos ainda concorreriam: o Partido Social Progressista (PSP), com Ademar de Barros, e o Partido republicano Progressista (PRP), com Plínio Salgado.

O proletariado tinha assumido, desde o governo Vargas, grande expressão no cenário político nacional, angariando direitos de cidadania social e política. O estabelecimento do voto para esta classe era visto como preocupante, por fazer parte de uma política demagógica de líderes “pelegos”, “condenando o processo democrático ao fracasso”. Os trabalhadores tinham sido pervertidos pelas lideranças “populistas”. Neste sentido, os udenistas e militares passaram a adotar uma linha de “saneamento político”, que significava a destituição dos direitos políticos alcançados pelos trabalhadores. A sociedade reagiu firmemente às ameaças golpistas, promovendo manifestações pela legalidade constitucional. Apesar dos conflitos e pressões civis-militares, as eleições foram realizadas em três de outubro, com a definição da vitória da coligação Juscelino-Jango. Uma nova crise começava: a campanha contra a posse do presidente escolhido. A chamada “Novembrada”, articulada pelo ex-ministro de Guerra, general Henrique Teixeira Lott, foi desencadeada a favor da legalidade. Apoiado nas tendências nacionalistas das Forças Armadas e associadas ao PTB, o levante de novembro depôs o então presidente Café Filho e o substituiu pelo presidente do Senado Federal, Nereu Ramos. Este concluiu o mandato de Getúlio Vargas, que governaria até 1956. O país permaneceu em estado de sítio até 31 de janeiro de 1956, data da posse de Juscelino Kubitschek à Presidência da República.

### **2.5.2. A conjuntura nacional: as consequências do governo de Juscelino Kubitschek para o movimento comunista**

O governo de Juscelino Kubitschek consolidou perspectivas políticas que irão condicionar uma reavaliação nas análises e formulações do PCB. Dentre elas, duas se expressam como fundamentais para entender a trajetória do partido no período de 1956-1961:

- estabilidade democrática do período;

- reorientação do desenvolvimento capitalista do Brasil, gerando transformações no sistema econômico e também uma reformulação das condições de interdependência do capitalismo mundial.

Posto isto, a ideia de que não era possível o desenvolvimento capitalista sem uma “revolução democrática de libertação nacional” é aluída. O programa nacional-desenvolvimentista, seguido pelo governo JK, propiciou um relativo crescimento econômico para o país. Embasado no desenvolvimento amparado na defesa do nacionalismo, obteve um rápido processo de industrialização, que, às vistas de seus idealizadores, proporcionaria a solução para o subdesenvolvimento do país. O fulgor das propostas do presidente alastrava-se para diferentes classes sociais. Neste sentido, na classe trabalhadora os esforços foram voltados para a solidificação de políticas de ajustes salariais e a continuação da estrutura dos sindicatos operários. Os empresários brasileiros eram beneficiados com políticas liberais de crédito e manutenção de alto nível de demanda interna. O incentivo espacial dado às empresas estrangeiras também se torna essencial para entender este processo nacional-desenvolvimentista. O governo mantinha ativa relação com os EUA, pois, segundo o presidente, o impulso à industrialização dependia da cooperação com o governo e investidores norte-americanos.

O PC do Brasil, nesta conjuntura, estava sob vigência das orientações políticas adotadas no IV Congresso de 1954. As crises que se sucederam após a morte de Vargas, já estabelecidas acima, proporcionaram uma aceleração do “processo de transição de volta à atmosfera da sociedade brasileira”, se distanciando cada vez mais da posição sectária oficial. A atitude do partido se tornava contraditória: teoria radical e prática reformista. Ainda em 1954, nas discussões do programa a ser implantado, a revista *Problemas*, divulga um informe orientando a participação ativa dos comunistas no apoio à candidatura de Juscelino e Goulart. A aliança com os trabalhistas, tratados agora como “irmãos e companheiros de luta” ficara novamente legitimada. Conforme Daniel Aarão, as contradições propagadas a partir do fatídico dia vinte e quatro de agosto promoveram a instauração do “programa de 1954 [que] já se tornara obsoleto no momento mesmo de sua edição”<sup>58</sup>. Incoerências pragmáticas e ideológicas a parte, o Governo Kubitschek proporcionou uma “quase legalidade de fato” ao PCB. Acordos políticos levaram à candidatura e eleição de comunistas na legenda de outros partidos. O poder institucional estava sendo conquistado.

---

<sup>58</sup> *Op. cit.* AARÃO REIS FILHO, D. (2002), p. 83.

### 2.5.3. A conjuntura internacional: o XX Congresso dos PCUS em 1956

O Deus virara Demônio. O “genial guia dos povos” não passava de um apocalíptico criminoso. Khrutchev simplesmente demolira o “maquinista da locomotiva da História”<sup>59</sup>.

Para abalar ainda mais as concepções pecebistas, em fevereiro de 1956, na realização do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), Nikita Khrutchev divulga um relatório secreto com acusações sobre o período stalinista e lança sua proposta de “coexistência pacífica”. Composto pela denúncia de transgressões e crimes cometidos por Iosif Stálin revelou, ainda, como o culto ao ditador “se tornou, num momento preciso, a fonte de toda uma série de perversões graves e cada vez mais sérias dos princípios do Partido, da democracia do Partido, da legalidade revolucionária”<sup>60</sup>. Tal relatório decompôs a figura de Stálin: adoração virara repúdio, o Deus se transformava em Demônio. A declaração dos crimes do ex-líder soviético gerou revolta, náuseas e um extremo silêncio da direção do Partido Comunista do Brasil.

As consequências da denúncia de Khrutchev foram arrasadoras para os PCs. A sessão brasileira passou por um período de crise interna sem precedentes, motivada por extensas autocríticas, cisões e propostas de reformulações. As discussões produzidas provocaram um debate na imprensa partidária sem o consentimento do Comitê Central, que permaneceu em silêncio até ver-se pressionado a realizar uma análise autocrítica. As contendas persistiram cerca de um mês, até a divulgação em outubro, pelo CC, do “Projeto de Resolução sobre o XX Congresso”, com vistas a obter controle sobre a situação. O documento apregoava, na tentativa de conter os militantes de base, o reconhecimento do autoritarismo, centralismo, arrogância e mandonismo dos dirigentes; além da intransigência com a disciplina e o ambiente intimidador do partido. Ressaltava a ideia de submissão da minoria à maioria, mas a todos se estendia o direito de expressar suas opiniões. Era preciso equilibrar democracia e centralismo, liberdade e disciplina.

À posição exposta pela direção determinou o aparecimento de três tendências distintas no seio do CC: os “abridistas” ou renovadores, encabeçados por Agildo Barata<sup>61</sup> –

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 83.

<sup>60</sup> COSTA, R., 1985. *O XX Congresso do PCUS e o PCP*. In “Estudos sobre o Comunismo”, n.º 3/4:1-15.

<sup>61</sup> Participante do movimento tenentista e da Revolução Constitucionalista de 1932, Agildo Barata ingressou às fileiras pecebistas após sua volta do exílio, em 1933. Dedicou-se à organização da ANL sendo um dos

almejavam a abertura maior das discussões; os conservadores ou “fechadistas” - que eram contra a abertura do debate e achavam as mudanças propostas problemáticas; e o centro-encontravam-se entre os outros dois grupos, o revisionismo e o sectarismo.

O burburinho só iria cerrar em novembro, com a publicação de uma carta de Prestes aos comunistas (a “Carta-rolha”<sup>62</sup>). Segundo ele, as discussões deveriam seguir três princípios: não atacar a URSS e o PCUS, não investir contra a doutrina de Marx, não agredir os princípios do PCB. A discussão deveria consolidar a unidade do partido em torno do CC. Dessa forma, o mais prestigiado líder comunista se alinha com a corrente de centro. Os grupos de oposição à orientação desta tendência foram marginalizados: os renovadores de Agildo Barata, que queriam continuar com as discussões, foram expulsos em maio; em torno de Diógenes de Arruda Câmara, o grupo que aspirava corrigir os erros do partido, principalmente a questão da direção autoritária, foi excluído da Comissão Executiva em agosto. Livrava-se dos revisionistas de “esquerda” e dos sectários de “direita”.

As alterações geradas a partir de 1956 serão explícitas na *Declaração de Março de 1958*: documento-base da nova orientação política que guiará o partido, consolidada no V Congresso em 1960. Ambos os documentos retratam a renovação teórica e de métodos de ação, embasadas em alterações nas propostas políticas e no próprio corpo do PCB. A linha política que distinguirá a história do partido começara a ser edificada. Nosso intuito primordial será, a partir daqui, estabelecer um exame crítico à documentação produzida pelo Comitê Central (CC) do PCB, de 1958 a 1979. Revelar a real orientação teórica que permeia a trajetória do partido, influenciando decisivamente na sua postura política na prática. Dessa forma, a partir de uma análise verticalizada da proposta de ação nos documentos oficiais do PCB, tem-se em vista uma realocação da vanguarda de esquerda no âmbito político nacional. Realocação oriunda do pressuposto que o partido intenta uma nova orientação política no período, se afastando de perspectivas das outras esquerdas. Neste âmbito, identificaremos os valores políticos defendidos, definindo os vínculos entre o tipo de revolução pretendida à forma de luta adotada. Definiremos como se deu a edificação e legitimação de uma linha

---

comandantes da deflagração armada contra o governo, custando-lhe dez anos na prisão. Chegou a eleger-se, em janeiro de 1947, a vereador pela legenda do PCB. Porém, sua atuação no aparelho burocrático brasileiro foi curta, uma vez que o registro do partido seria cassado em maio do mesmo ano. Em 1956, com a exposição dos crimes do stalinismo, Barata assume uma posição radical, propondo a “democratização das estruturas partidárias”, angariando a oposição do grupo diretivo hegemônico, reunido em torno de Prestes. Para mais informações sobre Agildo Barata e sua relação com os dirigentes comunistas ver: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-30*. 2º Ed, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

<sup>62</sup> Carta publicada no jornal *Voz Operária*, em 24 de novembro de 1956. Cf. E. Carone, op. cit., pp. 154-60.

política num movimento de ordenamento das posturas estruturado por hegemonias do Comitê Central, o que provocou crises e cisões no interior do PCB durante todo o período.

### **3. A VITÓRIA DO “REFORMISMO”: CONSTITUIÇÃO E LEGITIMAÇÃO DE UMA NOVA ORIENTAÇÃO POLÍTICA (1958-1967)**

O contexto internacional, ratificando o colapso do stalinismo, viabilizou além de alterações estruturais<sup>63</sup>, o questionamento de diversas concepções já consolidadas no pensamento comunista. Os debates e autocríticas emergiam a luz de questões acerca dos rumos da revolução brasileira<sup>64</sup>, do papel do partido e sobre as concepções de forças agregadas ao movimento revolucionário. Procurava-se arquitetar uma “via nacional” para a revolução, demonstrando a inviabilidade do programa legitimado no IV Congresso. O período que se estende à crise desencadeada após a divulgação do relatório de Khrutchev até o lançamento da *Declaração de 1958* foi marcado por um processo de revisão da linha política adotada até então pelo partido. Processo desencadeado com base em “recuos e conciliações” proporcionou a formação de ambiguidades na construção da futura linha política partidária. Logo após o golpe militar, a proposta política construída em 1958 e oficializada em 1960 (V Congresso), é retomada, concitando crises e distensões no interior do partido. Desta forma,

---

<sup>63</sup> O afastamento do antigo grupo dirigente, guiado por João Amazonas, Diógenes Arruda e Maurício Grabois, permitiu a reorganização de forças internas e a estabilização de uma nova direção partidária, encabeçada por Luiz Carlos Prestes e Giocondo Dias (GORENDER, 1987).

<sup>64</sup> Os contornos diferenciados que permeavam as perspectivas da revolução no Brasil compunham três projetos revolucionários (RIDENTI, 2010). Deste modo, Ridenti propõe dividir as esquerdas brasileiras em três grupos de análise. Primeiramente, encabeçada pelo Partido Comunista do Brasil, estava a proposta de desencadeamento da revolução brasileira, que se consolida a partir de 1958, amparada na concepção etapista, sendo a primeira etapa revolucionária a burguesa, de libertação nacional, contra o imperialismo e os entraves feudais existentes no campo. O segundo grupo se apoiaria nas concepções da Aliança Libertadora Nacional, buscando congregiar o maior número possível de forças no processo revolucionário, com impulso de guerrilheiros identificados com operários e camponeses. Jamais sob a direção da burguesia nacional. Embora fosse além da concepção pecebista falava em luta anticapitalista, pois não se propunha socialista. O terceiro projeto, seguido pela maioria das organizações armadas, instituía a necessidade da revolução popular seguindo o caminho socialista, para transformar-se numa revolução socialista. Na conjuntura dos anos 60, mesmo as organizações que defendiam a revolução socialista imediata não se afastavam inteiramente da posição do PCB. Primeiro porque trazia a ideia de condição etapista da revolução: na visão das esquerdas armadas, a etapa burguesa proposta pelos pecebistas já havia sido superada e o que restava era deflagrar a revolução socialista. O imperialismo e as relações feudais no campo seriam intrínsecos ao capitalismo brasileiro. Assim, não era possível uma revolução democrática nacional, uma vez que era indispensável a esta, que os interesses da burguesia fossem contrários aos do imperialismo e dos latifundiários. Imperialismo e latifúndio continuam como os grandes entraves ao desenvolvimento nacional. As circunstâncias objetivas já estavam favoráveis à revolução socialista, que romperia a crise econômica vivida. Segundo Marcelo Ridenti, “dessa forma, a visão dos ‘socialistas’ era um passo quase natural do raciocínio dos ‘nacionais-democráticos’ [representados pelo PCB], acrescentando apenas que latifundiários e imperialistas, inibitórios do progresso social, estariam associados a uma burguesia deles dependentes” (RIDENTI, *O fantasma da revolução brasileira*. 2º ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p.37).

uma nova luta interna ganharia grande amplitude – proclamada sob a forma simplista da oposição “caminho pacífico *versus* luta armada”. Resultado: até a estruturação de um novo Congresso Nacional (1967) o PCB estaria às voltas com um processo de dissidências e depurações.

### 3.1.1. Declaração de Março de 1958

Superada a crise, expulsos os revisionistas e sectários, amparado na autocrítica, o novo Comitê Central formula a *Declaração de Março de 1958*, considerada pela historiografia o primeiro acerto de contas do PCB com o stalinismo. As primeiras palavras do documento expressam tal perspectiva, afirmando que

Os documentos do XX Congresso dos PCUS motivaram nas fileiras do nosso Partido intensa discussão, no curso da qual foram submetidos à crítica os graves erros de caráter dogmático e sectário da orientação política do Partido<sup>65</sup>.

Logo após é identificado o objetivo da declaração, tido como “o exame destes erros e a necessidade de superá-los [levando] o Comitê Central a traçar uma nova orientação política”<sup>66</sup>. Desta forma, a edificação de uma “nova orientação política” seria resultado de um amplo movimento de críticas e autocríticas gerado pelo processo de desintegração do socialismo soviético. A legitimação das propostas políticas, que foi se construindo após 1956, materializou-se pelas mãos de uma comissão secreta, desconhecida tanto pelo CC, quanto pela Comissão Executiva. Somente Luiz Carlos Prestes e Giocondo Dias tinham conhecimento dos trabalhos deste grupo, formado por Mário Alves, Armênio Guedes, Jacob Gorender, Alberto Passos Guimarães e pelo próprio Dias<sup>67</sup>.

A declaração emoldurava o projeto político determinado como “nova política do PCB”, fundamentada em concepções ainda intrinsecamente ligadas ao marxismo-leninismo e à política da III Internacional. A reviravolta teórica de 1958 proporcionou um alinhamento da direção pecebista com a prática perpetrada pelos militantes de base, a partir do momento que a estruturação de alianças com amplos setores sociais é retomada. Neste âmbito, admitiu-se o desconhecimento da realidade do país pelo extinto Comitê Central e a inevitabilidade do afastamento social devido às orientações do IV Congresso, que induziu a uma impotência

---

<sup>65</sup> *Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro, Março de 1958*, p.3. In: PCB: Vinte anos de política. Documentos (1958-1979). LECH- Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>67</sup> *Op. cit.* AARÃO REIS FILHO, D. (2002).

“sectária” e ao “dogmatismo” do partido. O isolamento do cenário político precisava ser superado. A impulsão veio da crise do comunismo mundial.

Do ponto de vista programático, o documento reconhecia o desenvolvimento capitalista do país, apesar deste ser desigual nas diversas regiões, evidenciando ainda algumas sobrevivências feudais, dentre elas: “agricultura baseada no latifúndio e nas relações pré-capitalistas de trabalho” e “predomínio maciço de produção agropecuária no conjunto da produção”<sup>68</sup>. Duas faces se interligavam no país: uma reacionária e outra progressista. A primeira já expressada nestes resquícios feudais. A segunda era representada pelo capitalismo nacional, intrinsecamente amparado na estrutura atrasada do quadro econômico. Daí provinha a especificidade do desenvolvimento capitalista brasileiro, que se baseava “no incremento das forças produtivas e na expansão, na base material da sociedade, de novas relações de produção, mais avançadas”<sup>69</sup>. Os resultados deste alargamento econômico e social seriam corroborados, principalmente, com os dados referentes à indústria brasileira. Como indica a declaração

A indústria dos meios de produção elevou a sua participação de 20 a 33% no conjunto da produção industrial, entre os anos de 1939 a 1956. Num prazo relativamente breve, de 1944 a 1956, o volume físico da produção industrial total foi duplicado. Surgiu e se fortaleceu no setor da indústria pesada um capitalismo de Estado de caráter nacional e progressista, que abrange empresas poderosas como a Petrobrás e a Companhia Siderúrgica Nacional<sup>70</sup>.

A essencialidade do processo de industrialização se embasava no crescimento de efetivos do proletariado industrial e na sua posição frente à sociedade brasileira. Para os pecebistas, a força principal na luta a favor do socialismo ganhava peso e expressão no país. Diversamente, no âmbito rural, as consequências do crescimento do capitalismo seriam infaustas, uma vez que “as sobrevivências feudais obstaculizam o progresso da agricultura, que se realiza, em geral, lentamente, mantém o baixíssimo nível de vida das massas camponesas e restringem de modo considerável as possibilidades de expansão do mercado interno”<sup>71</sup>. Deste modo, apesar do aumento da industrialização e das relações de produção, ressaltavam-se os limites de um país subdesenvolvido, observados principalmente no campo. O desenvolvimento capitalista na agricultura convencionava a manutenção do monopólio da terra e das relações de produção, solidificando a exploração dos trabalhadores.

---

<sup>68</sup> *Op. cit. Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro, Março de 1958, p. 4.*

<sup>69</sup> *Ibidem, p. 4.*

<sup>70</sup> *Ibidem, p. 4.*

<sup>71</sup> *Ibidem, p. 5.*

No domínio internacional, o Brasil era considerado extremamente dependente dos Estados Unidos. Esta dependência econômica geraria restrições quanto à própria independência política, o que necessitava a estruturação de uma “política externa independente e na proteção consequente do capital nacional contra o capital monopolista estrangeiro”<sup>72</sup>. Em crítica expressa ao presidente Juscelino Kubitschek, o partido denunciava o caráter heterogêneo de seu governo, sendo caracterizado pela aliança entre um setor “entreguista” e outro “nacionalista”. Neste sentido, apesar de conter aspectos positivos, de caráter nacionalista e democrático, as atitudes do governo de Juscelino eram agenciadas em benefício de suas aspirações, da sua tentativa de “heroicização”; e não, aos interesses nacionais e das massas populares. O apoio, figurado nas eleições de 1955, estava desmantelado. O PCB agora incitava às forças progressistas para que lutassem contra o imperialismo norte-americano, o principal inimigo brasileiro, e seus agentes internos, entre eles o então Presidente da República. Só nestas condições poderia “acelerar o desenvolvimento econômico independente e o processo de democratização da vida política do país”<sup>73</sup>.

As questões no tocante às formas de revolução no Brasil, à burguesia nacional e ao proletariado emergem numa transformação às formulações do IV Congresso. A análise de 1958 demonstra o estabelecimento de uma conjuntura de desagregação do imperialismo, evidenciada pela expansão dos países socialistas e pelas insurgências revolucionárias na África e na Ásia. Este processo em curso gera modificações no panorama internacional, criando condições favoráveis para o desencadeamento da revolução socialista. As resoluções apregoavam que “as ditaduras terroristas a serviço dos monopólios dos Estados Unidos, estão sendo derrubadas, o que abre caminho para o avanço do processo democrático e emancipador”. Desta forma, “a possibilidade de uma transição pacífica ao socialismo se tornou real numa série de países”<sup>74</sup>. O encadeamento dos acontecimentos internacionais como propulsores do estabelecimento da paz mundial, aparecia como impulsionador de movimentos sociais democráticos no Brasil. Elencar como traço principal da época a transição do capitalismo para o socialismo e a consequente expansão deste por todo o mundo era uma forma de legitimar a possibilidade de futuros êxitos da revolução brasileira. Seguindo deliberadamente a política de “coexistência pacífica” da União Soviética, o partido ressaltava que “as modificações na arena internacional criam condições mais favoráveis para a luta pelo

---

<sup>72</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>74</sup> *Ibidem*, p. 10-11.

socialismo, tornam mais variados os caminhos da conquista do poder pela classe operária e as formas de construção da nova sociedade”<sup>75</sup>.

A revolução socialista batia à porta e faltava, somente, abri-la. A forma de luta adotada seria a “via pacífica”, em busca do rompimento com o imperialismo norte-americano. Em busca da paz mundial. Conforme o documento,

os círculos dirigentes dos EUA, com o apoio dos setores entreguistas, tomam medidas para vincular o Brasil aos preparativos bélicos e aos planos de uma terceira guerra mundial. Esta é a mais grave ameaça que pesa sobre a nossa Pátria e contra esta ameaça tendem a unir-se todos os brasileiros favoráveis à manutenção da paz<sup>76</sup>.

O caminho pacífico da revolução brasileira era definido através da legalidade democrática e constitucional: formas legais de luta e organização “das massas”. A possibilidade da adequação desta forma de luta à realidade nacional baseava-se na ascensão do movimento operário, na democratização crescente da vida política e no desenvolvimento da frente única. A proposta política de 1958 previa resolver pacificamente os problemas básicos do país por meio do acúmulo gradual e incessante de reformas nas estruturas econômicas e políticas. As modificações nacionais em conjunto com a nova situação política internacional teriam promovido a alteração na disposição das forças sociais, proporcionando a edificação do caminho da revolução brasileira. Validada na concepção etapista de revolução, esta não consistiria, num primeiro momento, como socialista, e sim anti-imperialista, antifeudal, nacional e democrática. Sob a direção do “proletariado”, a fase inicial traria condições para a implantação do socialismo.

Neste momento uma pausa na análise documental deve ser feita para destacar algumas interpretações historiográficas acerca de um dos principais elementos desta nova orientação do PCB: a “via pacífica” para o socialismo. Para Daniel Aarão (1990), a hipótese do caminho pacífico era impraticável em sua totalidade, visto que o estímulo à combatividade era vinculado somente à legalidade existente e dentro das formas pacíficas de luta. Assim, num processo de negação dos movimentos populares pelas classes dominantes, resultando na inexecução das reivindicações propostas, o autor indaga sobre a impossibilidade de se conter a radicalização dos movimentos. Da mesma forma, ressalta que ao combater os principais entraves ao desenvolvimento brasileiro, divulgados pelo partido como o imperialismo e o latifúndio, o caminho pacífico não seria compatível aos possíveis atos agressivos que estes empreenderiam contra os movimentos sociais. De uma forma ou de outra, o uso da violência

---

<sup>75</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>76</sup> *Ibidem*, p. 12.

não era totalmente excluído da análise do partido, porém, tratado em última instância, como “solução não pacífica”. A análise de Jacob Gorender (1987) é ainda mais crítica ao tratar de tal questão. A lógica da proposta de uma via pacífica para a revolução brasileira se embasava, segundo o autor, numa relação de apaziguamento com a burguesia nacional. Neste sentido, a luta pela reforma nas estruturas e pelo desenvolvimento capitalista do país estaria estritamente limitada às aspirações desta classe, indispensável para a determinação de formas de lutas amparadas na legalidade. Por meio da institucionalidade de setores burgueses, tidos como nacionais, no poder, o partido comunista e as forças democráticas obteriam vitórias essenciais à primeira fase da revolução. Desta forma, a unidade com a burguesia nacional não poderia ser rompida, pois “o caminho pacífico da revolução tornava-se impensável sem o consenso da burguesia brasileira”<sup>77</sup>. Numa manobra política, o Comitê Central traçava seus interesses, aproximando-se de uma posição “direitista”, execrada pelo ex-dirigente.

Ainda conforme a *Declaração de Março*, a sociedade brasileira se pautava em duas contradições essenciais: nação versus imperialismo norte-americano e seus agentes internos; forças produtivas em desenvolvimento em contraposição às relações de produção semifeudais na agricultura. Neste âmbito, estabelecia a formação de uma ampla frente única na “luta contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano”, composta por: “proletariado”, “camponeses”, “pequena burguesia” urbana, burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional, setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano e grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais ao monopólio norte-americano. Tal frente única se consolidaria, segundo o documento, em torno do movimento nacionalista, visto como o propulsor no processo de ascensão da consciência de classe das “massas” e do agrupamento das forças progressistas. A plataforma defendida exprimia, entre outros aspectos, a reforma agrária, a elevação do nível de vida do povo e a consolidação e ampliação da legalidade democrática. Admitiam que essa conjugação de forças na frente única era extremamente heterogênea devido ao caráter de cada classe. Porém, os motivos para que se unissem ultrapassavam os antagonismos existentes.

O papel do Partido Comunista Brasileiro era promulgado na perspectiva de conquista em pleitos eleitorais para integrantes da frente única. Desta forma, não se concebem como os verdadeiros líderes destas forças progressistas, mas esta função deveria ser conquistada num trabalho “árido e paulatino”, capaz de identificá-lo como a vanguarda do proletariado. Neste

---

<sup>77</sup> *Op. cit.* GORENDER, J., p. 31.

sentido, para que o partido assumisse esta responsabilidade, deveria passar por uma reestruturação, baseada na “reeducação dos dirigentes e militantes no espírito de uma nova política, que emane diretamente das condições objetivas de nosso país e seja a correta aplicação dos princípios universais do marxismo-leninismo”<sup>78</sup>. A análise autocrítica seria o ponto forte da *Declaração de Março de 1958*. A crítica às resoluções do IV Congresso é expressa diretamente condenando o desconhecimento da realidade brasileira na constituição daquele programa. O documento enfatiza que

as concepções dogmáticas e sectárias, que nas condições atuais de nosso Partido constituem o perigo fundamental a combater, se opõem de modo radical ao próprio caráter da missão que os comunistas têm a cumprir. À frente da classe operária deve estar um partido que saiba dirigir a luta pelos objetivos revolucionários na ação política corrente, diária, determinada pelas próprias exigências do movimento real das massas, das classes e das forças políticas. A esta característica essencial se subordinam as atividades de agitação e propaganda, do trabalho de massas e de organização do Partido<sup>79</sup>.

O extenso balanço autocrítico permearia as questões concernentes à política consolidada em 1954. Assim, no tratamento dos principais erros partidários estavam elencados o “subjetivismo” e o “revisionismo”, que teriam dominado as fileiras do partido até então. De tal modo, os primeiros entraves se alocavam no âmbito interno: era necessário combater as práticas isolacionistas no interior do PCB. A transformação na dinâmica interna era ressaltada como essencial para a execução do programa proposto e para os êxitos futuros dos comunistas brasileiros.

Buscando sair do isolamento ao qual permaneceu após a consecução das formulações de 1948, 1950 e 1954, o partido propõe, mesmo que de forma acanhada, a aliança com forças por ele consideradas democráticas e nacionais. Neste sentido, a posição que se tem na *Declaração de Março* é totalmente cuidadosa: ao intentar uma colocação dos comunistas como não exclusivistas, abnegados, partícipes, acima de tudo, no desenvolvimento da frente única. Angariar o apoio das massas era fundamental para o desencadeamento da revolução. E este sustentáculo só poderia ser obtido através de um exame crítico e autocrítico da trajetória do partido, visto, nas palavras de Prestes, como “a única atitude que pode assegurar a confiança das massas em nossa atividade dirigente”<sup>80</sup>.

<sup>78</sup> *Op. cit.*, *Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro, Março de 1958*, p. 26.

<sup>79</sup> *Ibidem.* p. 26-27.

<sup>80</sup> PRESTES, L. C. *São indispensáveis a crítica e a autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política*, p. 36. In: PCB: Vinte anos de política. Documentos (1958-1979). LECH- Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

A posição do Comitê Central no documento de 1958 não poderia passar em branco. A história marcada por crises e lutas internas mais uma vez é revigorada. A elaboração do que viria a ser a base para a nova orientação política do partido fora executada sem propostas de discussões na imprensa partidária. Conforme Daniel Aarão,

O interessante é que a mudança – de sentido democrático- foi aprovada num movimento ‘pelo alto’, de caráter ditatorial, articulado de maneira conspiratória, cabendo a redação da ‘Declaração de março’ a uma comissão ‘ultra-secreta’, que, desconhecida do próprio Comitê Central e da Comissão Executiva, mas com aval de Prestes, iria, ao longo de três meses, preparar a nova ‘linha política’, aprovada, afinal, na reunião plenária do Comitê Central, em março de 1958. Inegavelmente, porém, correspondia às aspirações da imensa maioria do partido”<sup>81</sup>.

O novo grupo dirigente que se formou ainda em 1956 estabeleceu uma orientação política pautada em lutas no âmbito legal. Qualquer brecha no aparelho burocrático nacional deveria ser aproveitada. O período de “semilegalidade” percutia no partido como a caminhada ao poder, embasada no “incentivo à organização das lutas cotidianas dos trabalhadores ou a concorrência por cargos eletivos por outras legendas”<sup>82</sup>. Em controvérsia, as críticas a estas posições viriam nas teses de discussões para o V Congresso. Os idealizadores da *Declaração de Março de 1958* eram vistos como “revisionistas de direita”, com propostas burguesas para a revolução brasileira. A direção pecebista considerava os precursores das ofensas, partidários da política adotada em 1954, tachados de “esquerdistas” e “sectários”. Entre o “reformismo” e o “sectarismo” são construídas as resoluções do V Congresso do partido, em 1960.

### 3.1.2. V Congresso do PCB (1960)

Entre agosto e setembro de 1960 é realizado, no Rio de Janeiro, o V Congresso do PCB, denominado *Convenção dos Comunistas* para manter as aparências, devido à ilegalidade à qual o partido estava submerso. Apoiado nas formulações concebidas dois anos antes, o V Congresso estabelece como objetivo supremo dos comunistas brasileiros a instituição da sociedade socialista. Na deflagração desta, a *Resolução Política do V Congresso* definia que:

As tarefas fundamentais que se colocam hoje diante do povo brasileiro são a conquista da emancipação do país do domínio imperialista e a eliminação da estrutura agrária atrasada, assim como o estabelecimento de amplas

<sup>81</sup> Op. cit AARÃO REIS FILHO, D (2002), p. 88.

<sup>82</sup> TAFARELLO, P. M. *A crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o declínio do “Socialismo Real”*. Marília, 2009. Disponível em: [http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/taffarello\\_pm\\_me\\_mar.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/taffarello_pm_me_mar.pdf). Acessado em 12/10/2011.

liberdades democráticas e a melhoria na condição de vida das massas populares. Os comunistas se empenham na realização dessas transformações, ao lado de todas as forças patrióticas e progressistas, certos de que elas constituem uma etapa prévia e necessária no caminho para o socialismo<sup>83</sup>.

Depois de um longo período de crise interna, a hegemonia da direção partidária e das resoluções de 1958 era legitimada. A linha defendida por Luiz Carlos Prestes e seus aliados foi aprovada, possibilitando a consolidação do controle dos mesmos sob o partido.

A Revolução Cubana, de 1959, parece ter influenciado bastante as discussões para a formulação da linha política do V Congresso. É interessante perceber a atenção voltada ao problema agrário brasileiro, alvo de extensas análises não detalhadas em 1958. Colocando o Brasil entre os países de maior concentração latifundiária do mundo, evidenciava-se a existência de uma imensa “massa de assalariados rurais e camponeses sem terras”. Vistos como a classe mais reacionária brasileira, os latifundiários apareciam como obstáculo à expansão das forças produtivas, devido ao monopólio da terra e às relações de produção pré-capitalistas que induziam. Nas duas contradições fundamentais da sociedade brasileira aparecia uma modificação: não se falava em forças produtivas em crescimento *versus* relações semifeudais de produção na agricultura, mas tratava-se estritamente da questão agrária revelando a contradição existente entre camponeses<sup>84</sup> e latifundiários. Neste âmbito, as “massas camponesas” são vistas como os aliados primordiais da classe operária rumo à revolução nacional.

Além da atenção dada ao campo, a burguesia nacional, apesar de ainda ser considerada uma força primordial na revolução brasileira, passa a ter uma análise mais criteriosa. A oposição à *Declaração de Março*, promovida nas *Teses para Discussão do V Congresso*, questionava a entrada da burguesia como força aliada, a despreocupação com a hegemonia do proletariado e o abandono da luta armada. No que tange à burguesia ligada aos interesses nacionais, demonstraram seu duplo caráter, que oscilava entre seu potencial revolucionário e oposição à dominação imperialista e à sua estrutura de classe exploradora, permitindo a negociação com o imperialismo se condissesse com seus interesses. Este perfil

---

<sup>83</sup> *Resolução Política do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro 1960*, p. 39. In: PCB: Vinte anos de política. Documentos (1958-1979). LECH- Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

<sup>84</sup> Por camponeses, podemos identificar os assalariados agrícolas, desprovido da propriedade da terra e submetidos às explorações dos latifundiários. Sendo considerada a classe mais numerosa da população brasileira, a mobilização das massas camponesas para a formação da frente única é tida como indispensável para o PCB. De tal modo, “as massas camponesas, sobretudo as camadas mais oprimidas e exploradas, têm interesse em profundas transformações na estrutura agrária e na emancipação econômica do País, constituindo o aliado fundamental do proletariado na revolução anti-imperialista e antifeudal” (*Op. cit. Resolução Política do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro 1960*, p. 43).

induzia à sua ação dúbia: ao mesmo tempo em que apoiava a massa na batalha contra o imperialismo, procurava limitar o movimento às suas aspirações e de acordo com seus objetivos. O documento, relativo ao V Congresso, afirmava que “a burguesia é, assim, na sua grande maioria, uma força anti-imperialista inconsequente, que é capaz de enfrentar o imperialismo e, simultaneamente, vacila e tende aos compromissos com o inimigo da nação”<sup>85</sup>. Ainda no conjunto da burguesia, havia uma minoria entreguista ligada diretamente aos investimentos imperialistas, na indústria e nos bancos. Este “apoio social interno da dominação imperialista” não era a força que o partido conclamava como aliada na frente única. O papel da “pequena burguesia” também era evidenciado como imprudente, devido à sua posição econômica instável. Apesar de pregada, a aliança com esta classe deveria estar sob constante vigilância, para que sua influência ao proletariado não o levasse a posições radicais. A divisão da classe social burguesa em camadas internas proporcionaria a união legítima com o componente nacional desta, alocada como um das principais forças da frente única.

Com relação ao proletariado, é concretizada sua hegemonia e referida sua reputação como elemento mais revolucionário e conseqüente da sociedade, cabendo a ele a direção do movimento revolucionário. De acordo com a *Resolução Política do V Congresso*, o "proletariado"

deve salvaguardar dentro da frente única sua independência ideológica, política e organizativa, condição essencial para que possa assumir a hegemonia do movimento e conduzi-lo à realização conseqüentes dos objetivos anti-imperialistas e democráticos, criando assim as premissas para a transição ao socialismo<sup>86</sup>.

Desta forma, era primordial o fortalecimento do proletariado como classe, visando impedir que as “vacilações” da burguesia atingissem suas fileiras e a edificação de sua “consciência revolucionária”. A tarefa central da classe operária e dos comunistas estava ligada a soluções imediatas para os problemas estruturais da sociedade, na busca de um governo nacionalista e democrático para realizá-las. Seguindo a concepção etapista de revolução, a luta inicial se fundaria na confecção de uma revolução democrático-burguesa “de novo tipo”, integrante da revolução socialista mundial.

Respondendo às críticas vinculadas às estratégias da luta revolucionária, os idealizadores do balanço de 1960 se esforçam para diferenciar “caminho pacífico” de “passividade”. Conforme as resoluções do V Congresso, a “via pacífica” adotada para o

---

<sup>85</sup> *Ibidem*, p. 42.

<sup>86</sup> *Ibidem*, p. 52.

desencadeamento da revolução brasileira, não se definiria por conciliação de classes, passividade ou “espontaneísmo”, mas sim pela proposta de findar os objetivos revolucionários sem a revolução armada. O estímulo à luta continuava a ser restrito à condição de legalidade, por batalhas parciais.

Internamente, visando colocar em prática as formulações de 1960, a direção partidária concebia o combate às concepções “sectárias” e aos métodos do mandonismo. Era fundamental o estabelecimento do centralismo democrático, para que o PCB se desenvolvesse como partido das massas. A inserção no movimento de massas estava alicerçada ao fortalecimento da unidade e organização da classe operária e dos camponeses. A reeducação ideológica, com base no marxismo-leninismo, era reafirmada como essencial na resolução do conflito entre as divisões internas. A partir da coesão partidária o trabalho entre as massas seria consolidado. Esta aproximação dos movimentos sociais possibilitaria que a luta pela institucionalização do partido fosse edificada no seio das classes exploradas, pois “a legalidade do Partido Comunista não é uma reivindicação exclusiva dos comunistas, mas uma medida necessária à consolidação da democracia em nosso país, um direito democrático de parcela considerável do eleitorado”<sup>87</sup>. Assim, a construção de alicerces no movimento popular proporcionaria o fortalecimento do partido numericamente e a consolidação de sua proposta ideológica. A dependência da frente única aos comunistas estava sendo arquitetada.

É relevante destacar, as razões para a existência de uma diversidade de posturas e projetos no interior do PCB durante este período. Se considerarmos um partido político como o “lugar onde se opera a mediação política”<sup>88</sup> podemos identificar as dinâmicas da sociedade em que ele se estabelece como definidoras de fundamentações internas. Esta função de interventores institucionais no aparelho burocrático estaria baseada na confecção de modelos traduzidos da conjuntura social. Desta forma, a diversificação da composição social partidária elencaria, conseqüentemente, uma variedade de modelos políticos, salvaguardados na formação teórico-prática de militantes e dirigentes. É também importante, a dimensão internacional, ligada aos princípios marxista-leninistas e aos ditames soviéticos, que acarretava diferentes interpretações no conjunto partidário. De qualquer maneira, a linha política oficializada no Congresso de 1960, se diferenciava das posições radicais surgidas em 1948 pela sua amplitude de alianças e flexibilidade de propostas e estratégias. Tais

---

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 69.

<sup>88</sup> BERNSTEIN, S. Os partidos. In: Remond Rene [Org.]. *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2003.

transformações estavam estritamente ligadas à dinâmica interna do partido, estruturada a partir de concepções vinculadas ao comunismo mundial.

Compreende-se que a autocrítica a qual o PCB se submete, principalmente a partir de 1958, atenta para os erros do passado. Porém estes erros se fundam basicamente nos episódios que culminam com o IV Congresso do Partido, em 1954, quando a adoção de uma política voltada para a derrubada do governo “fascista” os distancia da legalidade e de forças condizentes com a frente única proposta<sup>89</sup>. Assim, o reexame executado se baseia essencialmente numa ruptura com concepções “esquerdistas” e “voluntaristas” propagadas há uma década pela direção partidária.

## **3.2. O CONTURBADO ANO DE 1961**

### **3.2.1. A crise sucessória**

Aproximavam-se os últimos suspiros do governo de Juscelino Kubitschek. Período amargo, engolido a seco pelos comunistas brasileiros, marcado por rupturas ideológicas e orgânicas. No horizonte, iniciavam-se, os preparativos para as eleições de 1960. O escolhido para a Presidência da República, filiado à UDN, traria novos conflitos na esfera comunista. Jânio Quadros ascendera ao cenário político nacional.

O líder visto como anti-político conquistou extratos de amplas classes sociais, devido ao seu apelo carismático e seu extinto “populista”. Aproximando-se da ideologia neoliberal, seu governo dedicou-se à abertura do país aos investidores estrangeiros. A solução para a crise financeira viria pela negociação com três grandes centros de poder: Estados Unidos, Europa Ocidental e o bloco soviético. As contradições do governo e a inviabilidade das propostas do presidente derrocariam na sua renúncia em 25 de agosto de 1961. Na edição do *Jornal do Brasil*, de 26 de agosto, as chamadas da matéria principal evidenciavam as turbulências que estavam por vir: “Presidente Jânio Quadros renunciou’ vencido pela reação””; “Jânio surpreende o mundo””; “Governadores pedem recusa à renúncia””; “Sindicatos após renúncia começam a se reunir para deflagrar greve geral”. Conforme indicam as manchetes do jornal, o país estava perplexo com os acontecimentos recentes. Como um dos principais veículos de comunicação da sociedade brasileira, o *Jornal do Brasil* apresentava a

---

<sup>89</sup> A frente única proposta em 1954, ao intentar uma radicalização nas posições pecebistas, extingue do seu corpo uma força considerada essencial na luta contra o imperialismo: a burguesia nacional (*Op. cit.* SILVA, F. T. da; SANTANA, M. A).

narração dos eventos e a formulação de críticas às atitudes do presidente. Em análise, a edição divulgada em 26 de agosto condenava a posição do então ex-presidente da República. Assim expressava:

Entendemos, na espécie e no caso, que o mandato de Presidente da república é, na verdade, irrenunciável – pois é outorgado a termo e por vinculação democrática de maioria não tinha, portanto, o Sr. Jânio Quadros o direito – e dizemo-lo com sincera convicção – de renunciar ao seu mandato, que apenas se iniciava e que – mesmo colocado em fase polêmica, não sofreu qualquer abalo de natureza popular. O que nos vale, neste instante de transposição difícil, é que o povo brasileiro, pelo seu comportamento em circunstâncias de idêntica dramaticidade, tem-se portado à altura de seu inegável amadurecimento político, e êste é um dado que tranquiliza e fornece uma perspectiva de menor aflição pelo futuro imediato<sup>90</sup>.

A posição divulgada no jornal atenta para uma interpretação comum da historiografia ao definir o caráter do presidente Jânio Quadros: o “intruso político”<sup>91</sup>. O homem que chegara ao poder e não sabia o que fazer com ele. Outras análises, em contraposição, indicam que a renúncia teria sido uma jogada de mestre do presidente, porém, mal calculada. De qualquer forma, a indignação apregoada no *Jornal do Brasil*, com a abrupta abdicação do cargo presidencial, induz-nos à caracterização de um político que talvez tenha “subido alto demais, rápido demais, para sua capacidade”<sup>92</sup>. É válido ressaltar que esta explanação de Thomas Skidmore é problemática na ótica do trabalho historiográfico, todavia uma coisa era certa: a impulsividade do presidente levava à sua derrocada.

O país mergulhara num “interlúdio de agonia”. Uma nova crise sucessória se instalara, um novo golpe estava sendo conspirado. Assume o cargo da Presidência da República, o então presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, já que o vice-presidente João Goulart encontrava-se em viagem diplomática à China. Incitados pelo líder udenista Carlos Lacerda, os ministros militares informam ao presidente interino e ao Congresso Nacional sua posição contrária à posse do vice-presidente, tido como “agente do comunismo internacional”<sup>93</sup>. O Congresso, apoiado na legalidade constitucional, não ratifica o requerimento dos conspiradores. A crise sucessória havia sido deflagrada.

A principal resistência em defesa da legalidade formou-se no Rio Grande do Sul, encabeçada pelo cunhado de Jango, o líder Leonel Brizola. Apoiado pelo general José Machado Lopes, comandante do III Exército, Brizola promoveu uma campanha de alcance

<sup>90</sup> Cf. *Jornal do Brasil*, 26 de agosto de 1961, p. 6.

<sup>91</sup> SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Trad. Berilo Vargas. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

<sup>92</sup> *Ibidem*, p. 244.

<sup>93</sup> *Ibidem*.

nacional em defesa da posse de Goulart. Em busca do maior apoio possível, foi construída a “Cadeia da Legalidade”, composta por uma rede de diversas emissoras de rádio que incitava a população à mobilização pela posse do vice-presidente. Os conflitos entre os militares sobre a posse de Jango se estendeu do período de vinte e oito de agosto a quatro de setembro. Ao mesmo tempo, a opinião pública se colocava a favor da legalidade. A força legalista incluía: estudantes, líderes trabalhistas, intelectuais de esquerda, o próprio Partido Comunista do Brasil, além de governadores, líderes da Igreja e parte da classe média<sup>94</sup>.

Em busca de uma resolução amparada na Constituição, o Congresso Nacional propõe a adoção de uma solução conciliatória: o estabelecimento do regime parlamentarista. Angariando apoio de várias frentes sociais, a campanha legalista obteve sua vitória, mesmo que parcial. João Goulart aceita a condição prevista pelo Congresso. Em sete de setembro, é empossado o novo presidente da República. A breve crise política era solucionada sem nenhum derramamento de sangue.

### 3.2.2. A crise na direção partidária

A década de 1960 é vista como uma “fase intensa e singular”<sup>95</sup> da história do PCB. Os dirigentes que faziam oposição à *Declaração de Março* ingressaram nos debates do V Congresso denunciando o “direitismo” e o “revisionismo” da nova linha política, que colocava o partido a reboque da burguesia. Os conflitos internos gerados a partir destas discussões só se acirraram no decorrer do ano seguinte. Em agosto de 1961, o novo Comitê Central reestruturou os estatutos do partido para promover seu registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Acusado de ser a “seção brasileira do comunismo soviético”, por isso o nome Partido Comunista *do Brasil*, o partido fora colocado na ilegalidade em 1947. Agora, com vistas à aceitação do registro pelo TSE, os estatutos definiriam a mudança de sua legenda para Partido Comunista Brasileiro, conservando a mesma sigla (PCB). Neste momento, são retiradas do programa político as referências ao marxismo-leninismo, devido a críticas sobre uma possível subordinação a Moscou.

As fundamentações então adotadas geraram conflitos internos. Em protesto escrito, conhecido como a “Carta dos cem”, os opositores ao grupo hegemônico no CC, definem que a orientação expressa nos estatutos de 1961 condizia com a “negação do partido revolucionário”. A atitude dos principais dirigentes, estagnados em torno de Prestes, marcou

<sup>94</sup> *Ibidem*.

<sup>95</sup> SALES, J. R. *A luta armada contra a ditadura militar*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

mais uma cisão nas fileiras do PCB, uma vez que os principais responsáveis são excluídos do partido. No início de 1962, o grupo expulso elegeu uma nova direção partidária, votou novos estatutos e se reorganizou, declarando-se herdeiros do partido fundado em 1922. Desde então o país passaria a ter dois partidos comunistas. Fundou-se o PCdoB, o Partido Comunista do Brasil, sob a direção de João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois<sup>96</sup>.

Lutas internas, cisões e rupturas. A vitória da direção partidária não estava consolidada. Internamente o Comitê Central havia derrotado os projetos contrários às suas perspectivas. Nasceram os embriões das esquerdas da esquerda, amparadas na crítica ao reformismo do PCB e nas propostas de enfrentamento armado. Desta forma, “para os comunistas do PCB, era como se de nada houvesse valido ter vencido estas tendências no interior do partido, em longo e penoso processo. Elas haviam reaparecido, com ainda maior consistência e força, agora fora dos quadros partidários”<sup>97</sup>.

### **3.3. O GOVERNO DE JOÃO GOULART: O ÚLTIMO SUSPIRO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA (1961-1964)**

#### **3.3.1. Um governo às escuras: o regime parlamentarista**

Subo ao poder ungido pela vontade popular, que me elegeu duas vezes Vice-Presidente da República, e que, agora, em impressionante manifestação de respeito pela legalidade e pela defesa das liberdades públicas uniu-se, através de todas as forças, para impedir que a sua decisão soberana fosse desrespeitada<sup>98</sup>.

Depois de conturbados treze dias de interregno presidencial, em plena comemoração pela Independência do Brasil, é empossado o novo presidente da República. A posse de João Goulart foi marcada por simbolismos cívicos e agradecimentos às amplas forças que lutaram pela defesa da legalidade. A historiografia assegura que entre as diversas classes em defesa da constituição destacaram-se, para a efetivação da posse de Jango, a “existência de uma divisão dentro das Forças Armadas, somada a uma larga base de opinião centrista, ansiosa para garantir a observância dos processos constitucionais”<sup>99</sup>. Mas a crise política não teria chegado ao fim. As distensões resultantes da renúncia de Jânio e da posse de Jango permaneciam.

<sup>96</sup> FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia*. Vol. 3. 1964... Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

<sup>97</sup> *Op. cit.* AARÃO REIS FILHO, D. (2002), p. 92.

<sup>98</sup> FICO, Carlos. *Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro, Record, 2004, p. 232.

<sup>99</sup> *Op. cit.* SKIDMORE, T. E.; p. 256.

Nascia o regime parlamentarista, cadavérico já na sua origem. Os ânimos foram acalmados provisoriamente. O primeiro-ministro fora escolhido. Era Tancredo Neves. Goulart fora estrategista: não seria visto como uma “rainha da Inglaterra”, pois a chefia do governo estava nas mãos de um aliado, permitindo que suas propostas tivessem espaço nas decisões nacionais. Fora mais uma vitória, aos olhos do novo presidente. Tancredo Neves não hesitou em fundar um “gabinete de união nacional”, composto por diversos e antagônicos partidos políticos. A primeira iniciativa do primeiro-ministro foi lançar a proposta de “reforma agrária, salarial, bancária, fiscal e monetária”<sup>100</sup>. Fundado na “mensagem de concórdia e esperança”, apesar de alguns impasses econômicos e opiniões contrárias, o prestígio de Jango só crescia.

O acaso marcava o regime imposto em 1961: nunca o Brasil passara por tal experiência. O presidente se adequava à nova forma de governo, mas não deixava de afirmar seus objetivos quando tinha oportunidade. Em discurso em Belém do Pará, Goulart foi categórico, afirmando ser

preciso iniciar, desde logo, a nossa luta pela reforma na Constituição. E se o parlamento pode modificar a Constituição para resolver uma grave crise política, poderá também a qualquer momento modifica-la novamente para resolver uma crise mais importante, que é a social e a da fome<sup>101</sup>.

O primeiro ano do governo parlamentarista foi conduzido por debates referentes às questões externas. A política adotada, desde o governo de Jânio Quadros, de independência externa animavam os círculos políticos nacionais. A restauração das relações diplomáticas com a URSS em novembro de 1961 deu início a novos burburinhos sobre a aliança do presidente com o comunismo. Mas o tumulto maior estava por vir. Em 1962, foi realizada a *VIII Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos*, sendo o tema central para discussão a pequena ilha comunista de Cuba. Os norte-americanos procurariam de qualquer maneira buscar apoio a uma intervenção armada na ilha e a expulsão da mesma da Organização dos Estados Americanos (OEA). A posição do presidente brasileiro, ainda que grupos conservadores tentassem transforma-la em apoio aos norte-americanos, fora definida antes que o Ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, embarcasse. Apesar de não sustentar o socialismo instalado em Cuba, Jango era contra qualquer ação que ferisse os princípios democráticos.

No âmbito nacional, edificava-se uma proposta política condizente com uma posição menos conservadora da realidade brasileira. No discurso de 1º de maio de 1962, ficou

---

<sup>100</sup> VILLA, M. A. *Jango: Um perfil*. Editora Globo, 2004, p. 64.

<sup>101</sup> *Ibidem*, p. 65.

determinada a defesa da reforma agrária sem retribuição aos donos de terras expropriadas. Buscava-se apoio nas camadas progressistas à recuperação dos plenos poderes presidenciais. Porém, havia um ponto fraco na nova direção adotada pelo presidente: a esquerda brasileira estava dividida. A conquista de amplas forças sociais seria um caminho duro. O historiador Thomas Skidmore classifica esta bifurcação a partir de duas tendências: a esquerda moderada (positiva) representada por San Tiago Dantas e Celso Furtado; e a esquerda radical (negativa), representada por Leonel Brizola, e o Partido Comunista Brasileiro. Os conflitos seriam constantes. As alianças com uma ou outra facção da esquerda nacional seria constituída de acordo com interesses imediatos, amparadas muitas vezes na falta de saída ao qual o presidente se via submetido. Enfim, mais uma vitória seria conquistada: em 1963, é instituído o presidencialismo no Brasil.

### **3.3.2. Do presidencialismo às portas do golpe de 1964**

Com a vitória de 1963 o presidente passa a se autoproclamar o legítimo herdeiro de Vargas. Remetendo-se ao grande “Pai dos Pobres”, Jango se comprometia definitivamente em levar a cabo a política das reformas de base. Começa a se estruturar a aproximação com a esquerda radical. Neste sentido, o apoio do Partido Comunista Brasileiro se ampliava cada vez mais, edificado em torno da real possibilidade de concretizar os intuitos do partido: a efetivação de reformas estruturais e a formação de um governo nacional e democrático, o que traçaria a via brasileira ao socialismo.

Em vista de promover a união da esquerda fragmentada, consolidando uma aliança sólida desta com o governo, San Tiago Dantas divulgou uma proposta de frente unida que alocaria setores desde o PCB até o PSD, recebida com hostilidade por quase todos os grupos que esta incluía. O único que reagiu favoravelmente, mas com ressalvas, foi o Partido Comunista Brasileiro, visando a sua legalização.

O apoio comunista dado ao governo de Jango expressava-se pelo estímulo que o PCB discriminava aos movimentos sociais em favor das reformas de base, estimulando a radicalização dos mesmos. As propostas do governo nacional pareciam extrapolar as orientações do próprio partido. O flerte do presidente com a esquerda radical percutiu numa onda de oposição de amplos setores sociais. O encantamento do PCB com a política do governo o levou à ilusão de uma vitória fácil e imediata. Embaixo dos panos, os

conservadores conspiravam e preparavam a ruptura com o regime vigente, amparada na democracia e legalidade<sup>102</sup>.

A legitimação da política defendida foi proclamada no comício de 13 de março, em frente à Estação Ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Ali dois decretos foram promulgados: um referente à nacionalização das refinarias de petróleo; e um segundo indicativo da Reforma Agrária, permitindo a expropriação de todas as propriedades subutilizadas de mais de 500 hectares, situadas a 10 km de rodovias e ferrovias e terras de mais de 30 hectares, situadas a 1 km de projetos de barragem, irrigação e drenagem. Jango se voltava definitivamente para a esquerda radical.

A oposição não demorou a agir. Em 19 de março, lançou-se uma marcha pública liderada por grupos religiosos femininos em oposição ao presidente. A partir daí outras manifestações foram desencadeadas. O movimento levou o nome comum de *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. A favor deste conjugavam elementos civis, representados pela extrema direita (jornal *Tribuna da Imprensa* e cardeal D. Jaime Câmara), e centristas (Instituto de Pesquisa Econômico-Sociais -IPES, o movimento de empresários de SP, e o *Síntese*- órgão católico de posição reformista moderada). A propaganda anticomunista aumentava conforme acirrava a oposição ao presidente. O perigo comunista era exaltado pelo PSD, pela UDN e pela Igreja Católica, capazes de capitanear amplas camadas da classe média e setores dos trabalhadores rurais e urbanos<sup>103</sup>.

Durante o período, o Partido Comunista Brasileiro promoveu várias reuniões para conduzir sua política em torno do conflito. O apoio ao governo é reiterado e a atitude legalista seria mais uma vez sublinhada. O PCB se voltava para as discussões internas, na elaboração do VI Congresso do partido. Em vista de um possível enfrentamento,

subestimando a decisão das direitas e os grandes movimentos sociais contra as reformas de base, preparava, sim, um novo congresso previsto para o ano em curso. As teses para discussão chegaram mesmo a ser publicadas, num suplemento especial de *Novos Rumos*, em 27 de março de 1964<sup>104</sup>.

A tomada do poder estava sendo planejada. Às portas de abril, nenhuma reação seria preparada.

### 3.4. O GOLPE DE ABRIL DE 1964

---

<sup>102</sup> *Op. cit.* SKIDMORE, T.

<sup>103</sup> *Ibidem.*

<sup>104</sup> *Op. cit.* AARÃO REIS FILHO, D. (2002), p. 92.

### 3.4.1. Eventos

O desencadeamento do golpe aconteceu alguns dias antes do programado, com a movimentação das tropas no dia 31 de março, em Juiz de Fora, pelo general Olympio Mourão Filho<sup>105</sup>. A impulsividade de Mourão fora condenada pelos militares. Entretanto, era impraticável voltar atrás: a “revolução de 1964” havia sido arrebatada. Como líder do movimento se instituía o Chefe do Estado Maior do Ministério de Guerra, o general Humberto de Alencar Castello Branco, com o apoio de vários governadores civis. Em 1º de abril, o general Costa e Silva autoneomeou-se comandante do Exército Nacional assumindo o “Comando Supremo da Revolução”, composto por mais dois militares. Em reunião no dia 3, com governadores que apoiaram o golpe, ficaria decidido quem assumiria a presidência. Os civis já estavam com um nome em mãos: Castelo Branco. Precisava-se agora convencer o “Comando Supremo da Revolução”.

Do movimento conspirativo à deflagração pública do golpe, Jango caíra sem reação. No dia 2 de abril, o Chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro, enviou um ofício ao presidente do Congresso Nacional pronunciando que Goulart estava se dirigindo ao Rio Grande do Sul para comandar as forças militares legalistas em “pleno exercício dos poderes constitucionais com seu ministério” (FICO, 2004). Ao receber o documento, o presidente declara o estado de vacância da Presidência da República. Novamente, assumiria interinamente ao cargo, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. A partir desta data iniciara-se um novo regime no Brasil, marcado pela repressão e censura. O regime de exclusão de edificava. Neste sentido, é válido destacar o ocorrido com os exemplares do *Jornal do Brasil* do dia 1 de abril. Conforme o jornal,

Cêrca de 15 sargentos do Corpo dos Fuzileiros Navais, afirmando que estavam cumprindo ordens superiores, tentaram, ontem [1 de abril], às 6 h 55 m, apreender a edição do JORNAL DO BRASIL, recebendo do Departamento de Circulação uma pilha de apenas 50 exemplares, uma vez que o restante já estava sendo distribuído nas bancas<sup>106</sup>.

Durante toda a manhã o jornal fora tomado por tropas militares que impediam a entrada de pessoas que quisessem entrar no prédio. Era apenas uma amostra do que estava por vir. A exposição do acontecido nas páginas dos jornais demonstrava o caráter da “revolução de 1964”.

---

<sup>105</sup> Conhecido militar conservador, Mourão fora o responsável pela elaboração do “Plano Cohen” de 1937, sobre uma possível conspiração comunista que ameaçava o governo de Getúlio Vargas (*Op. cit.* FICO, C. 2004).

<sup>106</sup> Cf. *Jornal do Brasil*, 2 de abril de 1964, p. 2.

Em nove de abril, antes que Castello Branco tomasse posse do cargo, foi instituído o Ato Institucional nº 1, por Costa e Silva, ainda no “Comando Supremo da Revolução”. O colapso da democracia se institucionalizava como uma “eleição indireta pelo Legislativo”. O AI-1 consolidava o triunfo dos golpistas: “A revolução vitoriosa, como o Poder Constituinte, se legitima por si mesma”<sup>107</sup>.

Enfim, o golpe civil-militar de 1964 estava autenticado. É importante ressaltar que o desencadeamento deste se deu por um “um jogo complexo de forças militares e civis envolvidas”<sup>108</sup>. Desta forma, para Marcelo Ridenti,

Eis o tema-tabu que torna tão incômodo lembrar do período: uma parte da sociedade brasileira, por ação ou omissão, foi conivente com a ditadura. Talvez seja difícil admitir isso, e que a ordem hoje estabelecida é herdeira do que foi arquitetado pelos donos do poder naquele tempo, ainda que o ordenamento democrático tenha sido retomado<sup>109</sup>.

Obtendo sólidas alianças, em expressivos meios sociais, o regime imposto em 1964 perdurou 21 anos. Grande parte da sociedade brasileira não estaria isenta de responsabilidade, por isso a dificuldade de se estudar este período.

### 3.4.2. “Tanto maior o partido, maior e mais ruidosa a queda”<sup>110</sup>

Por uma ironia da história, os comunistas, agora acusados de subversão, defendiam a democracia burguesa, interessados que são na permanência de um clima de liberdade e na conquista para a legalidade para o Partido Comunista. O golpe que destruiu as liberdades o Brasil sobreveio a 1º de abril. Não foi desencadeado pelos comunistas e, sim, pelos ‘gorilas’, que implantaram a ditadura – ou seja, o fim da ordem constitucional burguesa estabelecida em 1946<sup>111</sup>.

O Partido Comunista Brasileiro estava arrasado. A queda de 1964 fora rumo ao precipício. Totalmente abalado e acusado de “inação” frente à derrubada do regime, grande parte dos integrantes do partido não consegue lidar com a derrota, que culminará numa nova crise interna. Um novo ciclo de críticas e autocríticas se inicia. Discutia-se a reestruturação de métodos, procedimentos e retórica, permeados pela reavaliação da realidade brasileira e do movimento popular.

<sup>107</sup> *PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS. Brasil: Nunca Mais: um relato para a história.* Organização de Dom Evaristo Arns, 1985, p. 61.

<sup>108</sup> *Op. cit.* FICO, C. (2004).

<sup>109</sup> *Op. cit.* RIDENTI, M. p. 289.

<sup>110</sup> Expressão cara à Daniel Aarão Reis Filho (1990) em seu livro *A Revolução faltou o encontro*.

<sup>111</sup> MARIGHELLA, C. *Por que resisti à prisão*, Ed. Brasiliense/Edufba, 1994, p. 105-106.

A grande maioria do Comitê Central, entre ela o líder Luiz Carlos Prestes, decide manter a linha do partido de 1960, com algumas ressalvas. Na *Resolução Política do Comitê Central*, em 1965, os dirigentes comunistas demonstram que algumas concepções representadas pelo V Congresso estavam equivocadas, induzindo a tendências “sectárias” e “dogmáticas” não eliminadas desde 1954, como a luta contra uma força integrante da frente única – a burguesia nacional. Ainda, salientava-se o subjetivismo da direção do partido, afirmado na perspectiva de vitória fácil e imediata e a maneira errônea como as possibilidades do “caminho pacífico” foram tomadas. O afastamento da linha política pregada em 1960, diante da preocupação no desempenho do governo Goulart, condicionou o abandono pelos comunistas da justa aplicação da orientação marxista-leninista. A responsabilidade do golpe para a direção do partido era do “esquerdismo” presente em algumas fileiras do próprio PCB e nas organizações de esquerda formadas no início dos anos 60<sup>112</sup>.

Consolidado o novo regime, no mesmo ano é lançado o *Esquema para Discussão*<sup>113</sup>, elaborado por um grupo de oposição às resoluções da direção partidária, denominado “Corrente Revolucionária”. O documento trazia como causa da derrota de 1964 os desvios “de direita” existentes dentro do partido. Entre eles elencavam-se a adoção da “via pacífica” na promoção das reformas estruturais na sociedade, o alinhamento com a burguesia nacional e o afastamento das “massas”. As críticas determinadas pelo esquema à política pecebista anterior ao golpe, induziam à culpa do partido por suas concepções “reformistas” e subjetivistas então adotadas. Os partidários de Prestes condenaram resolutamente a publicação do documento. No mesmo ano uma nova cisão ocorreria no PCB.

---

<sup>112</sup> Entre as organizações de esquerda, alternativas ao Partido Comunista Brasileiro, que surgiram ainda antes do golpe, estão: a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop), fundada em 1961; o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), formado em 1962; e a Ação Popular (AP), instituída em 1963. Para mais informações Ver: AARÃO REIS FILHO, D.; SÁ, J. F. de. (orgs.). *Imagens da Revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.

<sup>113</sup> O documento expressava uma visão rigorosa das responsabilidades do partido frente ao Golpe de 1964. A crítica a superestimação da estratégia do caminho pacífico indica que os idealizadores da posição política expressa no *Esquema de Discussão* encaravam a atuação partidária, até então perpetrada, como “pacifista” e “sectária” frente à realidade do país. A ordem do dia era a edificação de formas de lutas condizentes com a nova conjuntura brasileira, dentre elas a luta armada. Conforme o documento: “absolutizamos a possibilidade de um caminho pacífico e não nos preparamos para enfrentar o emprego da luta armada pela reação. Embora nos documentos do P. afirmasse que um dos caminhos possíveis para a conquista de um governo nacionalista e democrático era a ação armada do povo e de parte das Forças Armadas, em resposta a uma tentativa golpista, estávamos inteiramente despreparados para isto no terreno político, ideológico e prático (apesar das sucessivas crises e ameaças de golpe, não havíamos discutido a situação militar, não tínhamos meios para assegurar o funcionamento do P. em quaisquer condições etc.). É necessário examinar as causas da vitória da reação e assumir uma posição autocrítica a fim de traçar uma orientação acertada. Essa autocrítica deve ser feita com equilíbrio. Não devemos ocultar os erros cometidos, nem cair no negativismo. Neste esquema, cujo objetivo é orientar o P. para a ação prática imediata, damos apenas o primeiro passo no sentido de examinarmos as causas dessa derrota. Com a contribuição do P. será possível aprofundar a análise autocrítica e avançar no caminho da compreensão e superação de nossos erros” (*Op. cit.* GORENDER, J. p. 87).

A política do Partido Comunista Brasileiro nos primeiros anos pós-1964 é vinculada a um tom extremamente autocrítico. A *Resolução Política* divulgada no jornal *Voz Operária* deixaria clara a posição adotada.

Na raiz de nossos erros está uma falsa concepção, de fundo pequeno-burguês e golpista, da revolução brasileira, a qual se tem manifestado de maneira predominante nos momentos decisivos de nossa atividade revolucionária, independentemente da linha política, acertada ou não, que tenhamos adotado. É uma concepção que admite a revolução não como um fenômeno de massas, mas como resultado da ação das cúpulas ou, no melhor dos casos, do Partido. Ela imprime à nossa atividade um sentido imediatista, de pressa pequeno-burguesa, desviando-nos da perspectiva de uma luta persistente e continuada pelos nossos objetivos táticos e estratégicos, através do processo de acumulação de forças e da conquista da hegemonia do proletariado<sup>114</sup>.

Apesar de culpabilizar a ação “sectária” pela deflagração do golpe, o Comitê Central parece não engolir o fatídico primeiro de abril. A declaração dos erros e as ressalvas sob a atuação subjetivista do partido permeavam as discussões diretivas. Admitir era o primeiro passo para uma reação. Precisava-se identificar os deslizes, combater as tendências “sectárias e pequeno-burguesas” nas fileiras pecebistas, traçar um novo caminho pragmático. O partido errara, mais uma vez, ao julgar-se sustentáculo no desencadeamento da revolução, e desconsiderar a importância do movimento de massas. Em maio de 1965, pela primeira vez o Comitê Central se reunia após o golpe.

As condições objetivas do Brasil ainda tendiam à realização da “revolução nacional-democrática”, viabilizada pelo caminho pacífico. As orientações do V Congresso não estavam equivocadas. Na prática havia sido “mal aplicada na conjuntura que antecedeu ao golpe”. A perspectiva do ex-pecebista Jacob Gorender, expressada em seu livro *Combate nas Trevas*, confirmaria, posteriormente, interpretações diferenciadas que havia na direção nacional para explicar a derrota sofrida em 1964. Para Gorender, em 1965,

a reunião tornou transparente a orientação que pretendia seguir a maioria, capitaneada por Prestes e Giocondo Dias. A linha do Quinto Congresso devia ser salva, sob alegação de que apenas fora mal aplicada. A causa da má aplicação teria sido o ‘desvio de esquerda’, expressão do jargão comunista que indica superestimação das próprias forças, avaliação exagerada das possibilidades objetivas, ações precipitadas, isolamento das massas, sectarismo e por aí afora. No caso do PCB, o ‘desvio de esquerda’ se caracterizou supostamente pelo golpismo, conhecido vício da política brasileira<sup>115</sup>.

---

<sup>114</sup> *Voz Operária*, Suplemento Especial, Resolução Política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, maio de 1965. In: Carone, 1982, p.26.

<sup>115</sup> *Op. cit.* GORENDER, J. p. 88.

Deste modo, os dirigentes pecebistas procuravam culpabilizar líderes comunistas e nacionalistas que foram muito radicais em suas propostas, levando a esquerda brasileira ao isolacionismo social. Contudo, a falha principal apontada para explicar a derrota de 1964 estruturava-se no âmbito interno, no “mecanismo de direção política”<sup>116</sup>. A percepção dos erros, assim direcionada, promoveria uma moderação no processo de reflexão, não se estendendo às premissas e explicações da linha política. Por outro lado, acarretava uma série de autocríticas e discussões políticas acerca da reestruturação de um novo Comitê Central. As resoluções da direção partidária desenvolveram um extenso processo crítico, culminando na constituição de uma nova crise interna. O impacto da derrota anteciparia “insatisfações latentes” no velho partido comunista. Em 1967, oficializava-se a “Corrente Revolucionária”, em torno dos dirigentes tradicionais: Mário Alves, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho, Jover Teles, Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira. Já em 1964, o documento *Esquema para discussão*, elaborado por Mário Alves estabelecia as propostas críticas à atuação do PCB antes do golpe de abril. As *Teses para Discussão do VI Congresso* (1966), elaboradas por Prestes e Dias, embasadas na “confiança na burguesia nacional e na possibilidade do caminho pacífico da revolução”<sup>117</sup> foram rejeitadas pela maioria da direção partidária. Contudo,

(...) a Comissão Executiva não se dispôs a aceitar as derrotas com espírito democrático. A situação de clandestinidade facilitava o desrespeito às decisões das assembleias e conferências. A Comissão Executiva interveio nas organizações partidárias oposicionistas, dissolveu organismos e instituiu direções fantasmas”<sup>118</sup>.

Uma nova luta interna estava se iniciando: entre os “sectários” próximos às resoluções do IV Congresso e os “reformistas” partidários da orientação política do V Congresso. A contrariedade com o mito de Prestes e a adoração à autoridade, fatores que vinham provocando descontentamento desde as discussões posteriores à divulgação do relatório de Khrutchev, emergiam das fileiras de oposição. Na reunião do VI Congresso muitos dirigentes não compareceriam, outros tantos seriam excluídos do Partido Comunista Brasileiro.

### **3.4.3. Um interregno pré-autoritário: o governo do general Castelo Branco (1964-1967)**

O regime ditatorial se consolida em 15 de abril, com a posse do presidente eleito pelo Congresso Nacional. Na perspectiva de Carlos Fico, que se propõe analisar a Ditadura Militar

<sup>116</sup> *Op. cit.* AARÃO REIS FILHO, D. (1990).

<sup>117</sup> *Op. cit.* GORENDER, J., p. 90.

<sup>118</sup> *Ibidem*, p. 91.

brasileira sob o ponto de vista do “surgimento, consolidação, institucionalização e decadência da linha dura”<sup>119</sup>, o governo Castelo Branco representa um fracasso. Já nos primeiros meses de sua administração, os paradoxos da ditadura então instalada podem ser enumerados. Primeiramente, instaurada em favor da democracia, “ameaçada” pelo comunismo do governo até então vigente, sustentou ao longo de seus governos uma fachada democrática. Manteve-se o Congresso e estruturou-se a vigência de uma nova Constituição (1967, reformada em 1969). A política perpetrada nos governos militares culminou na modernização da sociedade, diferentemente do que pensava a esquerda da época. Cabe salientar que esta era uma modernização autoritária, edificada sob o desenvolvimento amparado no cerceamento das liberdades democráticas e na concentração de riquezas. De qualquer maneira, este processo de modernização determinava a emergência de profissionais capacitados, os quais a maioria se enquadrava na oposição à ditadura. “Foi assim que amadureceu, por exemplo, uma indústria cultural digna desse nome sob a ditadura que, com um braço, incentivava a cultura, censurando-o com o outro”<sup>120</sup>.

Em agosto de 1964, o novo presidente lança o Programa de Ação do Governo (PAEG), visando conter a instabilidade econômica nacional. Internamente a política adotada baseava-se no “saneamento financeiro”: amparado pelas resoluções do Fundo Monetário Mundial (FMI), procurava-se conter e derrubar a inflação. Externamente todas as portas se abriam ao capital estrangeiro. O crescimento econômico tornava-se um fato, amplamente vinculado aos interesses internacionais. A esquerda nacional ainda comungava com uma falsa interpretação do momento brasileiro. Fora incapaz de perceber a recuperação do capitalismo brasileiro, através da política seguida pelo governo Castelo Branco. Segundo Daniel Aarão Reis Filho, “a esquerda comunista recusava a evidência de que o capitalismo definia e assumia novos caminhos. Por outro lado, negava contradições e nuances entre as classes dominantes”<sup>121</sup>.

O recrudescimento do regime estruturou-se em outubro de 1965, com a instituição do AI-2. O ato, entre outras resoluções, acabava com todos os partidos políticos, permitia que o Executivo fechasse o Congresso quando decidisse e tornava indiretas as eleições para a Presidência da República. Criavam-se dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Nacional (MDB), a oposição consentida, que não

---

<sup>119</sup> *Op. cit.* FICO, C (2004). p. 72.

<sup>120</sup> *Op. cit.* RIDENTI, M., p. 290.

<sup>121</sup> *Op. cit.* AARÃO REIS FILHO, D. (1990), p. 57.

poderia contestar o regime. Em tese, a palavra de ordem ressaltava que a “Revolução é e continuará” (FICO, 2004).

É importante ressaltar que o governo de Castello Branco é identificado, principalmente em trabalhos biográficos, a partir de traços de moderação e legalismo. Apesar da estruturação de um aparelho repressivo, do fechamento do Congresso Nacional e das resoluções da Constituição de 1967, o período em que o primeiro general-presidente esteve à frente do país é tratado positivamente em análises sobre o regime militar, destacando o caráter “democrático” e sua perspectiva de ação sempre identificada com a legalidade.

#### **3.4.4. “Juntando os cacos”: as tentativas de reestruturação do Partido Comunista Brasileiro**

Os primeiros anos do regime militar se passavam. As organizações de esquerda, entre elas o Partido Comunista Brasileiro, estavam mergulhadas num amplo processo de reflexão crítica. O “fantasma da revolução brasileira” rondava o imaginário da oposição. Questões acerca da responsabilidade do golpe, da culpa impressa à inação dos pecebistas, do subjetivismo frente à realidade promoviam contendas nas fileiras do partido.

A oposição declarada às propostas de 1958 angariava, já em 1966, grande parte do núcleo ativo do PCB. A primeira reunião feita pelo Comitê Central após 1964 desencadeou um processo de fragmentação interna: “as resoluções aprovadas derrotavam a oposição nascente, mas ela já estava bastante madura para não se deixar desorganizar. Contudo, antes de se consolidar, já começava a apresentar sinais de crise”<sup>122</sup>.

Todos concordavam sobre as “anomalias” na linha geral do partido, que determinaram a sua inação frente ao golpe. Porém, a maneira como estas deviam ser resolvidas assumia várias formas. Os organizadores do *Esquema para Discussão*, divulgado em 1964, acirravam o conflito interno. Carlos Marighella e Mário Alves, de formas diferenciadas, deliberavam suas formulações a favor da luta armada contra o regime, enquanto Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho ressaltavam a necessidade de se voltar ao movimento social e de reformar o partido revolucionário. A crise se estenderia às bases estudantis. As Dissidências se insurgiam conforme os dirigentes que as conduzia. O conflito em torno da figura de Marighella foi um dos expoentes da configuração de uma nova falência na estrutura partidária. As perspectivas oposicionistas do dirigente já haviam sido esboçadas

---

<sup>122</sup> *Op. cit.* AARÃO REIS FILHO, D. (1990), p. 48.

desde 1965, no seu livro *Porque resisti à prisão?*, provocando sua renúncia da Comissão Executiva. O ano de 1967 marcaria sua ruptura definitiva com as concepções do partido comunista. Em agosto deste ano, Marighella esteve em Havana para participar da Conferência Internacional da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), sem o consentimento da direção nacional do PCB. Durante o evento, a OLAS “criticou a política defendida pelos partidos comunistas e indicou a luta guerrilheira como estratégia adequada para a maior parte dos países latino-americanos, proclamando que o dever de todo revolucionário era ‘fazer a revolução’”<sup>123</sup>. As aspirações de Marighella colaboravam para estas formulações: em expressa crítica ao “imobilismo” e à tática de caminho pacífico para a revolução brasileira ele se colocava internacionalmente contra as ideias defendidas pelo PCB. Logo chegou ao Brasil, o líder revolucionário foi expulso do Partido Comunista Brasileiro. Marighella não iria sozinho. As bases paulistas despontaram a favor de seu dirigente, articulando, em 1968, o “Pronunciamento do novo agrupamento comunista de São Paulo”, denominado Ação Libertadora Nacional, a ALN.

Ainda em 1967, os delegados da Conferência Regional do Rio de Janeiro, comandados por Apolônio de Carvalho, se insurgiram contra o CC. Acusando desvios nos preparativos do VI Congresso iniciaram uma oposição que formaria o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Os demais integrantes da “Corrente Revolucionária” se filiaram ao Partido Comunista do Brasil. Esfacelava-se, assim, a cúpula do Partido Comunista Brasileiro.

As tentativas de reorganização, reestruturação e estabelecimento de reformulações teóricas, referentes tanto à linha política oficial do partido, quanto à própria composição dos órgãos dirigentes, acabaram por provocar um novo colapso, que se estenderia às bases pecebistas. As cisões ultrapassariam a cúpula do partido. Estava fundado o processo de fragmentação do PCB.

#### 3.4.4.1. “Um trampolim para novas vitórias”<sup>124</sup>: VI Congresso do PCB (1967)

Em dezembro de 1967 é elaborado o “*Informe de Balanço do Comitê Central*” relativo ao VI Congresso do PCB. Organizado para acontecer em 1964 e desestruturado pelos acontecimentos do mesmo ano, o VI Congresso nasce fragmentado. Apresentadas como o maior exame autocrítico da política do partido comunista, as resoluções então propostas

<sup>123</sup> *Op. cit.* SALES, J. R., p. 60-61.

<sup>124</sup> Expressão de Che Guevara, utilizada por Daniel Aarão Reis Filho (1990) para expressar as interpretações reveladas no interior do Partido Comunista Brasileiro sobre o golpe de 1964.

iniciam uma reflexão sobre as ideologias/ações partidárias frente à presidência de João Goulart e o golpe de direita perpetrado em seu governo.

A análise crítica frente ao passado se embasa no subjetivismo, proclamado ainda no documento lançado em 1965, que tomara a direção do partido. A superestimação do movimento de massas, a atenção voltada ao combate à política de conciliação do governo Goulart, as tendências “sectárias e dogmáticas”, o desconhecimento da crise institucional no país, a concepção de “vitória fácil e imediata”, entre outros fatores, teriam proporcionado a inércia frente ao golpe. Neste sentido, mais uma vez as novas formulações expressam os desvios cometidos na linha do V Congresso. O *Informe do Balanço do Comitê Central*, de Dezembro de 1967, afirmava ser

os erros que cometemos na aplicação da linha política do V Congresso de uma posição subjectivista, de pressa pequeno-burguesa e do golpismo, que nos levaram a crer na vitória fácil e imediata, a contribuir, com nossa atividade política, para precipitar os acontecimentos, sem que existissem condições que pudessem assegurar a vitória da classe operária e das forças nacionalistas e democráticas<sup>125</sup>.

O erro principal do partido, frente às análises da realidade brasileira, se deu na prática. A maioria vitoriosa do Comitê Central corroborava as concepções elucidadas em 1960. A ação do partido que deixara a desejar.

As formulações do VI Congresso, expressas no *Informe do Balanço do CC* de 1967, afirmavam que o Brasil estava no limite de um novo surto de desenvolvimento capitalista, baseado no benefício de alguns privilegiados e amparado no imperialismo norte-americano. A conjuntura internacional se agravara, pelo desenvolvimento militar e econômico dos países capitalista, principalmente os EUA. Porém, estava evidente a crise do imperialismo, subjugada pelos movimentos de libertação nacional na Ásia, África e América Latina. Referências ao povo vietnamita e à Revolução Cubana aludiam à luta dos povos e à perspectiva comunista de “internacionalismo proletário”, refletindo o apoio aos países socialistas.

Nacionalmente, os comunistas definiam a conjunção de novas perspectivas para as classes sociais a partir dos anos 60. Neste âmbito, ocorre o aparecimento de forças progressistas mais ativas, que permitem elevar a participação do “proletariado urbano e rural”, das “massas camponesas” e de uma camada majoritária da “pequena burguesia urbana” na

---

<sup>125</sup> VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro. *Informe de Balanço do Comitê Central. Dezembro de 1967*. p. 86. In: PCB: Vinte anos de política. Documentos (1958-1979). LECH- Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

luta política. O colapso de 64 golpeara a fundo esta ascensão dos movimentos sociais. A Constituição de 1967 legitimaria a derrota das forças democráticas e nacionalistas: as conquistas democráticas alcançadas na Constituição de 1946 haviam sido suprimidas.

O documento revelava uma perspectiva otimista da conjuntura nacional: a ditadura ia se consolidando e com ela o descontentamento popular. No entanto, a debilidade do movimento de massas, principalmente da classe operária, e a dificuldade para a formação da frente única eram os principais entraves práticos do partido. Assim, a tática pecebista, expressa no documento do VI Congresso, se voltaria à mobilização, união e organização do proletariado e demais forças patrióticas. A frente única se ampliava, tendo como principais componentes a “classe operária, o campesinato e a pequena burguesia”. A “burguesia nacional” ainda era considerada aliada, mas sua participação era tida como parcial por promover uma oposição limitada ao regime, devido a seu “caráter dúbio”. Esta ação vacilante e dúplice da classe burguesa permitiu que setores majoritários no interior desta fossem a favor do golpe de 1964, amparados em seus interesses de classe exploradora e suas propostas de conciliação. É importante ressaltar que o conceito de burguesia nacional era utilizado para a caracterização no âmbito político, não a definindo por critérios econômicos ou sociais. De tal modo, “burguesia nacional” seria o extrato da burguesia brasileira que se choca com o imperialismo estrangeiro, pois este é um obstáculo a seus negócios. A condição básica para ser considerada pelo partido uma aliada na frente única estaria ligada à prática da luta anti-imperialista. Procurar as esferas progressistas das classes burguesas seria um trabalho cuidadoso, mas a aliança com estas era vista como indispensável. As atenções se voltavam para a direção do proletariado, a construção de sua consciência de classe que possibilitaria sua hegemonia na frente única, rompendo com o “sectarismo burguês e pequeno-burguês”. Dessa forma, tornava-se primordial a atividade partidária nos meios sindicais, procurando estendê-lo por todo o movimento operário. A importância da organização sindical de assalariados agrícolas tornava-se fundamental, devido à necessidade de uma sólida aliança entre proletariado e camponeses.

Todas as classes democráticas eram incitadas na luta contra a ditadura. Tornava-se imperativo a conquista da intelectualidade, das mulheres, dos estudantes e até de certos parlamentares do MDB pelos comunistas. Admitia-se a heterogeneidade da frente proposta, que se uniria em torno de um programa mínimo, que apregoava: a revogação da Constituição de 1967, uma política econômica independente e medidas para a melhoria de vida das

“massas trabalhadoras”, inclusive propostas parciais de reforma agrária<sup>126</sup>. A concepção de luta se baseava na conjugação de formas legais (campanhas políticas e movimentos reivindicatórios) e ilegais, dentre elas, se indispensável, o enfrentamento armado, admitindo que a “autodefesa de massas é necessária para enfrentar a violência da repressão policial”<sup>127</sup>.

Sobre os caminhos da revolução brasileira, o VI Congresso trazia duas propostas. A defesa da “via pacífica” era afirmada, instigada pelo crescimento das ações de massas e nas contradições internas do atual regime, causas de uma crise que o reacionarismo do governo brasileiro não poderia resolver. Esta era a trajetória a ser seguida rumo ao socialismo. Todavia, se a ditadura assim impusesse, a insurreição armada ou a guerra civil poderia ser desencadeada. A concepção etapista de revolução permanecia. Composta por duas etapas, a primeira seria de uma “revolução nacional e democrática” que abriria portas para a segunda fase, para o socialismo em si. A compreensão do movimento revolucionário à realidade brasileira se condicionava pela impossibilidade de imediata socialização do país, devido à desvinculação das forças contra o imperialismo e a estrutura agrária baseada no monopólio da terra. Neste sentido, uma luta pela instalação do socialismo levaria à exclusão do movimento nacionalista e democrático.

No que tange especificamente à estrutura interna partidária, era preciso combater o principal desvio ideológico: a influência de setores “pequeno-burgueses” em várias esferas da organização. A luta ideológica se manteria contra as tendências “sectárias de esquerda” e “reformistas de direita”. Na prática, a orientação política propunha a inserção total dos comunistas em meio às massas. Neste sentido, uma das principais tarefas se voltava para a necessária valorização dos militantes operários, principalmente, líderes entre os trabalhadores e nos sindicatos. Esta tarefa seria realizável através da ampliação das organizações de base, amparadas em órgãos dirigentes estaduais e territoriais fortes, diretamente vinculados à Comissão Executiva. Seguindo a lógica leninista, o Partido Comunista Brasileiro situava-se como “estado-maior da classe operária”. A união do partido era essencial para o sucesso da frente única, para a vitória da revolução. Neste âmbito, as formulações do VI Congresso revelavam que

(...) o Partido não é uma organização para si mesmo, mas, acima de tudo, é o centro que vive, estuda, acompanha e se emociona com os problemas da classe operária e realiza seu papel de vanguarda, formulando os melhores

---

<sup>126</sup> Entre as medidas parciais de reforma agrária, eram enumeradas: “desapropriação de latifúndios improdutivos, ou de exploração antieconômica, pelo valor declarado para fins fiscais; imposto territorial fortemente progressivo; venda de áreas aos camponeses sem terra a longo prazo e a juros baixos, etc.” (*Ibidem*, p. 130).

<sup>127</sup> *Ibidem*, p. 131.

caminhos a serem trilhados pelo proletariado, no duro e complexo combate que este trava por sua libertação<sup>128</sup>.

Reestruturação e coesão interna eram vistos como princípios essenciais para exercer a vanguarda do proletariado. Baseado na configuração dos desvios e na formulação de soluções condizentes com a realidade brasileira e com o movimento comunista, o VI Congresso engendra uma posição otimista frente aos acontecimentos recentes. O fracasso da ação revolucionária, a derrota do golpe de abril, a fragmentação das fileiras partidárias e o isolamento no cenário político nacional estavam sendo superados. O otimismo tomara a direção do partido. O ano de 1964 destruíra as perspectivas dos comunistas por um breve momento. Uma batalha havia sido perdida. Batalha que dera forças à reorganização dos comunistas brasileiros. Conforme a expressão de Che Guevara, fora “um trampolim para novas vitórias”<sup>129</sup>. Uma nova conjuntura surgia no horizonte e o Partido Comunista Brasileiro se preparava para ser o seu condutor. Por conseguinte, o partido não se atentara para um possível recrudescimento do regime.

Dois anos antes do início da década de 1960, um novo programa político começou a ser edificado. A orientação política do partido, que se estenderá até a distensão do Regime Militar, fora estruturada e legitimada nos primeiros anos do golpe civil-militar brasileiro. As consequências da política econômica do governo JK e a crise do socialismo soviético proporcionam a recuperação de princípios admitidos antes da proposta “esquerdizante”, iniciada em 1948. As resoluções do IV Congresso, em 1954, colocadas em cheque antes mesmo de sua abertura, passaram a ser execradas pela nova direção partidária. A deslegitimação do passado próximo fora confirmada nas declarações, congressos, resoluções e informes divulgados pelo Comitê Central a partir de 1958.

#### **4. DO ENDURECIMENTO À DISTENSÃO DA DITADURA MILITAR: REPRESENTAÇÕES DA “NOVA ORIENTAÇÃO POLÍTICA” PECEBISTA (1968-1979)**

O objetivo deste capítulo é revelar como se deu a atuação dos comunistas brasileiros nos momentos mais críticos do Regime Militar, após a instituição do AI-5. Ao novo golpe, ao recrudescimento do governo traremos uma breve análise das esquerdas brasileiras, dentre elas

---

<sup>128</sup> *Ibidem*, p. 138.

<sup>129</sup> *Op. cit.* AARÃO REIS FILHO, D. (1990).

as organizações armadas e suas convergências e divergências com o próprio PCB. Este panorama alargado permitirá ao leitor apreender a especificidade do programa político pecebista elaborado em 1958. Desta forma, o curso do deste tópico abarcará dos “anos de chumbo” da Ditadura Militar brasileira à sua abertura política, demonstrando as representações e modificações da “nova orientação política” e a atuação prática do partido, tanto dos dirigentes, quanto dos militantes de base.

#### 4.1. AS ESQUERDAS ARMADAS E SUA ATUAÇÃO PRÉ-1968

Estudos historiográficos recentes demonstram que os anos de 1960 são marcados por uma radicalização tanto da esquerda, quanto da direita na política no país. Neste momento crucial na atuação da sociedade brasileira, a favor da democracia, percebemos que o círculo de esquerda apresenta-se fragmentado. Fragmentado conforme o abalo sofrido com o golpe civil-militar de 1964 e a perspectiva de incertezas que o movimento passava. Neste sentido, podemos definir a existência de diferentes perfis de esquerda no período, que condizem com, basicamente<sup>130</sup>, duas propostas: a primeira, representada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), propunha a luta pacífica e a uma revolução democrática burguesa para a derrubada do poder; e a segunda, reproduzida pela “Nova Esquerda”<sup>131</sup>, condizia com o estabelecimento da luta armada como único caminho de uma revolução popular e democrática para a destituição do sistema vigente. É interessante destacar que este perfil de esquerda vai se legitimando ainda antes do golpe de 64, através das orientações políticas de três organizações: a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a Ação Popular (AP). Esquerda formada ora por dissidências do PCB, ora alocadas em grupos que o criticavam, dirigiu um novo projeto de orientação política, embasada essencialmente na luta armada.

Os documentos referentes à “Nova Esquerda”<sup>132</sup> representam a multiplicidade de organizações e partidos que aderem a uma posição diferenciada do PCB. Esta fase instituída a partir de uma extrema fragmentação das forças de esquerda é vinculada ao âmbito político.

<sup>130</sup> É importante destacar que a contextualização aqui inserida acabou relativizando a proposta das esquerdas incluídas na chamada “Nova Esquerda”, agrupando-as em um conjunto comum, sem especificar suas diferenças. Tal relativização esbarra na proposta do ensaio, ao qual não caberia uma análise verticalizada neste sentido.

<sup>131</sup> Daniel Aarão traz o conceito de “Nova Esquerda” no prefácio do livro *Imagens da Revolução*, entendendo “nova” no sentido de diferente. Representa as organizações e partidos políticos clandestinos que surgiram como alternativa e oposição à orientação política do Partido Comunista Brasileiro.

<sup>132</sup> Reunidos por Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá no livro *Imagens da Revolução. Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda dos anos 1961-1971*.

Neste sentido, Daniel Aarão (2006) propõe quatro fatores essenciais que resultaram neste fracionamento. O primeiro, ligado ao impacto da derrota de 1964, teria gerado desencantamento frente às discussões, privilegiando a ação/prática imediata frente ao novo poder e conseqüentemente ocasionando uma falta de coesão entre as organizações de esquerda. No novo contexto, “o reino do empirismo favoreceria a emergência de grupos e organizações autossuficientes em âmbito regional ou mesmo municipal”<sup>133</sup>. Em segundo lugar, a influência das experiências internacionais de luta armada, revelando a noção que tudo era possível se tivesse disposição para a luta. Em terceiro plano, o esmagamento de carreiras políticas pela derrota de 1964. Novos dirigentes assumem e a média de idade entre os integrantes de organizações da “Nova Esquerda” circundava os 20, 22 anos. Esta renovação no corpo das vanguardas gera uma rejeição violenta às tradições, o que tencionava, segundo o autor, à “eliminação de um dos principais fatores de coesão em qualquer estrutura política organizada”<sup>134</sup>. O quarto fator situa-se na conjuntura política do pós 64, a qual insere clandestinidade e polícia política, o que dificultava os contatos políticos. Assim, geravam-se ritmos desiguais de lutas internas e legitimavam pequenos grupos dentro de organizações e partidos que eram contra o processo de unificação para não pôr em risco suas posições.

É importante estabelecer que as esquerdas em armas também não estavam unificadas. Reuniam-se em torno de pressupostos comuns, como a tentativa de inserção no movimento de massas, a ruptura com a política do PCB e a necessidade inquestionável da luta armada para a derrubada da ditadura. Porém, no que tange às formas de organização e aos projetos revolucionários, havia diferenças latentes para uma possível aliança entre as elas. Segundo Marcelo Ridenti,

um dos fatores fracionadores das esquerdas em armas relacionava-se à concepção do tipo de organização que deveria conduzir a revolução: um partido ‘leninista’ tradicional ou uma organização militarizada como a da guerrilha cubana. Contudo, havia pelo menos um traço marcante comum às posições divergentes: a visão de que as organizações, independentemente das formas pelas quais estariam estruturadas, seriam a vanguarda iluminadora dos caminhos da revolução. No fundo, o centro das discussões estava no papel da suposta vanguarda, e não no movimento contraditório da sociedade de classes<sup>135</sup>.

<sup>133</sup> *Op. cit.* AARÃO REIS FILHO, D.; SÀ, J. R., p. 22.

<sup>134</sup> *Ibidem*, p. 23.

<sup>135</sup> *Op. cit.* RIDENT, M. p. 43.

Para tal perspectiva, o autor impinge o nome de “vanguardismo voluntarista”, por ser uma concepção que procura entender a dinâmica da revolução socialista apenas sob a esfera do papel da vanguarda, deixando de lado o movimento social na sua totalidade.

O período pré-1968 foi marcado pelos projetos das organizações da chamada “Nova Esquerda”, referentes aos caminhos da revolução brasileira, baseados na supervalorização da ação. O enfoque principal se dava na extensão da guerrilha rural, sendo que as ações armadas na cidade apareciam como “um método secundário”. Os programas políticos derramavam análises sobre as condições favoráveis ao desencadeamento de conflitos iniciados no campo. Na prática, até 1967 as ideologias permaneciam no papel. A imersão geral nos enfrentamentos armados com a ditadura viria a se consolidar com o recrudescimento do regime, estabelecido com a instalação do AI-5.

#### **4.2. O ANO DE 1968: O RESSURGIMENTO DA “PRIMAVERA DOS POVOS”**

O mundo estava tomado por uma onda de mobilizações políticas de caráter libertário. Uma época de diversos conflitos e revoltas circundava o contexto internacional. Do “maio libertário dos estudantes e trabalhadores franceses”, à “Primavera de Praga” e à Guerra do Vietnã, os povos se insurgiam contra a opressão<sup>136</sup>. Em sintonia com o contexto internacional de 1968 (“o ano que não terminou”), a conjuntura nacional foi marcada pela explosão de movimentos sociais, particularmente estruturados contra a opressão da Ditadura Militar. Dentre eles, os mais expressivos estavam alocados nos meios estudantis, intelectuais e operários.

A insurgência das experiências mundiais obteve um caráter específico no âmbito brasileiro. Amparadas primordialmente nos movimentos estudantil, operário e cultural agenciado por intelectuais, as manifestações perpetradas no Brasil seguiram uma “dinâmica de luta própria e um calendário político específico”<sup>137</sup>. Primeiramente, vieram as manifestações de estudantes reclamando ensino público e gratuito para todos, com base na reforma do ensino superior. As reivindicações particulares estavam amparadas na contestação da ditadura instaurada em 1964 e nas restrições às liberdades democráticas que dela emergiam. A deflagração dos protestos se deu em 28 de março, quando a polícia invadiu o restaurante Calabouço, centro de reunião de estudantes na ofensiva contra o regime, e matou o

<sup>136</sup> ANTUNES, R.; RIDENTI, M. Operários e estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações* • v. 12, n. 2, p. 78-89, Jul/Dez. 2007.

<sup>137</sup> *Ibidem*, p. 79.

estudante secundarista Edson Luiz Lima Souto. A partir daí, as manifestações foram desencadeadas por todo o país. A filiação de vários membros do movimento estudantil às novas organizações de esquerda proporcionou a realização de ações armadas urbanas no decorrer de 1968. Em vinte e seis de junho, eclodiu a notável “Passeata dos Cem Mil”, reunindo além de estudantes, artistas, intelectuais, grupos religiosos e populares. A exibição da força do movimento popular desencadeou um processo de intensificação da repressão pelo governo militar.

No âmbito da agitação cultural promovida por artistas e intelectuais, o debate à ordem vigente se expressava nos teatros, cinema, na música, na literatura e nas artes plásticas. Conforme Marcelo Ridenti,

Até 1968, inúmeras músicas, filmes, encenações teatrais, livros e outras manifestações artísticas apontavam, menos ou mais explicitamente, para um caminho: a resistência ao regime militar pela aliança entre os intelectuais e os trabalhadores, ou o ‘povo’. Logo, seria de prever a adesão maciça dos próprios artistas nas organizações de esquerda, especialmente as armadas<sup>138</sup>.

Os anos 60 foram marcados pelo prestígio do conceito de revolução na esfera cultural, tanto que o golpe militar se designa “revolução de 1964” para legitimar-se. Surgia, assim, um movimento idealizador que procurava sobrepor o Brasil agrário-atrasado-exportador a um país moderno-urbano-capitalista. A esperança libertária do processo de avanço industrial e tecnológico acabaria por gerar duas correntes no meio artístico: os “formalistas” ou “vanguardistas” que apoiavam o avanço técnico e industrial em todos os campos, independente de seu caráter de classe; e os “nacionais populares” que ligavam o progresso técnico à libertação popular. Entre este segundo grupo merecia destaque o Cinema Novo, o Teatro de Arena, as músicas de Geraldo Vandré e Chico Buarque e as atividades relacionadas com a União Nacional dos Estudantes, a UNE. Todos empenhados na busca por uma cultura nitidamente “nacional e popular”, em busca da libertação frente ao imperialismo internacional e ao reacionarismo nas estruturas nacionais. A ideologia referente à guerrilha rural, cara a boa parte de estudantes, trabalhadores rurais e vários grupos de esquerda se aproximava muito deste modelo cultural. Assim, a entrada maciça de integrantes da intelectualidade às fileiras das organizações de esquerda armada era evidente. Com o impulso provocado pelos eventos de 1968, “as manifestações culturais diferenciadas cantavam em verso e prosa a esperada

---

<sup>138</sup> Op. cit. RIDENTI, M., p. 108.

‘revolução brasileira’, que deveria basear-se na ação das massas populares, em cujas lutas a intelectualidade de esquerda pretendia engajar-se e mesmo liderar”<sup>139</sup>.

No que tange ao movimento dos trabalhadores, as raízes remontam às práticas tayloristas e fordistas introduzidas no processo de industrialização brasileiro, desde 1930. A partir desta inserção iniciava-se também a proletarização da classe trabalhadora urbana, assentada na divisão técnica do trabalho que possibilitou a massificação dos trabalhadores. Desta forma, as greves principiadas em Contagem (abril e outubro de 1968) e em Osasco (julho de 1968) vinculavam a batalha contra a superexploração do trabalho à luta contra o regime estabelecido que “cerceava a liberdade e autonomia sindicais”. Tidas como as primeiras réplicas da classe operária ao golpe de 1964, as mobilizações colidiam com a prática repressiva perpetrada pelo regime às esquerdas, principalmente ao PCB, e à estrutura sindical por elas dirigida. As análises de Marcelo Ridenti (2010) evidenciaram que

as duas greves operárias de 1968 com repercussão nacional, em Contagem e em Osasco, as organizações de esquerda estiveram presentes na cúpula dos movimentos, especialmente alguns grupos armados, como a CORRENTE e os COLINA, em Contagem, e a VPR, em Osasco<sup>140</sup>.

Em abril de 1968 estourou a greve de Contagem, liderada por setores sindicais ligados às esquerdas armadas. O florescimento do movimento operário foi tomado de surpresa pelo governo militar que, conseqüentemente, concedeu algumas exigências trabalhistas. Em outubro, uma nova greve seria edificada. Porém, sem sucesso fora esmagada pela repressão. O mesmo aconteceu com o movimento de Osasco. Deflagrada em julho, a greve dos metalúrgicos seria vista como lendária pelos movimentos posteriores. Considerada “polo central” das organizações mais à esquerda, a cidade foi o melhor exemplo de ligação de esquerdas armadas com o movimento operário, devido à importância do aparelho sindical. A organização com maior destaque no evento foi a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), uma pequena organização paulistana, recém-criada. Os militantes da VPR já atuavam na cidade antes de 1964, quando ainda integravam a POLOP, o que facilitou a aproximação com as lideranças operárias. A greve foi desencadeada pelo estudante José Ibrahim, assim que fora eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Planejada já há algum tempo, segundo Ibrahim

a greve pouco teve de espontânea, foi planejada,(...) pelos operários ‘da comissão, do comitê clandestino e do setor mais avançado da fábrica, que somavam ao todo uns duzentos homens’. O plano era ter toda Osasco em greve depois de três dias, estendendo o movimento para São Paulo<sup>141</sup>.

<sup>139</sup> *Op. cit.* ANTUNES, R.; RIDENTI, M., p. 83.

<sup>140</sup> *Op. cit.* RIDENTI, M., p. 175.

<sup>141</sup> *Ibidem*, p. 182.

A ditadura desta vez estava preparada. A repressão fora rápida e certa, abolindo o movimento grevista sem nenhuma alternativa de reivindicação e exilando a maioria dos líderes sindicais. Os que permaneceram no país mergulharam na clandestinidade, sendo que, posteriormente, muitos se integraram a organizações que pregavam a luta armada.

È válido salientar que a memória construída em torno do ano de 1968 é muito intensa. A mistificação dos acontecimentos deste ano no Brasil foi edificada com base no impulso dos movimentos em várias esferas da sociedade. Amparado nas agitações que ocorriam em âmbito mundial, o símbolo criado em torno de 1968 possibilitou a conceituação de uma nova “Primavera dos Povos”. O processo de desmitificação dos acontecimentos históricos de 1968 vem se consolidando pela historiografia. Entretanto sua autoridade não deve ser minimizada, uma vez que “ainda são discutidas a extensão e a profundidade das marcas deixadas na História pelas contestações daquele ano emblemático, sem que se chegue a conclusões unívocas”<sup>142</sup>.

#### 4.2.1. O recrudescimento do regime: o Ato Institucional nº5 (AI-5)

O endurecimento do regime se consolidou em 13 de dezembro de 1968, com a imposição do AI-5<sup>143</sup>, no governo do general Costa e Silva. Estabelecido sem vigência de prazo, acabou vigorando até 1978. Proporcionou a legitimação da linha dura no governo, instituindo a infalibilidade do Presidente da República e concedendo-lhe o poder para punir, de modo arbitrário, qualquer cidadão considerado inimigo do regime. Com o ato,

<sup>142</sup> *Op. cit.* ANTUNES, R.; RIDENTI, M., p. 87.

<sup>143</sup> A edição de 14 de dezembro do *Jornal do Brasil* trazia, estampadas na primeira página, as resoluções do AI-5. As páginas posteriores evidenciavam as explicações pela instituição do ato (“Preâmbulo do novo ato”) e o mais interessante seria evidenciado na “Coluna do Castello”, escrita por Carlos Castello Branco, a respeito das “Primeiras impressões sobre o ato de ontem”. Corroborando uma visão bibliográfica que se formou em torno do general Humberto de Alencar Castello Branco, a coluna refere-se à atuação do primeiro presidente do Regime Militar como parcimoniosa na utilização dos poderes ilimitados. Conforme Carlos Castello Branco, “o Presidente Castello Branco usou parcimoniosamente dos seus poderes discricionários. O Presidente Costa e Silva tem a imagem de homem moderado e sentimentos humanitários. Resta saber se terá condições de exercer com a mesma moderação do seu antecessor os tremendos poderes de que se investiu após tanta hesitação” (Cf. *Jornal do Brasil*, 14 de dezembro de 1968, p.4). Contrariamente, a instauração do Ato Institucional nº 5 deixava claro o caráter de poderes discricionários do governo Costa e Silva, apesar do caráter “humanitário” do presidente. Destacando os resultados da instalação do AI-5, o jornalista referia-se à impossibilidade da formação de movimentos oposicionistas, devido ao endurecimento da ditadura. Ainda conforme sua coluna, “a medida [AI-5] estancou todas as fontes políticas de resistência ao Governo, não deixando nenhuma válvula. A Oposição não terá a menor possibilidade de produzir-se, a não ser que seja respeitada, e até quando fôr, a liberdade de imprensa. Mesmo assim os políticos estão de tal modo contidos que seu acesso aos jornais importará num risco certo para cada um deles” (Cf. *Jornal do Brasil*, 14 de dezembro de 1969, p. 4). Carlos Castello Branco previra o inevitável: a oposição fora fatalmente golpeada. A esta restava como única forma de organização, a clandestinidade.

O Congresso é colocado em recesso assim como seis assembleias legislativas estaduais e dezenas de câmaras de vereadores em todo o país. Mais 69 parlamentares são cassados, assim como o ex-governador carioca Carlos Lacerda, que fora um dos três principais articuladores civis do golpe militar, ao lado do ex-governador paulista Adhemar de Barros, já cassado antes, em 1966, e do governante mineiro Magalhães Pinto, que sobreviveu às punições<sup>144</sup>.

Uma nova escalada repressiva era edificada. O estado autoritário se oficializava como uma máquina terrorista. Como pretexto para a imposição do novo ato, as Forças Armadas colocavam as contestações do MDB ao regime, a ascensão do movimento popular e principalmente a explosão de organizações de esquerda que pronunciavam a luta armada para a derrubada da ditadura. O AI-5 permitia a generalização das prisões dentre os opositores. A tortura e os assassinatos eram realizados diariamente nas sedes dos Destacamentos de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODIs). A censura tornara-se mais rígida. Muitos comunistas, operários, estudantes, intelectuais e pessoas ligadas ao movimento opositor foram cassados, processados, torturados e mortos<sup>145</sup>. Dentre os líderes comunistas cassados é interessante destacar que “a primeira lista de cassações do Ato Institucional era encabeçada por ele [Luiz Carlos Prestes], o líder dos comunistas brasileiros, e com isso o regime militar nomeava o seu inimigo número 1. O que não deixa de ser uma homenagem”<sup>146</sup>.

O Ato Institucional nº 5 encerra um ciclo de reestruturação dos movimentos de oposição, assinalando, em contrapartida, a evolução do regime militar. As conclusões da esquerda brasileira sobre a instauração do ato de 1968 foram otimistas. Todas as organizações, incluindo o PCB, perceberam no AI-5 um “golpe de desespero” do regime, acentuado pelas contradições internas. Neste sentido, “fora apenas um ‘revelador’, como se a ditadura tivesse resolvido ‘tirar a máscara’ de uma vez por todas.”<sup>147</sup>. Com base nesta perspectiva se deu o mergulho total das esquerdas à luta armada. Até o Partido Comunista Brasileiro, de forma insegura, passa a adotar uma visão diferenciada: as massas tinham que reagir à violência com violência.

As interpretações da direção pecebistas revelavam que o golpe de 1964 fora somente uma batalha perdida. Todavia, uma nova conjuntura autoritária se legitimara em 1968 e a

<sup>144</sup> *PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS. Brasil: Nunca Mais: um relato para a história*. Organização de Dom Evaristo Arns, 1985, p.62.

<sup>145</sup> Para uma análise detalhada sobre a tortura no Brasil durante o regime militar Ver: *Projeto Brasil Nunca Mais: um relato para a história. Prefácio de Dom Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 1985*. Ainda, uma pormenorizada pesquisa bibliográfica sobre o tema é encontrada In: *FICO, C. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro, Record. 2004*.

<sup>146</sup> *Op. cit.* MOTTA, R. P. S., p. 111.

<sup>147</sup> *Op. cit.* AARÃO REIS FILHO, D. (1990), p. 220.

esquerda brasileira estava, novamente, submergida na subestimação das forças conservadoras e na superestimação de suas próprias forças. O resultado: a trágica derrota dos comunistas brasileiros nos anos mais duros do regime militar. O legendário 1968 encetara a consolidação dos “anos de chumbo”. A única forma de oposição a partir daí seria a clandestina.

### **4.3. DA RADICALIDADE À MODERAÇÃO: AS ESQUERDAS BRASILEIRAS NO PÓS-1968**

O período que abrange os anos de 1969 a 1974 fundou o governo do general Emílio Garrastazu Médici, caracterizado por suas nuances entre o “milagre econômico” e o estabelecimento dos “anos de chumbo”. A instituição do AI-5 promoveu o desenvolvimento dos órgãos de segurança de maneira autônoma, permitindo que os maiores índices de torturas, condenações e mortes fossem encontrados posteriormente pelo *Projeto Brasil Nunca Mais*.

As esquerdas armadas partiriam para a radicalidade, até que a repressão às alcançasse. Após o recrudescimento do regime com o AI-5, e a consequente imersão geral das esquerdas na luta armada, o papel da guerrilha urbana seria visto como fundamental para a derrubada do governo autoritário. Neste sentido, houve um impulso à deflagração de ações concernentes a expropriações bancárias, atentados a militares e sequestros. Este novo papel assumido pelas ações armadas nas cidades gerava uma ilusão de poder das esquerdas. Segundo Ridenti, “a clandestinidade, o ambiente conspirativo, o porte de armas, o sucesso e a repercussão de algumas ações armadas aumentavam cada vez mais essa aparência de poder, que logo seria desfeita pela força dos fatos”<sup>148</sup>. Hebert Daniel, em suas memórias, corrobora tal perspectiva, enfatizando que

a partir dos momentos mais trágicos da derrota, o mais importante tornou-se exibir uma atuação evidenciável, mais uma ‘ação de repercussão’ que ‘marcasse presença’, do que uma movimentação política contínua e sólida. A ‘ação’, nesta lógica do espetáculo, passava a ser uma intervenção imediatista, deixava aos poucos de ser parte de um movimento revolucionário. Passou-se então a chamar ‘ação armada’ um mero formalismo que escondia no gesto violento (e desesperado) a verdadeira inação política<sup>149</sup>.

Neste mesmo âmbito, Denise Rollemberg (2009) identifica que a vitória rápida da repressão nos acontecimentos posteriores a 1968 revela a falta de identidade entre a sociedade e os projetos revolucionários. O isolamento social, a diferença entre o perfil dos militantes e

<sup>148</sup> *Op. cit.* RIDENTI, M., p. 53.

<sup>149</sup> *Ibidem*, p. 53.

das “massas”<sup>150</sup> proporcionou o gradual desaparecimento das organizações armadas brasileiras. Em 1974, quase todas já haviam sido desmanteladas.

#### 4.3.1. As resoluções pecebistas

Assim como em todos os outros momentos difíceis, marcados por derrotas, crises internas e cisões, o Partido Comunista Brasileiro recorreria, após 1968, à análise autocrítica de suas atividades. As “limitações teóricas”, o “domínio insuficiente da realidade do país” e o “caráter subjetivista” das ações realizadas eram tomados como os desvios fundamentais da atuação partidária. Apesar deste posicionamento “revisionista”, o otimismo permanecia frente à condição do PCB como um partido estruturado e capaz de guiar o movimento de massas contra o regime que se estabelecia cada vez mais autoritário. O líder Luiz Carlos Prestes aventaria os militantes sobre a autoridade pecebista no 49º aniversário do PCB, em 1971, revelando que “a própria atividade do Partido, apesar de toda a repressão policial, nos dá a certeza de que dispomos em nossas fileiras de reservas de energia, de abnegação pessoal, de firmeza revolucionária, de espírito de sacrifício, que nos permitem augurar a superação de todas as dificuldades”<sup>151</sup>. Era preciso superar as derrotas impostas, principalmente o golpe da política adotada em 1968.

A ação do Comitê Central seria fundamental para o estímulo à recomposição dos militantes dentre as classes trabalhadoras. Por isso, o exame autocrítico expressava a essencialidade de se superar as debilidades ideológicas e pragmáticas da direção partidária: precisava-se ir além das preocupações internas. A necessidade que se assentava na conjuntura atual era de se colocar em prática a política defendida no VI Congresso, sendo primordial a tarefa “de organizar e dirigir a atividade política e de massas do Partido contra o regime ditatorial, pela sua derrota e pela conquista de um governo das forças antiditatoriais”<sup>152</sup>. Neste sentido, o documento de 1971, relativo ao *Trabalho de Direção do Comitê Central*, assegura aos partidários que “na luta pelas liberdades, devemos ter a iniciativa, neste momento, de estimular e participar de ações com todos os que exigem a revogação do Ato Institucional nº 5

---

<sup>150</sup> Conforme Daniel Aarão Reis Filho (1990), as esquerdas brasileiras eram compostas, majoritariamente por intelectuais pequeno-burgueses. Neste âmbito além de elites políticas, as organizações comunistas aparecem como “elites sociais”. Na mesma perspectiva, Ver ainda: RIDENTI, M. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2010.

<sup>151</sup> *Aspectos da Luta Contra o Subjetivismo no 49º aniversário do PCB*, Luiz Carlos Prestes. Estudos, ano I, nº2, março de 1971. In: Carone, 1982, p. 120.

<sup>152</sup> *O Trabalho de Direção do Comitê Central, Voz Operária*, nº 77, julho de 1971. In: Carone, 1982, p.122.

e a cessação das torturas aos presos políticos”<sup>153</sup>. A superação das circunstâncias estabelecidas com o endurecimento do regime estaria amparada na investida de lutas no âmbito sindical, na defesa da reforma agrária, no apoio ao movimento estudantil, dos opositoristas católicos, contra a censura e a repressão. O trabalho de agitação e propaganda também era visto como de total importância para levar “as palavras de ordem do Partido às grandes massas populares”<sup>154</sup>. Deste modo, era com base nas formas parciais de luta que se daria atuação dos comunistas do PCB, dirigindo-se para o caminho armado se este fosse desencadeado primeiramente pelo regime.

Um dos pontos altos da autocritica realizada na direção partidária se referia à falta de adequação entre a política adotada pelo partido e a realidade que se construía internacional e nacionalmente. Na esfera mundial, as análises partidárias se fundavam nas vitórias dos países socialistas, dentre eles o Vietnã e a consolidação do socialismo em Cuba, e na afirmação do declínio do contexto da “guerra fria”. A América Latina seria palco do aprofundamento da luta entre o movimento anti-imperialista/democrático e as forças reacionárias, lideradas pelo imperialismo norte-americano. Em uma visão otimista sobre o crescimento da influência do socialismo no âmbito internacional, incitava a união dos países socialistas em torno da URSS e a solidariedade dos partidos comunistas com os mesmos. Nesta mesma perspectiva, reafirmavam<sup>155</sup> a crítica aos dirigentes chineses ao promoverem “sua ação internacional num sentido negativo” e revelarem “os aspectos anti-socialistas de sua política externa”. Conforme o *Esquema de discussão política*, de março de 1973, a crítica às diretivas da Revolução Chinesa era contundente, exprimindo que “a ação dos dirigentes chineses se tem caracterizado pelo anti-sovietismo sistemático, pelo divisionismo no movimento comunista mundial e na frente das forças anti-imperialistas e revolucionárias”, instituindo, assim, o “apoio objetivo às posições do imperialismo e da reação”<sup>156</sup>. E neste sentido, definia-se prontamente a existência de “sequelas da guerra fria”, vinculadas à prática agressiva do imperialismo, condicionada em sua estratégia de implantação de ditaduras fascistas nos países em desenvolvimento, entre eles o Brasil. É a partir daí que a conjuntura nacional era edificada, expressando a evolução de “uma ditadura militar reacionária para uma ditadura militar caracteristicamente fascista”<sup>157</sup>.

<sup>153</sup> *Ibidem*, p.123.

<sup>154</sup> *Ibidem*, p.124.

<sup>155</sup> A luta política e ideológica sino-soviética se legitimaria após o XX Congresso dos PCUS, permitindo o afastamento crescente entre os comunistas russos e chineses. A divisão clara se dá por três processos históricos: desencadeamento da Revolução Cultural, a guerra do Vietnã e a invasão da Tchecoslováquia. Em 1969, são desencadeados os primeiros choques armados. Apesar da extrema cautela sobre o movimento comunista internacional, o PCB afirmaria sua posição a favor da URSS (*Op. cit.* AARÃO REIS FILHO, D. 2002).

<sup>156</sup> *Esquema de discussão política*, março de 1973, *Voz Operária*. In: Carone, 1982, p. 135-136.

<sup>157</sup> *Por uma frente patriótica contra o fascismo*, novembro de 1973. In: PCB: vinte anos de política, 1980, p.209.

Este “neofascismo”, identificado no cenário político nacional, em nada se convergiria aos fascismos italiano e alemão. Embasava-se em traços específicos: a tentativa de legitimar-se como “democracia representativa”, providenciando mesmo a troca do ditador no poder; cerceamento dos direitos políticos das massas; a utilização de um aparelho político repressivo como “suporte direto” das Forças Armadas; o controle total da estrutura sindical; o estímulo à propaganda oficial do “milagre econômico”; a política econômica conduzida a favor de latifundiários e do investimento estrangeiro; a dependência da política externa frente ao imperialismo norte-americano.

A governo do general Médici insistia na propaganda do “milagre econômico” para auto sustentar-se. Porém, o crescimento econômico, embasado na carestia de vida das classes trabalhadoras, estaria induzindo a ampliação de protestos de descontentamento diante da situação que se impunha, de crítica, resistência e oposição á ditadura. Dentre os movimentos oposicionistas que surgiam, merecia destaque a posição da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de setores significativos da Igreja Católica. Ainda dentro do próprio aparelho burocrático-administrativo aparecia a oposição à ideologia fascista. Nesta perspectiva, “a própria ARENA (com exceção de alguns de seus dirigentes) não defende o regime político existente como definitivo”<sup>158</sup>. Assim, apesar da afirmação do endurecimento do regime, perpetrado a partir do AI-5, as propostas da direção nacional do PCB revelavam as condições favoráveis para a atuação do partido dentre às insurgências oposicionistas. Para que a atuação fosse alcançada, na prática, precisava-se trabalhar na organização das “massas” e na direção de suas lutas.

Diante dos golpes sofridos, era essencial o desmascaramento da ditadura anticomunista, fascista e opressora. As resoluções do Comitê Central estipulavam que o momento exigia

examinar e corrigir nossas deficiências e debilidades (a partir do trabalho de direção), tendo em vista desenvolver nossa atividade, quaisquer que sejam as circunstâncias, e intensificar nossa ação entra as massas e junto às demais forças que resistem, se opõem e combatem a ditadura<sup>159</sup>.

Assim, fundava-se como uma das principais tarefas do PCB a formação da frente antifascista, composta pelas forças prejudicadas pelo “caráter fascista” assumido pela ditadura militar, que incluiria o “operariado urbano”, a “massa camponesa”, a “pequena burguesia” e setores da burguesia que faziam oposição ao regime. Para a aliança entre estas forças o partido lançava

---

<sup>158</sup> *Op. cit. Esquema de discussão política*, março de 1973, p. 138.

<sup>159</sup> *Ibidem*, p. 139.

propostas patrióticas e democráticas comuns entre elas, como a extinção do AI-5, a anistia para presos políticos e o reestabelecimento de direitos sociais.

A consolidação da frente proposta estaria amparada no fortalecimento ideológico, político e organizativo das fileiras comunistas, o que estreitaria as possibilidades de ligação com as classes democráticas. Utilizando as formas legais de luta o PCB seria capaz de guiar e desenvolver o movimento de oposição ao fascismo brasileiro. Assim, o Comitê Central se impunha diretivas relativas aos erros provenientes da direção pecebista. Dentre eles, o desvio na aplicação do centralismo democrático; o empirismo encaminhado pelo trabalho de direção, às voltas com a ideologia marxista-leninista sem corroborá-la com a realidade brasileira; o “sectarismo” presente em grande parte dos militantes, evidenciado pela resistência ao trabalho constante com as massas e superestimação das discussões interpartidárias; e o culto à personalidade, desenvolvido a partir da subestimação do papel dos movimentos sociais populares. Logo, uma “justa aplicação dos princípios e métodos do partido” estava na união entre a direção nacional, organizações intermediárias e de base. A partir daí, a combinação de formas legais e ilegais de luta seria o objetivo revolucionário na luta clandestina contra a ditadura.

O julgamento das perspectivas revolucionárias não se bastava às estruturas internas do partido. Indiretamente, o PCB deixava clara sua crítica à radicalidade das organizações que adotavam a luta armada em seus programas. Recebendo a pecha de “imitadores” dos movimentos internacionais, sobretudo da Revolução Cubana, as outras esquerdas eram identificadas como “espontaneístas” e ingênuas, por Prestes. Desta forma, grande parte da culpa pelo recrudescimento do regime seria direcionada para elas. Neste âmbito, Prestes afirmava que

Em verdade, a pretexto de seguir o exemplo heroico dos revolucionários cubanos, tomava-se uma posição ultra-esquerdista que, no fim de contas, queiram ou não seus partidários, facilitava – à ditadura militar reacionária em nosso país, justificar e reforçar sua dominação<sup>160</sup>.

O líder comunista ainda completa sua crítica aos defensores da luta armada dizendo que “não constitui também nenhuma contribuição positiva para a revolução em nosso país o aniquilamento físico de tantos revolucionários, jovens patriotas, abnegados e valentes<sup>161</sup>”. Logo o conflito entre a esquerda e a direita brasileira se acirrava, as divergências dentro da própria esquerda se escancaravam.

---

<sup>160</sup> *Op. cit. Aspectos da Luta Contra o Subjetivismo no 49º aniversário do PCB*, p. 110.

<sup>161</sup> *Ibidem*, p.110.

#### 4.4. AS ELEIÇÕES PARLAMENTARES DE 1974

O Partido Comunista Brasileiro convoca a classe operária, os trabalhadores, o povo e todas as correntes e personalidades antifascistas a participarem ativamente das eleições parlamentares de novembro próximo, quando serão eleitos os senadores e os deputados federais e estaduais<sup>162</sup>.

Em março de 1974 tomaria posse o novo presidente do Brasil, o general Ernesto Geisel. Com objetivo de revigorar o prestígio do regime, o novo governante chegava com uma proposta embasada em uma política de abertura “lenta, segura e gradual”, amparada na articulação repressiva. Neste contexto que se deu as eleições parlamentares de novembro de 1974. Em maio do mesmo ano, o CC do PCB divulgaria uma nota sobre sua posição referente às eleições de novembro, incitando todas as forças progressistas e democráticas a se alinharem a favor dos candidatos do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB.

As eleições parlamentares representavam “uma das poucas possibilidades legais de ação de massas pelo regime”<sup>163</sup>, uma vez que a escolha do presidente era feita indiretamente pelo Congresso Nacional. Neste âmbito, a participação efetiva de todas as camadas democráticas da sociedade proporcionaria uma vitória tanto no processo de união da frente antifascista, quanto na aceleração da derrubada do “regime de traição nacional”. Assim, nas resoluções, de maio de 1974, a direção partidária ressaltava que

nestas condições, cruzar os braços, votar em branco, se abster ou anular o voto é fazer o jogo da ditadura e do governo Geisel. Os comunistas e todos os antifascistas devem, desde já, ter a maior iniciativa na realização da campanha eleitoral dos candidatos que se colocavam contra à ditadura<sup>164</sup>.

A campanha a favor do MDB ganharia estímulos nas fileiras comunistas. De tal modo, mais uma vez os pecebistas evidenciavam a conjuntura brasileira como desfavorável ao governo ditatorial, devido a consequências negativas do tão aclamado “milagre econômico”. Dessa forma, a oposição deveria utilizar-se de todas as formas legais de luta para impor derrotas parciais a este. Conforme o documento *O PCB e as eleições operárias de novembro*,

as eleições se darão, pois, num quadro não favorável à ditadura e quando as forças democráticas e progressistas obtêm extraordinários êxitos no plano internacional. Estas vitórias contribuem para isolar a ditadura brasileira no mundo e para que seja derrotada sua política de expansionismo e de intervenção nos países vizinhos<sup>165</sup>.

<sup>162</sup> *O PCB e as eleições operárias de novembro*, *Voz Operária*, nº 118, maio de 1974. In: Carone, 1982, p.149.

<sup>163</sup> *Ibidem*, p.150.

<sup>164</sup> *Ibidem*, p.151.

<sup>165</sup> *Ibidem*, p.151.

A empreitada a favor da oposição consentida ao governo, defendida nas propostas de ação dentro da legalidade, acabou saindo vitoriosa. O ano de 1974 fora um marco das batalhas contra a Ditadura Militar: nas eleições de novembro mais de 40% das cadeiras do Congresso Nacional foram ocupadas por integrantes do MDB. As esperanças floresciam no Partido Comunista Brasileiro e a repressão se voltaria decididamente para as suas fileiras.

#### 4.4.1. No alvo da repressão: o Comitê Central no exílio

O período que compreende os anos de 1973-1975 determinaria uma inflexão na atividade partidária do PCB. Neste intervalo de tempo, praticamente um terço da direção pecebista fora torturada e assassinada pelos órgãos de repressão e muitos outros membros rumaram ao exterior. Este acirramento da ação promovida pelo regime contra o Partido Comunista Brasileiro seria determinado pelo desmantelamento das esquerdas armadas, alvos diretos da repressão, principalmente após 1968<sup>166</sup>. Na lista de execuções, os próximos seriam os militantes e dirigentes do velho partido, dentre eles um dos principais inimigos declarados no AI-5, Luiz Carlos Prestes, que “por ser secretário-geral, estava sempre isolado por segurança, tendo rumado ao exterior em 1971”<sup>167</sup>.

Em fins de 1974 e meados de 1975, o Comitê Central já estaria parcialmente desmantelado. Assim, até 1979 as reuniões promovidas pela direção partidária, ou o que restou dela, seriam feitas no exílio<sup>168</sup>. Neste sentido, a relação entre as organizações do PCB ficariam fragilizadas. O cérebro pecebista partira, mas deixaria a cargo da opressão ditatorial suas organizações de base e sua principal arma de propaganda, o jornal a *Voz Operária*. A desarticulação dos comitês estaduais e municipais e interrupção na edição do jornal seriam algumas das consequências da violência dirigida ao partido.

##### 4.4.1.1. *Uma ocasião expatriada: As decisões partidárias entre 1975-1979*

O esforço para manter contato com os vários componentes orgânicos do partido eram mantidos através de reuniões da direção fora do país e na tentativa de se reeditar o *Voz*

<sup>166</sup> É válido salientar que a conjuntura introjetada pelo AI-5 marca o fim de um ciclo das organizações armadas, em 1971. A partir daí tem-se uma nova fase das esquerdas que sobreviveram, baseada no estabelecimento de formas legais de luta e situação defensiva (*Op. cit.* AARÃO REIS FILHO, D.; SÁ, J. F. 2006) .

<sup>167</sup> SILVA, F. P. *Utopia dividida: crise e extinção do PCB (1979 –1992)*. Dissertação de mestrado, Programa de pós-graduação em história social, Instituto de filosofia e ciências sociais da UFRJ, Rio de Janeiro, 2005, p. 46.

<sup>168</sup> Em 1971, o secretário-geral Luiz Carlos Prestes, sempre isolado por questões de segurança, fora o primeiro a ser exilado, para a União Soviética. Os demais dirigentes, exilados em 1975, destinaram-se a diversos países ou permaneceram em áreas esparsas do Brasil, sem contato com o exterior. Somente três membros do Comitê Central permaneceram no Brasil em liberdade: Geraldo Rodrigues dos Santos, Antônio Ribeiro Granja e Amaro Valentim (*Ibidem.*).

*Operária*. Porém, a vinculação com as bases era precária, devido ao impasse espacial e às atividades repressivas. Em contrapartida, o exílio proporcionava a aproximação da direção com o movimento comunista internacional. Neste contexto, foram proclamadas as resoluções e propostas do Comitê Central a partir de 1975.

No centro dos debates diretivos estavam as questões concernentes à organização do PCB. Estabelecendo os resultados positivos da política de distensão mundial e o crescimento da oposição à ditadura no Brasil, as formulações partidárias previam que o momento exigiria a existência de um forte partido comunista capaz de organizar e guiar estas forças progressistas. No entanto, o Partido Comunista Brasileiro fora massacrado pelos inimigos do regime, revoltados com os desenlaces das eleições parlamentares de 1974. A realidade não era favorável ao PCB, mas precisava-se superá-la com base na reestruturação de suas fileiras, amparadas nas diretivas do Comitê Central e em “métodos e técnicas de organização e de trabalho clandestino mais aperfeiçoados”<sup>169</sup>.

A violência desferida contra a direção pecebista implicaria grande responsabilidade às próprias debilidades internas de sua organização. A análise autocrítica revelaria fraquezas orgânicas e pragmáticas na atuação do PCB nos anos anteriores. Entre elas, eram elencadas: a subestimação da possibilidade da instalação do fascismo no país; a avaliação diminuta sobre o desempenho do partido no desenvolvimento dos movimentos de massas e sobre o papel revolucionário dos mesmos; a persistência da ideologia “pequeno burguesa” entre os comunistas; e o desligamento da classe operária. No exame acerca da atuação repressiva sob o partido, a culpabilidade dos acontecimentos, parcialmente, é transferida da dinâmica social para as estruturas internas partidárias. Luiz Carlos Prestes, em carta divulgada em agosto de 1977, elucidaria que

o golpe desfechado contra o Partido não foi resultado, apenas, da ação organizada do inimigo. Ao mesmo tempo em que se aprimoraram as técnicas repressivas empregadas pelo regime, ao mesmo tempo em que se desenvolveu um monstruoso aparelho de repressão, persistiram em nossas fileiras concepções e métodos de trabalho que facilitaram de muito a ação terrorista-repressiva da ditadura<sup>170</sup>.

Entre as “concepções e métodos” considerados falhos no partido, Prestes destacava o “afrouxamento da vigilância revolucionária”, impulsionado pelas “práticas liberais” até então adotadas. Dentre estas, identificava-se a transgressão das normas que o trabalho na clandestinidade impunha, na transição do trabalho legal para o ilegal. Desta forma, o

<sup>169</sup> *Resolução de Organização do CC do Partido Comunista Brasileiro*, dezembro de 1975. In: PCB: vinte anos de política, 1980, p.244.

<sup>170</sup> *Carta de Prestes ao Partido, Voz Operária*, nº138, dezembro de 1977. In: Carone, 1982, p.209.

despreparo no âmbito organizativo fora considerado determinante para a atuação vitoriosa do regime nas ações depreendidas contra o PCB.

Em relação às tarefas principais, já em 1975, o CC propunha, como em tantas outras vezes, que se voltasse definitivamente para o trabalho ideológico e na inserção no seio dos movimentos contrários a política do governo Geisel. Devido ao fim do “milagre econômico” e o estabelecimento de um período marcado por crises econômicas e dificuldades crescentes, acendia na esfera nacional o descontentamento com a “política de vende-pátria” do governo. Isto ficaria evidente já nas eleições de 1974, onde amplos setores da burguesia se colocaram em oposição à política de Geisel. A vitória do MDB, com o respaldo das massas, corroboraria um dos traços principais da nova conjuntura brasileira, anunciada “no surgimento e desenvolvimento de um amplo movimento de opinião pública contra a ditadura e no fortalecimento da oposição ao regime fascista”<sup>171</sup>. No entanto, um impasse se desenvolvia paralelamente: a falta de organização da classe operária. As lutas persistiam, mas não eram suficientes para derrubar a ditadura, sem a combatividade do PCB. A vigilância e o trabalho na clandestinidade estavam na ordem do dia, uma vez que, os golpes sofridos no interior do partido eram tidos como prejudiciais à própria “luta da classe operária e de todos os patriotas”. Portanto, as decisões do CC advertiam que

o êxito da orientação política depende, em grande medida, da atividade do nosso Partido, da sua capacidade de mobilizar as massas e leva-las à ação, de organizá-las. No momento, quando a ditadura fascista faz do nosso Partido o alvo principal dos seus ataques, é necessário lutar com firmeza pelo reforçamento do Partido, ligando-se cada vez mais às massas, velando pela sua unidade e segurança e intensificando a vigilância contra as ações externas e internas do inimigo de classe<sup>172</sup>.

O fortalecimento do partido era ressaltado por duas perspectivas: este só seria legitimado com a inserção do PCB nos movimentos de oposição; o partido comunista se intitulava fundamental para capitanear os movimentos sociais ascendentes. Assim, propunha-se a propaganda permanente da linha oficial pecebista, para que esta atingisse “as mais amplas massas do povo e, em primeiro lugar, para esclarecer e organizar a classe operária”<sup>173</sup>. Proteger suas estruturas e sair do isolacionismo social: eis as premissas para a recuperação do Partido Comunista Brasileiro.

Diante da situação de primeiros sintomas de exaustão do regime, os comunistas não deviam subestimar as forças suficientes que este ainda possuía para contra atacar. Acuada, a

<sup>171</sup> *Resolução Política do CC*, dezembro de 1975. In: PCB: vinte anos de política, 1980, p.233.

<sup>172</sup> *Ibidem*, p. 241.

<sup>173</sup> *Ibidem*, p. 241.

ditadura tenderia a adotar medidas para impetrar o recuo dos oposicionistas. Tais medidas estariam baseadas no aumento da repressão e na instalação do terror ou na política de concessões à oposição para “incorporar o AI-5 à Constituição e evitar as eleições diretas para governadores em 1978”<sup>174</sup>. As forças antifascistas precisavam estar cautelosas. Assim, a *Resolução Política de março 1977* comunicava aos militantes no Brasil que

os comunistas precisam, neste sentido, realizar esforços para que a oposição se coloque decididamente pela manutenção do calendário eleitoral, pelas eleições diretas de 1978, pela anistia e, ao mesmo tempo, prossiga e amplie o combate contra o AI-5, a censura, a repressão e o terrorismo<sup>175</sup>.

A partir da união das forças antifascistas e patrióticas a revolução democrática seria levada a cabo, permitindo que o Partido Comunista Brasileiro se recuperasse dos golpes do regime, pois nesta luta se incluiria “o direito à vida legal do PCB”<sup>176</sup>.

O início de 1978 foi marcado pela publicação de documentos oficiais sobre as eleições parlamentares do fim do ano. O destaque visto neste evento se relacionava à sua importância para a mobilização das correntes democráticas e populares. A iniciativa dos comunistas destacava a possibilidade de por fim à ditadura através do pleito eleitoral. A vitória de candidatos emedebistas representaria a expressão do repúdio nacional às manobras pseudo-reformistas do regime, entre elas a promessa de revogação do AI-5 e do Decreto 477<sup>177</sup>. A derrota eleitoral do governo ajustaria, neste sentido, o fortalecimento e a unidade da oposição em torno do MDB. Era expressivo o apoio dos dirigentes pecebistas ao partido legal de oposição, afirmado abertamente na *Nota da Comissão Executiva do PCB a propósito da Campanha Eleitoral* que “o PCB considera que todo voto atribuído ao MDB é um voto de oposição, de repúdio à continuação do arbítrio e, nesse sentido, é um voto válido e democrático”<sup>178</sup>. A partir desta sustentação, o movimento oposicionista teria forças para lutar pela instalação do pluripartidarismo e pela convocação de uma Assembleia Constituinte, pressuposto para a instauração de um regime democrático. O aproveitamento das perspectivas de luta na esfera da legalidade levariam os comunistas, amparados nas forças patrióticas, ao desencadeamento da revolução democrática.

Em novembro, as eleições parlamentares foram realizadas. Mais um triunfo da oposição era conquistado, com a vitória do MDB nas principais unidades da Federação. No

<sup>174</sup> *Resolução Política*, março de 1977. In: PCB: vinte anos de política, 1980, p.255.

<sup>175</sup> *Ibidem*, p. 255.

<sup>176</sup> *Ibidem*, p. 257.

<sup>177</sup> O Decreto 477, criado em 1969, legitimou a perseguição, expulsão e prisão de muitos professores e estudantes que se colocavam em oposição à ditadura.

<sup>178</sup> *Nota da Comissão Executiva do PCB a Propósito da Campanha Eleitoral*, maio de 1978. In: PCB: vinte anos de política, 1980, p. 280.

mesmo mês a direção partidária publicaria duas resoluções, referentes à organização interna e à prática política. Afirmava-se a reestruturação do Comitê Central, cujo objetivo imediato seria o de realizar um “balanço do trabalho de direção” visando superar as deficiências e promover a reorganização o partido. A importância da integração interna era fundamental, tendo em vista que “o Partido só poderá ser forte se estiver unido e coeso em torno de sua direção, vigilante em relação a toda e qualquer tentativa divisionista de nossos inimigos de classe”<sup>179</sup>. É interessante que esta reestruturação do PCB era desenvolvida particularmente para a consolidação do partido político dentro de sua classe, o “proletariado”. Neste sentido, a hegemonia da classe operária estava alicerçada às tarefas comunistas, ao mesmo tempo em que se criticava a ação burguesa no contexto nacional.

A exaltação das lutas desencadeadas pelo “proletariado” seria corroborada pelas greves operárias, iniciadas no ABC paulista, e estendidas a outras regiões do país. Estas eram consideradas “não só o acontecimento mais importante do período como marcaram o início de uma etapa qualitativamente nova na luta dos trabalhadores contra o regime”<sup>180</sup>. Nesta nova fase, a ascensão do nível de organização do proletariado apresentava-se como um propulsor de abertura do espaço político para as lutas democráticas. As ações reivindicatórias representavam a atuação condizente com necessidades específicas, mas proporcionaram a elevação da consciência e a consequente união da classe operária em busca de seus direitos. Componentes essenciais permitiram conquistas parciais<sup>181</sup> para os movimentos grevistas: a unidade e a organização.

O governo tomaria medidas extremas. Porém, sua atuação era marcada pela ambiguidade. Cresciam as manifestações, crescia a repressão e as manobras políticas perpetradas por um governo acuado, que por muitas vezes, teve que recuar. A contínua pressão sobre o regime já estava angariando frutos. A prioridade, na situação atual, era a luta pelo estabelecimento de direitos democráticos. A *Resolução Política* de Novembro de 1978 destacava que

a luta pela conquista das liberdades democráticas e, em particular, pelas pré-condições para a convocação de uma Assembléia Constituinte na qual estejam representadas todas as correntes de opinião, e a elaboração e aprovação de uma Constituição aberta à renovação democrática – política, econômica e social- do país: eis o caminho que os comunistas propõem ao conjunto das forças de oposição, a todos os setores democráticos do país<sup>182</sup>.

<sup>179</sup> *Resolução de Organização*, novembro de 1978. In: PCB: vinte anos de política, 1980, p. 304.

<sup>180</sup> *Resolução Política*, novembro de 1978. In: PCB: vinte anos de política, 1980, p. 285.

<sup>181</sup> A greve do ABC permitiu que os operários se sobrepusessem à lei de greve instaurada em 1964, reconquistando, também, o direito de contratação coletiva e desferindo um golpe na política salarial do governo.

<sup>182</sup> *Op. cit. Resolução Política*, p. 297.

A visão do Comitê Central colocava uma perspectiva otimista: o partido caminhava bem apesar dos golpes sofridos. A direção nacional, reestruturada no exterior, convocava os militantes para a reorganização dos comitês municipais, estaduais e territoriais. A partir daí a consolidação no seio da massa operária se colocava como tarefa primordial. O investimento na estrutura interna se baseava em dois princípios: o aumento das fileiras partidárias e a manutenção da vigilância e segurança do partido. Conforme o fortalecimento da estrutura orgânica, os comunistas teriam melhores condições de se ligar às massas e lutar por “conquistas democráticas”, dentre elas o seu desempenho na legalidade. Nesta esfera, tornava-se imperativo revelar a abertura conservadora realizada pelo governo Geisel, amparada na crítica anticomunista.

Entre golpes e conquistas parciais, a atuação pecebista não era a de maior destaque no período. O partido acéfalo no país tentava se levantar através de uma proposta de reestruturação vinda do alto. O trabalho no CC, por todos esses anos de distensão do regime, se fundou basicamente na tentativa de reestruturar as organizações de base e incitá-las à inserção no movimento de massas. Os exames autocríticos, ideológicos, novamente ocupavam as reuniões da direção nacional. No Brasil, dificultava-se cada vez mais a atuação dos militantes submersos na clandestinidade e isolados socialmente. O PCB estaria a princípio de uma nova crise interna, que seria deflagrada em 1982, nas discussões do VII Congresso do partido.

#### 4.4.1.2. *A Campanha da Anistia*

O último dia de 1978 marcara o término do mais temível recurso governamental contra os movimentos de oposição, o Ato Institucional nº 5, proporcionado pelo contexto de “abertura” política projetado pelo governo Geisel. O ano de 1979 alvorecia no reingresso do país ao Estado de direito, ainda que sob vigência da Constituição de 1967.

Evidenciados desde 1975, com a formação do “Movimento Feminino pela Anistia” e estimulados pelas manifestações estudantis dos anos seguintes, os movimentos em prol da suspensão das perseguições e condenações ganhavam vigor ainda em 1978, com a criação do “Comitê Brasileiro pela Anistia” (CBA). A campanha pela anistia “ampla, geral e irrestrita” seguiria contando com o apoio de diversas classes sociais. Em vistas do crescimento das manifestações oposicionistas, durante o governo Geisel, um projeto a favor da anistia fora criado, como iniciativa de controlar o processo de distensão ditatorial. O planejamento Geisel-Golbery, estruturava a proposta estimulada na possibilidade de reconhecimento favorável pela

opinião pública e principalmente como forma de dividir o partido de oposição (MDB), que contava com o apoio de várias organizações contrárias ao governo e que não possuíam atuação legal, dentre elas o PCB. Consistia em uma tentativa de fragmentar a esquerda brasileira. Assim, admitiu Jarbas Passarinho, parlamentar arenista, que

(...) o governo tinha o maior interesse em anistiar esses líderes [Arraes, Prestes e Brizola], para que cada um, segundo suas ideologias ou doutrinas, atuasse separadamente, o que impediria de o MDB transformar-se no escoadouro único de todas as correntes oposicionistas, uma vez que à anistia seguir-se-ia a reformulação partidária, acabando com o bipartidarismo<sup>183</sup>.

O programa concernente à anistia seria levado a cabo nos primeiros meses do governo do general João Figueiredo, pela condução do projeto de Lei de Anistia ao Congresso Nacional. Tal projeto retirava o benefício do indulto aos “condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal”, visto como uma suposta manobra para evitar o revanchismo frente aos torturadores do regime. A proposta do governo fora debatida por uma comissão mista, composta por setores dos dois partidos políticos então existentes. Apesar de parcial, a maioria dos emedebistas considerava o projeto como uma “conquista” para as forças democráticas. E nesta mesma perspectiva o PCB lançaria em julho um comunicado oficial sobre os acontecimentos relativos ao movimento pela anistia no Brasil. Segundo o documento o *Projeto de Anistia do Governo*, elaborado pela Comissão Executiva partidária,

o processo de conquista da Anistia, que está em pleno curso, é um dos momentos políticos mais altos atingidos pelo movimento popular e democrático de oposição à ditadura, particularmente em sua evolução mais recente, marcada pela movimentação estudantil de 1977, pela greve do ABC paulista de 1978, pelas eleições parlamentares de novembro último e pelo movimento grevista sem precedentes do primeiro semestre deste ano<sup>184</sup>.

Considerava-se o plano de anistia levado ao Congresso como de “caráter geral restritivo” e com limitações, basicamente, de três categorias. A primeira no que se referia aos “autores de crime de sangue” e sua exceção no âmbito da indulgência por serem considerados autores de “crimes comuns”. Em segundo lugar, estaria a negação da recuperação imediata pelos anistiados dos direitos políticos anteriores ao golpe de 1964 e da indenização do que lhes fora usurpado. O terceiro entrave se fundava na configuração das datas para a integração de anistiados: fixava-se um limite até dia 31 de dezembro de 1978, possibilitando a vigência a

<sup>183</sup> FICO, C. *A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”*. 2009, p. 3. Disponível em: <http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/Torturadores.pdf>. Acessado em 17/10/2011.

<sup>184</sup> C.E do CC do PCB, *O Projeto de Anistia do Governo, Voz Operária*, nº160, julho de 1979. In: Carone, 1982, p. 253.

partir de 1979 do extinto AI-5. Os comunistas acreditavam que o anseio do governo, amparado nestas barreiras, previa a manutenção do regime autoritário e o estabelecimento da “anistia preventiva para os torturadores”.

A direção pecebista ainda avaliava a proposta de extinção do bipartidarismo como um golpe indireto da ditadura. Nas suas avaliações a proposta do governo Figueiredo “procura vincular a Anistia e seus propósitos ditatoriais e cassar o MDB, disfarçando esta operação sob a capa de uma ‘reformulação partidária’ que, de resto, seria feita sob medida para garantir a permanência no poder dos grupos que prosperaram à sombra da ditadura”<sup>185</sup>. Assim, neste contexto de “tramitação legislativa do projeto” precisava-se estruturar o enfoque das forças democráticas para a consolidação de um amplo movimento nacional a favor de um “verdadeiro projeto de Anistia ampla, geral e irrestrita”<sup>186</sup>. Julgava-se de grande importância a atuação das frentes nacionais e democráticas na conjuntura do país, uma vez que a partir “do movimento de massa com o trabalho parlamentar bem conduzido que surgirão as possibilidades de obter, no Congresso, a transformação positiva do projeto de Anistia”<sup>187</sup>. Desta forma, seguindo a perspectiva do MDB, mesmo que o projeto aprovado pelo Congresso Nacional ainda se amparasse em aspectos restritivos, seria uma grande conquista para as forças democráticas. Neste panorama, a vitória do programa governamental além de encaminhar a luta pela anistia irrestrita, possibilitaria introduzir na vida política nacional uma “nova dinâmica, com a participação de forças, correntes e personalidades que foram mantidas à margem”<sup>188</sup> durante os anos que sucederam o golpe de 1964.

Em agosto a Lei da Anistia seria aprovada. O contexto para sua elaboração e consolidação foi marcado por extensos debates que levaram a reconstruções históricas embasadas em verdadeiros deslocamentos de sentido da memória nacional. Os protestos e as formas de luta dentro da legalidade percutiram num golpe à “revolução de 64”. A sociedade saíra vencedora, se refez como se tivesse “se oposto, sempre, e maciçamente” ao regime autoritário. Conforme Carlos Fico, revelou-se

(...) uma transação política. Os líderes da oposição sabiam que só podiam passar a um regime aberto com a cooperação dos militares. Poderia haver futuras tentativas de reabrir a questão, especialmente por parte daqueles mais próximos das vítimas da tortura. Mas por enquanto os políticos brasileiros

---

<sup>185</sup> *Ibidem*, p. 254.

<sup>186</sup> *Ibidem*, p. 254.

<sup>187</sup> *Ibidem*, p. 254.

<sup>188</sup> *Ibidem*, p. 255.

receberam uma lição, para o melhor ou o pior, sobre a arte da ‘conciliação’<sup>189</sup>.

No mês de setembro de 1979, militantes e dirigentes do Partido Comunista Brasileiro voltavam do exterior, permitindo a reestruturação de quadros ainda na clandestinidade. No dia 20 de outubro, Prestes chegava ao Brasil. Um novo cenário político nacional se abria para os comunistas brasileiros, inflamados pelas conquistas parciais, em busca da derrocada do governo militar. Nos anos seguintes despontaria uma nova crise interna: o tão aclamado mito do “Cavaleiro da Esperança” começava a se esfacelar, culminando com o rompimento deste com o partido durante as discussões para o VII Congresso, em 1982.

## 5. CONCLUSÃO

Uma das principais preocupações no decorrer deste trabalho foi entender a dinâmica política do Partido Comunista Brasileiro, tanto interna, quanto externamente. Nesta esfera, houve uma necessidade de relacionar a análise da conjuntura social brasileira do período estudado com as propostas e crises suscitadas no partido, para intentar inseri-lo no cenário político nacional e projetar sua “ação revolucionária”. A partir daí, pôde-se elencar os papéis dos pecebistas no âmbito social, definir seus programas políticos, as diferentes perspectivas internas que o compunha, as influências internacionais nas resoluções partidárias e, principalmente, examinar as transformações políticas existentes no período como um “movimento pelo alto”, ordenado pelo Comitê Central. Foi possível elucidar que na reordenação de uma nova orientação política, os dirigentes hegemônicos no CC passariam por cima de todas as correntes oposicionistas na direção ou de qualquer discussão na imprensa partidária, de tal modo que os debates no interior do partido seriam sempre excludentes, sendo que o único exclusivamente livre foi o que ocorreu em 1956, desencadeado sem o consentimento da direção nacional. Desta forma, a representação do PCB como uma esquerda moderada é corroborada, no que tange ao seu distanciamento das outras organizações de esquerda que surgem no início dos anos 60 e à linha política adotada a partir de 1958, vinculada a setores “burgueses” e tendo sua trajetória marcada por tentativas de inserção em “brechas” institucionais.

Demonstrou-se que a linha política evidenciada na *Declaração de Março* era construída a partir de uma crise internacional do movimento comunista, sem precedentes, e

---

<sup>189</sup> *Op. cit.* FICO, C. (2009), p. 13.

continuar a guiar o partido num dos períodos mais críticos de sua história. A supremacia do Partido (setores hegemônicos do Comitê Central) era legitimada através da expulsão dos oposicionistas e do controle incondicional dos militantes de base. A estrutura orgânica parecia extrapolar as mediações na sociedade: em momentos de crise o PCB sempre se voltava para o debate político teórico interno. Estas discussões eram controladas pelos detentores do aparato ideológico partidário, os dirigentes comunistas. Nesta esfera, era apresentada a “apologia do saber dos dirigentes e o culto da personalidade do chefe, apresentado como arquétipo que todos devem imitar”<sup>190</sup>. Esta exaltação da autoridade era tida como um mecanismo de coesão e legitimação de eficácia política. No Partido Comunista Brasileiro, o culto se daria em torno do “Cavaleiro da Esperança”, o líder Luiz Carlos Prestes.

Questões ainda ficam a ser resolvidas, essencialmente no que tange à atuação dos pecebistas ante ao golpe de 1964 e durante toda sua vigência. Contudo, tais questões estão alocadas no âmbito memorialístico, concernente ao julgamento das propostas do partido, que não caberia esclarecer neste ensaio. Indagações sobre a escolha do “caminho pacífico” e “reformador” pelo PCB durante a ditadura surgem na tentativa de traçar seus desvios: o aprofundamento desta posição poderia levar o partido a atuar mais detidamente na conjuntura brasileira? Ou, esta estratégia de luta estava totalmente equivocada e os pecebistas deveriam ter trilhado o caminho radical, proposto pelas esquerdas em armas? De qualquer forma, perguntas como estas poderiam ser respondidas com uma análise das memórias de ex-militantes e ex-dirigentes do partido. O que é válido salientar aqui é a trajetória do Partido Comunista Brasileiro naquele momento, determinada entre a via revolucionária por meios democráticos e legais e “reformistas” e posições mais radicais, instituídas na perspectiva de rompimento total com a estrutura vigente, através da luta armada. Tais divergências pragmáticas foram determinantes para a consecução de repetidos conflitos internos.

Em termos práticos, relacionados aos objetivos da pesquisa, pôde-se estruturar as nuances da caracterização “nova política do PCB” desde a *Declaração de Março de 1958* e o quanto esta se diferenciava das posições do partido anteriormente, principalmente de 1948-1954. Os colapsos da direção nacional durante todo o processo de construção e legitimação da linha política e suas implicações no tratamento das “massas” revelaram a inconsistência pragmática da atuação partidária, voltada primordialmente para a organização interna e para as extensas discussões referentes ao papel da vanguarda. Neste âmbito, foram identificadas

---

<sup>190</sup> *Op. cit.* AARÃO REIS FILHO, D. (1990), p. 129.

algumas características da relação entre dirigentes-militantes e o constante afastamento gerado por premissas “reformistas” impostas pela direção nacional. Tal relação, marcada por conflitos e cisões, confirmou uma das hipóteses iniciais na efetivação deste estudo: o isolacionismo dos movimentos de cúpula do Partido Comunista Brasileiro frente às suas organizações de base, permitindo a propulsão de múltiplas crises internas.

Enfim, o tratamento das representações políticas do partido no ordenamento de nova orientação política partiu de um viés amparado na experiência e na tradição, buscando compreender a organização pecebista como um “estado maior-revolucionário”. Neste sentido, com base na edificação das crises internas indicadas no trabalho – principalmente aquela desencadeada após 1956 – podemos afirmar que o aclamado “centralismo democrático” funcionara só na teoria, uma vez que a democracia interna prevista na organização partidária de fato não ocorria. As análises da documentação oficial partidária proporcionaram ainda a corroboração de uma conjectura: com base na experiência, no trato do seu passado, na reestruturação do partido organicamente em 1958, através da formação de uma nova direção partidária, desponta um caráter deslegitimador não só do Comitê Central estabelecido em 1954, mas também de suas propostas “sectárias e dogmáticas”. As concepções geradas pela “nova política do PCB”, que iriam perdurar até a distensão do Regime Militar brasileiro, compunham uma orientação vinculada às diretivas internacionais da coexistência pacífica, mas principalmente, voltada para a coroação de um grupo dirigente estritamente hegemônico na figura de Luiz Carlos Prestes. Fora em torno da figura do “Cavaleiro da Esperança” que se criara e legitimara a linha política do Partido Comunista Brasileiro adotada até seu afastamento do partido. A sua importância, nesta ótica, não deve ser diminuída, mas as implicações de sua consciência social e dos dirigentes que se formavam em torno dele seguem como indispensáveis para se entender as causas das divergências dentro do próprio Comitê Central e, sobretudo, entre cúpula partidária e organizações de base. De qualquer maneira, no que tange à composição social do partido, uma questão intrigante deve ser levantada, e quiçá exposta em uma nova pesquisa pela autora: quais eram as identidades políticas-sociais dos integrantes do Partido Comunista Brasileiro, que induziam às suas posições frente à realidade nacional, conforme a função social dos vários atores constituintes do PCB?

## **6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANTUNES, R.; RIDENTI, M. Operários e estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações* • v. 12, n. 2, p. 78-89, Jul/Dez. 2007, p. 83.

AARÃO REIS FILHO, D. *A revolução chinesa*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. *A Revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar. 2000.

\_\_\_\_\_. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964, In: Ridenti, M.; Aarão Reis Filho (Orgs.), D. *História do Marxismo no Brasil, Volume V: Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas- SP. Editora Unicamp, 2002

AARÃO REIS FILHO, D. e SÁ, J. F. *Imagens da Revolução*. São Paulo: Expressão Popular. 2 ed. 2006.

BERNSTEIN, S. Os partidos. In: Remond Rene [Org.]. *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2003.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)*. – 5. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BUKHARIN, N.; PREOBRAZHENSKY, Y. *Capítulo V: A Segunda e a Terceira Internacional*. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/bukharin/1920/abc/cap5.htm>. Acessado em 10/10/2011.

PRADO JR., C. *A revolução brasileira (1966)*, 6º ed. São Paulo: Brasiliense, 1978,

CARONE, E. *O PCB (1943-1964)*, São Paulo, Difel, 1982.

\_\_\_\_\_. *O PCB (1964-1982)*, São Paulo, Difel, 1982.

CHICOLTE, R. H. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

COSTA, R., 1985. "O XX Congresso do PCUS e o PCP" in "Estudos sobre o Comunismo", n.º 3/4:1-15

DEL ROIO, Os comunistas, luta social e o marxismo (1920-1940). In: Ridenti, M.; Aarão Reis Filho (Orgs.), D. *História do Marxismo no Brasil, Volume V: Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas- SP. Editora Unicamp, 2002.

ECO, U. *Intentio Lectoris: apontamentos sobre a semiótica da recepção*. In: ECO, Umberto. *Os limites da interpretação*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 3º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2009. – (O Brasil Republicano; v.4)

FERREIRA, J.; AARÃO REIS FILHO, D. (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia*. Vol. 3. 1964... Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

FICO, C. *Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro, Record. 2004.

\_\_\_\_\_. *A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”*. 2009, p. 3. Disponível em: <http://www.ppphis.ifcs.ufrj.br/media/Torturadores.pdf>. Acessado em 17/10/2011.

GERRATANA, V. Stalin, Lenin e o marxismo-leninismo. In: HOBBSBAWN, Eric J(org.). *História do Marxismo. O marxismo na época da terceira internacional: problemas da cultura e da ideologia./Lubomír Sochor... /et. al.*; tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sergio N. Henriques, Amélia Rosa Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GORENDER, J. *Combate nas Trevas*. São Paulo, Ática, 1997.

LÉNINE, V. I. *As Três Fontes e as Três partes Constitutivas do Marxismo*. Março de 1913. Disponível em: <<http://www.pcb.org.br/portal/docs/astresfontes.pdf>>

\_\_\_\_\_. *Que fazer?*. 1902. Disponível em: <http://www.pcb.org.br/portal/docs/quefazer.pdf>.

KAREPOVS, D.; MARQUES NETO, J. C. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas. In: Ridenti, M.; Aarão Reis Filho (Orgs.), D. *História do Marxismo no Brasil, Volume V: Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60*; 2002.

MARIGHELLA, C. *Por que resisti à prisão*, Ed. Brasiliense/Edufba, 1994.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MOTTA, R. P. S. Batalhas em torno do miro: Luiz Carlos Prestes. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. nll 34. julho-dezembro de 2004.

NOGUEIRA, M. A. *PCB: Vinte anos de política. 1958-1979 - Documentos*. São Paulo: Liv. Edit. de Ciências Humanas, 1980.

NUCCI JR, R. *Algumas considerações sobre as burocracias sindicais e partidárias*. Disponível em <http://www.pcb.org.br/portal/precongresso/algumasconsideracoes.pdf>. Acessado em 10/10/2011.

PRESTES, A. L. *A Coluna Prestes: uma epopéia brasileira*. Disponível em: [http://www.cecac.org.br/mat%E9rias/Coluna\\_Prestes\\_Anita\\_Leocadia\\_Prestes.htm](http://www.cecac.org.br/mat%E9rias/Coluna_Prestes_Anita_Leocadia_Prestes.htm). Acessado em 10/10/2011.

RIDENTI, M. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. 2º Ed. São Paulo: Unesp, 2010.

ROLLEMBERG, D. “Esquerdas revolucionárias e luta armada.” In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e moviemntos sociais*

*em fins do século XX*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2009. – (O Brasil Republicano; v.4)

SALES, J. R.. *A luta armada contra a ditadura militar*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SANTANA, M. A. Bravos Companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964). In: Ferreira, J.; Aarão Reis Filho, D. (Orgs.) *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SEGATTO, J. A. PCB: questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs) *O Brasil republicano Volume 3: O tempo da experiência democrática*. Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, F. P. *Utopia dividida: Crise e extinção do PCB (1979 –1992)*. Dissertação de mestrado, Programa de pós-graduação em históriasocial, Instituto de filosofia e ciências sociais da UFRJ, Rio de Janeiro, 2005

SILVA, F. T. da; SANTANA, M. A. O equilibrista e a política: o ‘Partido da Classe Operária’ (PCB) na democratização (1945-1964). In: Ferreira, J.; Aarão Reis Filho, D. (Orgs.) *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Trad. Berilo Vargas. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, W. S. de. *Autor, texto e contexto: a história intelectual e o “contextualismo lingüístico na perspectiva de Quentin Skinner*. Fênix: Revista de História e Estudos Culturais, v.5, n.4, out-dez, 2008.

TAFARELLO, P. M. *A crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o declínio do “Socialismo Real”*. Marília, 2009. Disponível em: [http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/taffarello\\_pm\\_me\\_mar.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/taffarello_pm_me_mar.pdf). Acessado em 12/10/2011.

VILLA, M. A. *Jango: Um perfil*. Editora Globo, 2004.

## 7. REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

*A Classe Operária*, 27/09/1934.

*Artigo 1º da Ata de fundação do Partido Comunista do Brasil (1922)*. Disponível em [www.moreira.pro.br/estatutospcb1922.htm](http://www.moreira.pro.br/estatutospcb1922.htm), acessado em 03/10/2011.

Carta de Prestes ao Partido, *Voz Operária*, nº138, dezembro de 1977. In: Carone, 1982.

Carta publicada no jornal *Voz Operária*, em 24 de novembro de 1956. Cf. E. Carone, op. cit.

Carta-testamento de Getúlio Vargas. In: *Almanaque Brasil*, 1995.

C.E do CC do PCB, *O Projeto de Anistia do Governo*, *Voz Operária*, nº160, julho de 1979. In: Carone, 1982.

*Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-30*. 2º Ed, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

*Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro, Março de 1958*. In: PCB: Vinte anos de política. Documentos (1958-1979). LECH- Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

*Esquema de discussão política*, março de 1973, *Voz Operária*. In: Carone, 1982.

*Estatutos do Partido Comunista Brasileiro*. Dezembro de 1967. In: PCB: Vinte anos de política. Documentos (1958-1979). LECH- Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

*I Congresso da III Internacional*, março de 1919. Disponível em <http://www.moreira.pro.br/primeirocongc.htm>. Acessado em 10/10/2011.

*Informe do CC ao convocar o IV Congresso*, em 1954. Disponível em [http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev\\_prob/64/index2.htm](http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/index2.htm). Acessado em 03/10/2011.

*Jornal do Brasil*, 26 de agosto de 1961.

*Jornal do Brasil*, 2 de abril de 1964.

*Jornal do Brasil*, 14 de dezembro de 1969.

*Jornal do Brasil*, 14 de dezembro de 1968.

*Nota da Comissão Executiva do PCB a Propósito da Campanha Eleitoral*, maio de 1978. In: PCB: vinte anos de política, 1980.

*O PCB e as eleições operárias de novembro*, *Voz Operária*, nº 118, maio de 1974. In: Carone, 1982.

*O Trabalho de Direção do Comitê Central, Voz Operária*, n° 77, julho de 1971. In: Carone, 1982.

PRESTES, L. C. *Informe de Balança do Comitê Central ao IV Congresso do Partido Comunista do Brasil* (1954), Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/prestes/1954/informe/cap01.htm#i3>. Acessado em 10/10/2011.

\_\_\_\_\_. *São indispensáveis a crítica e a autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política* (1958). In: PCB: Vinte anos de política. Documentos (1958-1979). LECH- Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

\_\_\_\_\_. C. *Aspectos da Luta Contra o Subjetivismo no 49° aniversário do PCB*. Estudos, ano I, n°2, março de 1971. In: Carone, 1982.

*Por uma frente patriótica contra o fascismo*, novembro de 1973. In: PCB: vinte anos de política, 1980.

*Resolução de Organização do CC do Partido Comunista Brasileiro*, dezembro de 1975. In: PCB: vinte anos de política, 1980.

*Resolução de Organização*, novembro de 1978. In: PCB: vinte anos de política, 1980.

*Resolução do Manifesto de Janeiro de 1948*. Disponível em [http://www.fmauriciograbois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id\\_sessao=50&id\\_publicacao=170&id\\_indice=1270](http://www.fmauriciograbois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=170&id_indice=1270). Acessado em 03/10/2011.

*Resolução Política do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro 1960*. In: PCB: Vinte anos de política. Documentos (1958-1979). LECH- Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

*Resolução Política do CC*, dezembro de 1975. In: PCB: vinte anos de política, 1980.

*Resolução Política*, março de 1977. In: PCB: vinte anos de política, 1980.

*Resolução Política*, novembro de 1978. In: PCB: vinte anos de política, 1980.

*VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro. Informe de Balanço do Comitê Central. Dezembro de 1967.* In: PCB: Vinte anos de política. Documentos (1958-1979). LECH-Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

*Voz Operária, Suplemento Especial, Resolução Política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, maio de 1965.* In: Carone, 1982.